

V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

**ARQUIVOLOGIA E INTERNET:
CONEXÕES PARA O FUTURO**

01 a 05 de Outubro 2012 | Salvador-BA
Pestana Bahia Hotel

ENCONTROS PARALELOS

www.enara.org.br/cna2012
Salvador. A Capital Nacional da Arquivologia em 2012

SUMÁRIO

III ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS DO 3º SETOR

A informação arquivística como substrato cultural na consolidação da memória coletiva, Danielle Alves

Movimentos Sociais e Arquivo: A importância da documentação no processo de construção da memória, Fernanda Monteiro (UNIRIO)

Acesso e uso da informação em arquivos sob a perspectiva dos serviços de difusão cultural e ações educativas, Thais Santos

Movimentos Sociais na Zona Oeste: Arquivos e narrativas, William Vieira

VI REUNIÃO DE ARQUIVOS JUDICIAIS DO BRASIL

Lei de Acesso à informação pública e a gestão documental no judiciário, Neide De Sordi (Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia e Documentação – Universidade de Brasília-UNB).

A automatização da eliminação de autos findos no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas à luz da Recomendação 37 do CNJ, Manoel Pedro de Souza

Aplicabilidade da tabela de temporalidade de documentos unificada do Poder Judiciário – processos judiciais, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Maria Rosa Torres Susana Arquivista pela UNI-RIO, Chefe de serviço de Gestão de Instrumentos Arquivísticos do TJRJ, Analista de sistemas – PUC-RJ. Integrante do PRONOME/CNJ.

III ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MÉDICOS

O prontuário eletrônico como unidade de transferência e criação de conhecimento em saúde, Francisco Pedroza (UFBA)

VI ENCONTRO DE ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

A atuação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo nos convênios com os Arquivos Municipais capixabas através do PROGED: Programa de Gestão Documental, Anderson Gomes Barbosa (Arquivista do Arquivo Público Estadual do ES)

A gestão do patrimônio histórico documental no Arquivo Público Municipal de Campos - RJ, Carlos Roberto Bastos Freitas (Diretor do Arquivo Público de Campos – RJ)

VII ENCONTRO DE PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA

Paleografia e diplomática, João Euripedes Franklin Leal (UNIRIO)

Documentos y diplomática de instituciones hispanoamericanas, Branka Tanodi (Universidad de Córdoba/ Argentina)

I ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS PRIVADOS

Memória Organizacional

Palestrante: Louise Anunciação Fonseca de Oliveira (UFBA)

A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUBSTRATO CULTURAL NA CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

Danielle Alves de Oliveira¹
daniellealvs@gmail.com

Resumo: A Arquivologia vem se consolidando no mundo contemporâneo pela necessidade político-científico-social de ordenar e dispor das informações arquivísticas. Nesta perspectiva, os arquivos vêm ganhando cada vez mais importância para a sociedade. Todavia, é necessário que os profissionais da informação acompanhem estas mudanças e compreendam a função primordial do arquivo: dar acesso à informação. Considerando o papel de disponibilizar informação e aliado ao interesse em estudar o arquivo do Núcleo de Arte Contemporânea (NAC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sob a perspectiva da memória social, a presente pesquisa tem como objetivo analisar os documentos do NAC/UFPB, sinalizando o seu surgimento no Estado da Paraíba em 1978. Buscou-se caracterizar os arquivos como espaço de saber histórico e fonte de informação, haja vista a necessidade de apresentar à sociedade a sua importância como lugar constituído de sentido para a memória coletiva. Trata-se de um estudo documental, no qual foram selecionados documentos datados de 1978 a 1993, pertencentes ao acervo arquivístico do Núcleo. Como resultado, foi percebido que o NAC instalou-se na Paraíba de forma impetuosa e impositiva, percebido por meio da rapidez de sua implantação e da falta de planejamento futuro quanto a sua manutenção. Porém, é inegável a sua relevância artístico-cultural para o Brasil e, principalmente, para o Estado da Paraíba. Para além das informações acerca do histórico, foi constatado a opulência do arquivo do NAC enquanto detentora de uma memória social, uma vez que os sujeitos se reconhecem naquele espaço consubstanciando na formação das identidades coletivas.

Palavras-chave: Arquivo, Informação, Memória Coletiva

1 INTRODUÇÃO

A multidiversidade das transformações e inovações ocorridas no mundo globalizado inaugura no presente século a necessidade cada vez mais incessante pelo acesso a informação. Este crescimento vertiginoso veio a qualificar os sujeitos contemporâneos no cerne da “sociedade da informação”.

¹ Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba e em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Neste cenário, Arquivologia vem se consolidando pela necessidade político-científico-social de ordenar e dispor das informações arquivísticas a fim de gerar conhecimento aos seus usuários. A capacidade de transformação da informação em força produtiva é uma das maiores características da sociedade atual. (FREIRE, 2006).

A busca pelos centros de informação, e especificamente aos arquivos, vem sendo uma realidade cada vez mais atenuante, todavia, nem sempre os usuários conseguem preencher as suas necessidades informacionais.

Diversos são os motivos, no entanto, destaca-se o descaso das autoridades em fornecer meios para a instalação de centros de cultura aonde a memória arquivística seja contemplada de forma efetiva. Na Paraíba, a falta de incentivo aos arquivos é ainda mais evidente se observarmos o contexto atual dos Arquivos permanentes do Estado.

Outro agravante é a falta de informação e visibilidade das instituições memória do Estado. Conforme assevera Pollack (1992, p. 212), “a memória é um elemento constituinte do sentido de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentido de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Deste modo, o ser humano precisa reconhecer as instituições memória como elemento constituinte de sentido para a aceitação e construção da sua identidade pessoal e coletiva.

Diante do exposto, o presente trabalho pretende apresentar o Núcleo de Arte Contemporânea (NAC) da UFPB como um importante espaço da memória social coletiva do Brasil, e principalmente do Estado da Paraíba, haja vista a sua relevância histórica e artística. Para isso, faz-se necessário entender a História e o contexto de sua instalação de modo a consolidar e fundamentar a importância da sua conservação para a sociedade.

Segundo Duarte (2006, p. 03) “O arquivo possui um universo rico de elementos que devem ser explorados para que se possa ter acesso às variadas possibilidades de acesso à informação”, logo, usaremos, prioritariamente, o acervo primário da instituição para rememorar a História deste espaço e justificá-la como essencial para a manutenção da memória coletiva. Além disso, a opção pela pesquisa documental tem o objetivo de apresentar à sociedade a importância prática dos arquivos e a atender a preocupação social da arquivística: a socialização da informação.

2 AMPLIANDO AS RELAÇÕES: informação, arquivo e memória

A “sociedade da informação” é marcada atualmente pelo expressivo e crescente papel social da informação, tendo como eixo uma nova e hegemônica concepção de desenvolvimento: a produção do conhecimento em um cenário de diversas interpretações por parte de seus sujeitos sociais. (BARROS; NEVES, 2009). Perpassando este contexto e elevando ainda mais a expressividade da informação na contemporaneidade, vale destacar o desenvolvimento das tecnologias, que aumentam cada vez mais a disseminação da informação fazendo com que a velocidade de propagação rompa com a barreira de lugar e tempo.

Apesar de evidente a importância da informação na sociedade contemporânea é essencial compreendermos este fenômeno de forma ampla, respeitando a sua complexidade e a sua inter relação com outros conceitos, tais como a memória:

A informação é um conjunto de elementos selecionados pelos indivíduos, dentre uma imensa variedade de itens existentes no mundo exterior. Como um embrião, a informação forma e contém (informação). A repetição dessas impressões [conservadas], ao longo do tempo, encarrega-se de transformar itens selecionados de informações em marcas, traços que constituem o que, convencionalmente, chamamos de memória. A memória então conserva as informações que vão sendo retidas num processo de seleção. [...] Nesse sentido, as informações retidas, que passaram pelo filtro individual (que é também social) são organizadas e recriadas no presente, dentro de um processo dinâmico. (COSTA, 1997, p.124).

Diante da relação exequível entre informação e memória, deparamo-nos com outro elemento que carece ter suas congruências evidenciadas: os arquivos.

Conforme remonta a História, os arquivos surgiram da necessidade dos homens pré-históricos em transmitir a memória aos seus sucessores. A priori, Fernandes (2006) afirma que a memória era transmitida palavra por palavra. Com o surgimento da escrita, “essa nova memória sai da esfera biológica do ‘homem memória’, passando a formar instituição-memória, já que o suporte [da mesma] está materializado em uma estrutura perene demandando novas formas de organização e de uso”. (MARTINS, 2002 *apud* FERNANDES, 2006, p. 18).

Perante a gênese dos arquivos, podemos perceber claramente a sua relação indissociável com a memória. Para tanto, o desenvolvimento político-científico-social, presenciado no século XXI, apresenta uma nova postura entre estes entes, aonde, os arquivos não podem ser considerados unicamente, como lugares reservados a salvaguarda da memória, mas, sobretudo, devem ser compreendidos como espaços de referencia da produção do

conhecimento, que incita a efervescência da informação de maneira dinâmica e atualizada. (BARROS; NEVES, 2009).

Como podemos inferir pelo discurso supracitado, a ciência não é inerte, diariamente os seus paradigmas e teorias vão sendo discutidas e, posteriormente, modificadas a fim de torná-las coerentes com as práticas contemporâneas. Consubstanciando Paes (2006, p. 53) assevera “assim como a humanidade vem evoluindo técnicas, científicas e culturalmente através dos séculos, também os conceitos [...] sofrem modificações para atender aos desafios de um mundo em mudanças”.

Portanto, buscando acompanhar essas novas concepções e comungando com a Ciência da Informação, corroboramos com a aceção de Barros e Neves (2006, p. 58), ao delinearem como os arquivos devem ser conceituados na atualidade:

[...] arquivo é um sistema de informação social que se materializa em qualquer tipo de suporte, sendo caracterizado, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória. Desse modo, a principal justificativa para a existência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva.

Vale enfatizar, portanto, que a memória carece ser vislumbrada para além da compreensão de substrato científico, haja vista a sua condição inerente ao homem. A memória é fundamental para a manutenção da vida em sociedade, já que ela propicia a coesão social através da identidade. Neste sentido, Montenegro (1994) afirma que atualmente a memória é compreendida pelo seu caráter livre, onde lembrar não é reviver, mas refazer, repensar, com idéias de hoje as experiências do passado, com o senso de preservação para garantir a sua disseminação às próximas gerações, levando em consideração sua cultura e identidade.

Portanto, percebe-se que a memória se apresenta como uma questão fundamental na sociedade da informação, uma vez que deixa de ser compreendida de forma genérica para ser vivenciada como inerente a manutenção da coletividade, e para a identificação individual dos sujeitos. Neste contexto, destacam-se os espaços representativos de informação que comumente são denominados de “lugar de memória”.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama porque ela a ignora [...]. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea. (NORA, 1993, p.13).

A expressão “lugares de memória” foi criada por Pierre Nora, historiador Francês do século XX. Ele acreditava que os lugares de memória deveriam ser compreendidos a partir de uma tríplice acepção, no que tange: *lugares materiais*, *lugares funcionais* e *lugares simbólicos*. Para Nora (1993), os lugares de memória não são produtos espontâneos; são, portanto, uma construção histórica, onde o interesse em seu estudo advém do seu valor representativo nos processos sociais.

Os arquivos na sua concepção de difundir a memória através dos seus registros informacionais, configuram-se como lugar de memória para os pesquisadores a fim de realizarem suas pesquisas históricas e, por conseguinte, gerar conhecimento através da socialização da informação.

Nesta perspectiva Barros e Neves (2009, p. 59), asseguram que os arquivos como lugar de “construção do saber é o mediador que permite o acesso do pesquisador ao objeto da pesquisa ampliando, dessa forma, as possibilidades de avanço para o exercício da produção do conhecimento”.

Faz-se necessário ressaltar, porém, que os Centros informacionais, na atualidade, buscam ampliar a sua posição unilateral de guardiões da memória a espera dos cientistas e de suas respectivas pesquisas. Estes espaços servem a toda sociedade, independentes de interesses particulares. Consubstanciar a relação arquivo e sociedade é um dos grandes desafios para os profissionais de informação do século XXI.

Neste processo, torna-se essencial buscar meios de elevar a visibilidade das instituições-memória, para que a população se reconheça como partícipe da história coletiva registrada e conservada nos arquivos e tenha interesse em sua utilização ou até mesmo na sua manutenção. Disseminar e apresentar a sociedade o poder informacional de tal espaço é uma das formas de torná-lo cada vez mais tangível a sociedade, haja vista que quando não temos conhecimento sobre o valor de determinado lugar, ignoramos e deixamos de valorar a sua existência.

Assim, pesquisar a história das instituições-memória e disseminar a sua relevância social para a população é uma das alternativas de estabelecer o elo identificador entre o sujeito e a memória. Neste sentido, retomamos a idéia de Pollack (1992) quando dele afirma que a memória é um elemento constituído de sentido de identidade.

Colaborando a discussão, Frago (2008, p. 45) assegura “memória e identidade são inseparáveis porque a memória constrói a identidade que se manifesta como existência da memória”. Portanto, se almejamos que os centros informacionais tornem-se espaços de lazer e

cultura, conforme discorre as idéias contemporâneas da Ciência da Informação, devemos contribuir para a construção indentitária entre os indivíduos e os espaços de memória.

Por fim, vale destacar, apesar da vastidão do conceito de cultura, o que discorre Santos (1984 *apud* FERNANDES, 2006, p. 25), onde “cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo, ou nação, ou então grupo no interior de uma sociedade”. Logo, os arquivos, museus e bibliotecas são igualmente considerados espaço de cultura e, portanto, devem ser valorizados como tal.

3 O NUCLEO DE ARTE CONTEMPORANEA NA PARAIBA

A instalação de um Núcleo de Arte Contemporânea na Paraíba, em meados dos anos 70, é um fato bastante instigante, pois a Paraíba não tinha grande expressão no cenário brasileiro, diferentemente dos estados nordestinos da Bahia e de Pernambuco. Deste modo, como explicar a vinda do NAC para a Paraíba?

Segundo relatos encontrados no Arquivo da presente instituição, a vinda do Núcleo estava intimamente ligada à necessidade de propor alternativas de expansão da arte no Brasil, já que o eixo artístico era dominado por dois públicos hegemônicos: cariocas e paulistas. O jornal “O Norte”, publicado em 29 de setembro de 1979 justifica, “fora do eixo Rio – São Paulo não existem maiores alternativas no território Nacional no que se respeita á programação de eventos voltados para as artes plásticas, até o final do ano, á exceção do trabalho desenvolvido pelo NAC”. (CRÍTICO..., 1979). Logo, torna-se evidente a importância deste Núcleo para sociedade brasileira e, principalmente, para os paraibanos, que agora tinham alternativas de expressar-se sem precisar abandonar a sua região em busca de reconhecimento.

Contextualizando a curiosa instalação do NAC e o marasmo que se encontrava no Estado da Paraíba nos anos 70, o crítico de Artes Roberto Pontual, citado pelo jornal “O Norte”, de 29 de setembro de 1979, discorre: “mas resta, ao menos, a esperança derivada de um ano inteiro de generosa e certa atividade na Paraíba, através do Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade local um pólo inesperado e exemplar, onde era dona a sonolência”. (*ibid.*)

Mesmo aparentando segurança da necessidade de um pólo de arte no Estado, a instalação se deu em meio a muita insegurança, pois todos sabiam a fragilidade da Paraíba em “manter” tal estrutura. Fortalecendo esta assertiva, Roberto Pontual assevera no “Jornal do Brasil”, em 21 de setembro de 1978:

Embora o surgimento de um espaço alternativo, com intenções tão relamperadoras e situação geográfica tão auspiciosa, pedisse imediato aplausos, conveniente se tornava também, para a saúde futura do novo organismo, encará-lo com olhos críticos a partir do pequeno rol de trabalhos até então acumulados.

[...]

É reconfortante perceber tanta saúde em andamento, especialmente por vir acompanhada da troca da improvisação pela organização. Embora a presença do NAC ainda esteja longe do irreversível e sua consistência possa degingolar de um momento para outro, não resta dúvida de que boas expectativas começam a desabrochar ali. (PONTUAL, 1978)

Apesar da justificativa de buscar alternativas de fugir do eixo Rio – São Paulo, este fato não é decisivo para a vinda do NAC para um estado sonolento e com poucas possibilidades de enraizamento cultural. Certamente, é de se indagar: como se manteria o Núcleo em um Estado pobre somente pela vontade de ousar em novas perspectivas para a Arte no Brasil?

O projeto do NAC foi elaborado por dois grandes representantes da arte no Brasil: Paulo Sérgio Duarte e Antônio Dias, ambos tinham grande influência no Brasil e no mundo, por este motivo, eles foram convidados por Iveraldo Lucena, Pró-reitor para assuntos comunitários da UFPB na época, para idealizarem o projeto.

Tal prestígio foi destacado no primeiro almanaque do NAC:

Não se pode negar, evidentemente, que sem as presenças de Antônio Dias e Paulo Sérgio Duarte no período inicial do NAC tudo estaria por fazer. A Antonio Dias, deve-se hoje as idéias básicas da formação do NAC, por conta do seu prestígio e experiência internacional no campo das Artes Plásticas e, a Paulo Sérgio, a sua dedicação como professor e conferencista durante um semestre na Universidade, permitindo não só a abertura e compreensão desse trabalho mas, acima de tudo, ativando os vários setores acadêmicos pelos problemas e questões da cultura contemporânea. (ALMANAC..., 1980)

Ressaltando ainda mais a influência destes paraibanos, é importante enfatizar que tanto Antônio Dias quanto Paulo Sérgio Duarte, após a criação do Núcleo, voltaram a assumir atividades fora da Paraíba, ausentando-se novamente do Estado. Antônio Dias voltou a morar em Milão ainda no início dos anos 80 e tornou-se, mais tarde, professor da *Staatliche Akademie der Bildenden Künste* na Alemanha; por sua vez, Paulo Sérgio Duarte assume a direção do Instituto de Artes Plásticas da FUNARTE no começo da década de 80; em seguida, tornou-se diretor do Paço Imperial (RJ) e, atualmente, vive como professor na Universidade Cândido Mendes (UCAM) no Rio de Janeiro.

Trazer o NAC para a Paraíba só se torna viável pela grande influência destes paraibanos, no qual se cercaram de amigos e parceiros que fossem capazes de fornecer a

infra-estrutura necessária para a consolidação do projeto, haja vista que o Estado por sua pequena tradição no campo artístico e pelos poucos recursos que dispunha não teria condições de alavancar tal proposta.

Para ilustrar o quão importante foram às parcerias para a vinda do NAC na Paraíba, Roberto Pontual escreveu no “Jornal do Brasil”, na edição de 21 de setembro de 1978, algumas das parcerias que fizeram a vinda do NAC possível, e ainda, transcorre acerca do objetivo da instalação do Núcleo para a Paraíba:

Sentidas de perto as condições ambientais, não foi difícil dar a este núcleo nascente um direcionamento básico, sobretudo a partir do momento e que a Universidade [...] por abrigar o projeto e a Funarte de dispôs a apoiá-lo com recursos financeiros. Assim, o que objetiva a ação do NAC é trazer para a Paraíba, em primeiro lugar, e para o nordeste em segunda instância, um foco de ativação cultural e artística, que alie intimamente atualidade internacional e peculiaridade regional, evitando tanto o puro e simples vanguardismo quanto o cômodo folclorismo. (PONTUAL, 1978).

A vinda do NAC só foi possível graças aos idealizadores, que souberam preparar o ambiente para a instalação do Núcleo. Todavia, é necessário enfatizar que a motivação de possibilitar novas perspectivas para a arte brasileira foi uma razão real, porém não foi fator decisivo para a instalação no Estado da Paraíba.

3.1 A HISTÓRIA DE CRIAÇÃO DO NAC

O ímpeto para a criação do NAC surgiu em decorrência a um contexto sócio-político advindo das necessidades de atender um discurso nacional-desenvolvimentista, inclusive nas universidades brasileiras, dentre elas a UFPB. Era necessário modernizar não só as estruturas físicas, mas, sobretudo, atualizar os conteúdos acadêmicos. (JORDÃO, 2009).

Atendendo a esta realidade, a proposta de criação de um núcleo de artes Plásticas (a *priori*) em João Pessoa foi lançada em meados da década de 70, em um Seminário de Artes que aconteceu no Museu Assis Chateaubriand, na cidade de Capina Grande – PB. Logo, era necessário incitar alguns parceiros que assim como Iveraldo Lucena, Pró-reitor para assuntos comunitários da UFPB, acreditasse que tal projeto seria possível.

Foram convidados para idealizarem o projeto, Paulo Sérgio Duarte e Antônio Dias, dois grandes representantes da arte brasileira, que há anos deixaram a sua região em busca de melhores oportunidades para desenvolverem os seus trabalhos. Alguns meses depois, mais

três nomes se juntaram aos já citados artistas, a fim de implementar a proposta definitivamente. Era essencial o apoio dos professores da UFPB, pois eles iriam fazer o NAC acontecer no dia a dia. Neste sentido, o “Jornal do Brasil” transcorre na edição de 21 de setembro de 1978: “logo se ligaram três outros paraibanos por ali fixados o pintor e programador visual Raul Córdula Filho, o museólogo Francisco Pereira Junior, e o sociólogo Silvino Espínola”, todos locados na Universidade Federal da Paraíba. (PONTUAL, 1978)

Para ilustrar a gênese do NAC, o Jornal “O Globo”, de 16 de abril de 1979, assevera:

[O NAC] nasceu da iniciativa do Pró-Reitor para assuntos comunitários da UFPB, professor Iveraldo Lucena ao convidar Antonio Dias e o Critico Paulo Sergio Duarte, paraibanos ambos, para elaborarem o projeto inicial. Isto em fevereiro do ano passado. Em setembro estava formado o grupo que iria implantá-lo e que inclui além de Dias e Duarte, outro artista plástico e também programador visual, Raul Córdula Filho, hoje coordenador do núcleo. O museólogo Francisco Pereira e o sociólogo Silvino Espínola. (MORAIS, 1979).

O objetivo do Núcleo foi dar alternativas aos estudantes da UFPB, no que tange os estudos de arte. Entretanto, mais do que um laboratório para os alunos de Educação artística, o núcleo visava ser um espaço interdisciplinar, cuja interação de várias ciências agregaria ainda mais valor nas produções artísticas locais. Para atingir este fim, o NAC deveria proporcionar constantes exposições abertas à comunidade local. Assim, ao mesmo tempo em que contribuía para a formação dos alunos da universidade, também colaborava com a reciclagem da arte vista na cidade. (FALCÃO, 2007, p. 01).

Corroborando com a afirmativa acima, trazemos um trecho publicado no jornal “O Globo”, 16 de abril de 1979, onde o jornalista elenca os objetivos do NAC tendo como plano de fundo o documento de criação:

Segundo o documento de criação, o núcleo deverá atuar em cinco frentes principais: a) - produção de eventos e amostras que encontram dificuldades de se realizar, seja pela carência de meios locais, seja pelo caráter não comercial do evento; b) – desenvolver palestras, cursos, seminários, levando a elaboração de projetos de pesquisa que envolvam outros departamentos, outros campos de conhecimento e a própria comunidade. Na medida em que servir como experiência a ser multiplicada em outros locais e instituições. (MORAIS, 1979).

Um Núcleo com tantas atividades carecia de um lugar amplo para exercer seus objetivos, neste sentido foi designado o edifício de n. 275 da Rua das Trincheiras, com área total aproximada em 1.995 m². Neste lugar, funcionou até 1977, a faculdade de Odontologia da UFPB. A casa foi construída por Eduardo Fernandes, comerciante da cidade de João pessoa. Porém em 1909 ela foi comprada pelo governo a fim de servir de residência aos

presidentes do Estado, destinação que teve até a Administração de Antônio Pessoa. Após esta data a casa transformou-se em escola Normal, depois em Diretoria de Saúde Pública, até chegar a abrigar a faculdade de Odontologia, finalidade última antes da instalação do Núcleo de Arte Contemporânea da Paraíba. A casa foi tombada pelo IPHAEP em 26 de agosto de 1980.

Quanto à data de instalação e funcionamento do Núcleo de Arte Contemporânea da UFPB, sabemos comumente que aconteceu em setembro de 1978, conforme indicada na minuta de um parecer de 1980, que apresenta o regimento interno do NAC: “o Núcleo de Arte Contemporânea da UFPB foi criado através da portaria de n. 019/78, em 18 de setembro de 1978”. (UNIVERSIDADE..., 1980b). Entretanto, outras informações foram surgindo ao longo da pesquisa, elencadas abaixo.

Segundo o “Jornal do Brasil”, de 21 de setembro de 1978, na matéria intitulada “O núcleo cresce e amadurece”, Roberto Pontual afirma:

Há um mês e meio estive acompanhando em João Pessoa, a inauguração oficial do Núcleo de Arte Contemporânea, ligado à Pro - Reitoria para assuntos comunitários da Universidade Federal da Paraíba. Disse inauguração oficial porque na verdade, o NAC já vinha de ativa existência [...] de setembro de 1978 e a abertura da mostra de Antonio Dias, a 19 de fevereiro último, representava apenas, quanto ao tempo de vida do Núcleo, um ato mais solene à instalação da sua sede, na antiga biblioteca da Faculdade de Odontologia local. (PONTUAL, 1978).

No que se refere aos aspectos legais, o NAC só é criado definitivamente na UFPB em 08 de julho de 1980, através da resolução de n. 33/80 que dispõem:

Artº 1 – Fica criado o Núcleo de Arte Contemporânea (NAC), com a finalidade de estudar, promover e difundir as artes visuais contemporâneas na Universidade e na comunidade em geral, executar e/ou participar de programas interdisciplinares compatíveis com seus objetivos: manter uma infraestrutura de produção e documentação artística ligada ao ensino, à pesquisa e a extensão.

Artº 2 – O Núcleo de Arte Contemporânea (NAC) tem sede no Campus de João Pessoa, e está vinculado à Pró-reitoria para assuntos comunitários. (UNIVERSIDADE..., 1980a)

Percebe-se que há várias informações conflitantes acerca da instalação do Núcleo, porém não foi possível adentrar neste ponto de forma enfática, pois a documentação do NAC ainda está em processo de identificação e organização, e, além disso, há muitos documentos danificados pelos agentes físicos e humanos.

Diante do exposto, é possível afirmar ainda, que havia uma pressa acentuada para que o Núcleo iniciasse as atividades. Como explicar uma articulação tão grandiosa e ousada em

apenas sete meses? Talvez, o Núcleo já tenha sido pensado a mais tempo do que fora registrado, mas, faltou o incentivo e a articulação que somente artistas conceituados como Paulo Sérgio Duarte e Antônio Dias foram capazes de conseguir.

A manutenção do NAC ficou a cargo da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), responsável em financiar as atividades, visto que o orçamento era superior ao que a universidade dispunha. Para tornar o Núcleo ainda mais dispendioso, havia mais um agravante: não havia na Paraíba professores capacitados a ministrar as atividades que o Núcleo se propunha. Assim, era necessário trazer mestres de outras cidades:

No Departamento de Artes da UFPB não havia professores que trabalhassem nessa área. Foi aí talvez o grande trunfo do NAC e ao mesmo tempo o que fez entrar em decadência. Os diretores tiveram que fazer valer de suas influências no meio artístico para assim trazer exposições de grandes nomes da arte contemporânea mundial e brasileira. Neste período ele daria aulas na Universidade, estaria à disposição dos alunos para estudos da sua obra e montaria o seu projeto de exposição. (FALCAO, 2007, p. 02).

Certamente, um projeto tão ambicioso despertou a curiosidade de diversas personalidades da arte nacional. Logo, estiveram presentes na inauguração oficial os artistas Mário Pedrosa, Carmem Portinho (ex-diretora do MAM-RIO), Alberto Buettenmuller, Ziraldo e Roberto Pontual, este último responsável por diversas reportagens veiculadas no Jornal do Brasil e assíduo visitante do NAC.

Para coordenar o Núcleo nos primeiros anos foi designado Raul Córdula Filho e Silvino Pedrosa Espínola, porém a liberação formal partindo da Universidade Federal da Paraíba só acontece em 18 de abril de 1979 através das portarias de n. 19/79 (liberando Raúl Cordula Filho) e a de n. 21/78 (liberando Silvino Espínola) para exercerem tais funções. No entanto, novamente nos deparamos com informações colidentes, haja vista que em entrevista o funcionário João Arruda Valente diz que a vice-coordenação ficou a cargo de Francisco Pereira: “em 78, quando foi criado [o NAC], assumiu Raul Córdula e Chico Pereira vice; em 82 Raul passa a ser vice e Chico a coordenador”. (VALENTE, 2010)

Buscando findar a dúvida, fomos até o relatório das atividades que abrange de setembro de 1978 a fevereiro de 1980. Neste, temos a seguinte informação: “(...) está aí o NAC sob a coordenação de Raul Córdula Filho, auxiliado por Silvino Espínola e o experiente apoio de Francisco Pereira Júnior”. (ALMANAC..., 1980)

. Além disso, em leituras ao texto de Jordão (2009) ela cita com veemência que em 1979, Chico Pereira foi um dos coordenadores do NAC. Pode-se inferir, portanto, que não

houve claramente uma designação de vice-coordenação entre eles. Sendo o Núcleo coordenado conjuntamente pelos três professores que ajudaram a programar tal projeto.

Para ilustrar esta coordenação conjunta e, por conseguinte a ausência dos idealizadores Antônio Dias e Paulo Sérgio Duarte, segue o relato trazido pelo jornal “O Norte” em 26 de setembro de 1979:

o Núcleo de Arte Contemporânea da UFPB é desde o começo do ano, um dos quase únicos focos de ativação fora do eixo Rio – São Paulo, Já sem contar tão diretamente com a presença de Antonio Dias e Paulo Sergio Duarte, que acionaram a sua criação e o mantiveram aceso na etapa de implantação, o NAC vai agora em frente pelo trabalho dos paraibanos que permaneceram na terra, em particular Raul Córdula Filho, Francisco Pereira Junior e Silvino Espínola.(CRÍTICO..., 1979)

Apesar das dificuldades em compreender a gênese do Núcleo de Arte Contemporânea, é inegável a importância que o presente espaço representou no cenário nacional e principalmente no Estado da Paraíba. Conforme documentos encontrados no arquivo do NAC, é possível compreendermos o funcionamento e a magnitude da proposta da inserção deste espaço onde se encontrava a “sonolência”. Mais do que um lugar para formação dos universitários, o Núcleo foi intensamente aproveitado pela comunidade em geral, que até então não tinha nenhum contato com a arte e com a cultura erudita.

Através do ofício de n. 22/79 enviado em 30 de abril de 1979 ao jornalista Evandro Nóbrega do Jornal “O Norte”, solicitando apoio na divulgação dos eventos, podemos perceber o tamanho da intervenção social do Núcleo:

A comunicação da arte contemporânea ao público é a atividade finde nossa missão junto a Universidade Federal da Paraíba. [...] Em anexo está o calendário de exposições para maio e junho de 1979. Cada exposição é apoiada por um programa de visitas colegiadas (1º e 3º graus e universitários) e grupos formados na comunidade, onde são proferidas palestras e demonstrações técnicas sobre o material exposto. Temos atendido a uma média de 1000 (mil) pessoas, por exposição, até agora. Esta é a melhor maneira de formar uma clientela visando a criar um centro artístico de alto nível em nossa cidade. Sem o apoio da imprensa será praticamente impossível atingir nossa meta. (UNIVERSIDADE..., 1979a).

Para além das exposições, em entrevista com o servidor João Arruda Valente, o mesmo assegurou que o NAC ofertou vários cursos a população, a exemplo das aulas de serigrafia, pintura e litogravura. A técnica de litogravura consiste em “gravar com material gorduroso a superfície de uma pedra calcária especial, vinda da Alemanha”. (PARAÍBA, 1992). Atualmente, está sendo organizado pelas alunas de Arquivologia, vinculadas ao projeto

de extensão, um grande acervo arquivístico das produções realizadas durante os cursos oferecidos pelo NAC.

“Assim, o Núcleo deslocou o eixo de ativação de novas atitudes e linguagens artística até uma região extremamente conservadora, sendo responsável pela formação de uma geração de artistas na cidade”, que podemos ver atualmente no cenário nacional. (JORDÃO, 2009, p. 1829).

O NAC vivenciou momentos de intensas realizações, porém, em 1985, o projeto entra em decadência. Com o rompimento do convênio firmando com a FUNARTE, não havia recursos financeiros para manter-se, já que os gastos eram enormes devido à contratação de professores temporários e a grande quantidade de materiais e cursos. Contextualizando a data ao cenário nacional, devemos lembrar que em 1985 o Brasil encontrava-se em uma situação complicada financeiramente. Era o período de redemocratização, ou seja, a intervenção dos militares estava chegando ao fim, logo, os projetos do governo foram sendo deixados em segundo plano.

Porém, desde 1983, vários jornalistas e artistas já alertavam acerca da fragilidade da cultura no país, pois esta, não é tida como essencial a população. Se há dinheiro o investimento é feito, todavia, quando falta, a área da cultura é a primeira a sofrer as conseqüências, visto que a mesma seria um luxo e não uma necessidade, ao menos é o que aparenta por meio das ações governamentais. Neste sentido, o “Jornal Correio Brasiliense” trouxe, em 20 de outubro de 1983, a reportagem intitulada “A cultura diante da crise e da falta de verba”:

Haveria condições de se desenvolver um projeto de cultura, neste momento em que o país esta atravessando uma violenta crise econômica e social? Como mudar uma tradição segundo a qual os assuntos culturais, no Brasil, sempre ficam relegados a segundo plano? Estas indagações foram lançadas pela artista plástica Gaúcha Zorávia Bettiol, debatedora do tema ‘Região e regionalismo’. (SIMPÓSIO..., 1983).

Para complicar ainda mais a situação do NAC, durante meados da década de 80, a estrutura física começa a ruir. O prédio onde o Núcleo se instalou já vinha de intensas atividades e com poucos serviços de manutenção. Diante do exposto, a coordenação do NAC, tentou por diversas vezes o apoio da UFPB para custear os reparos. Todavia, não encontramos sinais de ajuda vinda da Universidade, é tanto que segundo Falcão (2007, p. 02) após os incidentes e a falta de apoio financeiro “o prédio passou dois anos sem funcionar”.

Após a sua reabertura, não havia mais interesse dos professores e nem dos artistas em retomar as atividades. O Núcleo foi pouco a pouco sendo esquecido; os fundadores e

idealizadores não estavam mais na UFPB, logo, faltavam pessoas que tivessem o espírito empreendedor e ousado para manter viva a proposta inicial.

O fato referido pode ser facilmente compreendido se olharmos as cronologias das coordenações do NAC, a partir dos anos 90 é possível perceber a falta de motivação dos professores em compor o quadro administrativo do Núcleo. Segue a relação das coordenações segundo informações orais do funcionário João Arruda Valente:

- 1978 a 1982 - Professor Raul Córdula e o Professor Chico Pereira;
- 1982 a 1988 - Professor Chico Pereira e o Professor Raúl Córdula;
- 1988 a 1994 - Professor Luiz Afonso Bernal e o Funcionário José Valdir dos Santos;
- No final de 1994 - Funcionário Severino;
- 1995 - Professor Alarino (fica só três meses na função) e o professor Gabriel Bechara;
- 1995 a 1996 - Professor Gabriel Bechara e a Funcionária Solange Bandeira;
- 1997 a 1998 - Funcionária Solange Bandeira;
- 1999 a 2000 - Professora Lívia e a Funcionária Maria José;
- 2000 a 2006 - Funcionária Maria José;
- 2006 a 2009 - Professora Marta Penner e Professor Hugo Penegrino;
- 2010 – até o presente - Professor Marco Damasceno e a professora Marta Penner.

Segundo relatos encontrados em uma carta convite de 1992, é evidente perceber a falta que os idealizadores do projeto ocasionavam para as coordenações subseqüentes:

Mas, está aí o NAC, sob a coordenação de Alfonso Bernal e Valdir Santos, conduzindo fielmente a proposta do projeto de criação. Evidentemente, que sem as presenças de Iveraldo Lucena, ex-pró-reitor/PRAC, Raul Córdula Filho, Silvino Espínola, Francisco Pereira Jr., Antonio Dias e Paulo Sérgio Duarte, no período inicial do NAC, tudo estaria por fazer. (PARAÍBA, 1992).

Nota-se que, apesar de algumas investidas esporádicas das coordenações subseqüentes, o Núcleo se manteve abandonado durante anos. A sua imponentia no cenário nacional foi rápida, enfática, porém, passageira. Contudo, não há como esquecer a história de um Núcleo que foi capaz de movimentar toda região e, alterar o consolidado eixo Rio – São Paulo no que tange as produções artísticas.

Sem dúvida, pagamos as conseqüências de trazer o NAC sem qualquer garantia de manutenção futura, pois a proposta foi inegavelmente ousada para uma região sem qualquer estrutura e tradição artística.

Conforme cita Jordão (2009, p. 1828),

A criação do Núcleo representou a consolidação de uma proposta pioneira que unia a pesquisa, a formação e a produção em arte contemporânea de uma forma integrada e dialógica. Nesse sentido, o Núcleo foi desde o princípio um espaço comprometido com a produção e exibição de arte contemporânea, bem como a inserção de novas mídias nas artes plásticas.

Recentemente, o NAC vem tentando se reerguer. Para isso, a coordenação vem investindo em novas exposições, cursos e principalmente aposta no resgate da História do “gigante adormecido”. Neste sentido, a organização dos arquivos e a posterior abertura à comunidade; é um dos passos planejados para que a presente instituição possa ser reconhecida pelo seu inestimável valor histórico e cultural.

Apesar dos anos em abandono e da destruição natural dos documentos, é possível encontrar no NAC diversos documentos sobre a História da Paraíba. Principalmente acerca da ditadura militar e da formação do Estado após a revolução de 30 (este último em relatos, já que o Núcleo só começa a formar o seu acervo em 1978).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, torna-se evidente afirmar que o Núcleo de Arte Contemporânea da UFPB foi um projeto de suma importância para o cenário artístico nacional, apesar de sua atuação eufórica ter sido ligeiramente momentânea.

O declínio do projeto já era esperado por muitos estudiosos e comunicadores da época, devido à falta de planejamento futuro e pelas condições da arte na Paraíba. A universidade nunca dispôs de recursos suficientes para arcar com as despesas geradas, sendo a FUNARTE a principal financiadora. Com o rompimento do convênio e a ausência dos idealizadores que usaram da sua influência no meio artístico para angariar parcerias, o NAC estaria fadado ao abandono.

Todavia, apesar dos anos que se manteve esquecido, o NAC nunca perdeu a sua importância histórica, sendo percebida fielmente na presente pesquisa. O seu acervo, mesmo com as devidas limitações, é sem dúvida um patrimônio inestimável da sociedade paraibana. Nesta perspectiva, reafirmo a sociedade, a importância dos arquivos do NAC para a compreensão da nossa história, tendo em vista a opulência do presente espaço como detentora de memória e imensurável fonte de informação.

Tendo ciência da importância deste arquivo para a memória coletiva da sociedade paraibana, o projeto de extensão “A Gestão da Informação arquivística aplicada à memória histórica no Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)” iniciou um trabalho cujo objetivo é preservar a cultura regional paraibana por meio dos processos técnicos arquivísticos aos documentos vinculados às instituições, espaços de memória social.

Destarte, analisar os documentos do arquivo do NAC sinalizando o seu surgimento vai além da necessidade de rememorar essa história, atende a preocupação social da Arquivologia em dispor das informações arquivísticas a seus usuários, mostrando que esta ciência tem aplicabilidade prática, e, portanto, é fundamental para a sociedade. Os arquivos devem servir para gerar conhecimento, e não para ficarem trancados em depósitos abandonados, essa, deve ser a compreensão social de todos os cidadãos acerca da temática. Assim, a presente pesquisa vem para contribuir na formação de uma consciência coletiva no que tange a importância dos arquivos como espaço de memória e fonte de informação.

Por meio desta pesquisa, é notório afirmar a necessidade de cuidar do complexo no qual o NAC está envolvido, para a manutenção da História do povo paraibano. Tal espaço é indescritivelmente admirável, por tudo o que representou para a sociedade e, por tudo o que ainda pode representar.

O trabalho desenvolvido foi certamente um desafio, haja vista que os arquivos ainda estão em processo de identificação. Para tanto, colocar-se na figura de usuária enquanto potencial profissional da informação foi uma experiência fascinante, pois de tal modo, pudemos compreender as ânsias de realizar uma pesquisa com o nosso objeto de trabalho: os arquivos. Segundo Duarte (2006), o arquivista deve exercer concomitantemente a função de profissional e de investigador, pois assim, ele pode compartilhar conhecimento com os demais pesquisadores.

Diante do exposto, reafirmamos a perspectiva social da Arquivologia, haja vista que, mais do que ordenar as informações o arquivista deve ter perfil ativo para contribuir na disposição das informações a seus usuários, transcendendo, portanto, a sua posição enquanto custódios da informação.

REFERENCIAS

ALMANAC - resumo das atividades do NAC, setembro de 1978 a fevereiro de 1980. João Pessoa: FUNARTE: UFPB, 1980.

BARROS, Dirkene Santos; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Revista TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1 p. 55-61, 2009.

COSTA, Icleia Thiesen Magalhaes. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica, 1997. 161 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CRÍTICO do sul fala do Núcleo da Paraíba. **O Norte**, João Pessoa, 26 set. 1979.

DUARTE, Zeni. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 1, n. 5, p. 141-151, 2006. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6624.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

FALCÃO, Sarah. **Um gigante adormecido**. 2007. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/um-gigante-adormecido>> Acesso em: 18 abr. 2010.

FERNANDES, Maria do Socorro Cavalcante. **Artefatos arquivísticos como elemento de memória no arquivo Afonso Pereira**. 2006. 58 f. Trabalho de Conclusão Curso (Bacharelado em Biblioteconomia)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

FRAGOSO, Ilza da Silva. **Instituição Memória**: modelos institucionais de proteção ao patrimônio Cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

FREIRE, Gustavo. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.11, n.1 p.6-19, 2006.

JORDÃO, Fabrícia Cabral de Lira. Apontamentos sobre a Arte Conceitual no Nordeste: Paulo Bruscky e NAC/UFPB. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 18., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009. p. 1822-1832.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Caminhos da História).

MORAIS, Frederico. Antonio Dias: Não acho mais graça no público das próprias graças. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 abr. 1979.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dez. 1993.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PARAÍBA. NAC. **NAC expõe acervo**. João Pessoa: UFPB, 1992. Convite.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PONTUAL, Roberto. O Núcleo cresce e amadurece. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 set. 1978, Caderno 8.

SIMPÓSIO de artes plásticas: a cultura diante da crise e da falta de verba. **Correio Brasiliense**, Brasília, 20 out. 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. CONSEPE. **Resolução n. 33**, de 08 jul. 1980. João Pessoa: UFPB, 1980a.

_____. PRAC. CONSEPE. **Minuta de regimento interno do NAC**, de 14 jul. 1980. João Pessoa: UFPB, 1980. Dossiê contendo documentos cuja data-limite é fev. 1979 – jul 1980b.

_____. NAC. **Ofício n. 22**, de 30 abr. 1979. João Pessoa: UFPB, 1979a.

_____. PRAC. **Portaria n. 19**, de 18 de abr. 1979. João Pessoa: UFPB, 1979b.

_____. PRAC. **Portaria n. 21**, de 18 de abr. 1979. João Pessoa: UFPB, 1979c.

VALENTE, João. **NAC e sua história**: depoimento [jan. 2010]. Entrevistador: Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira. João Pessoa: UFPB, 2010. 2 DVD sonoros. Entrevista cedida ao projeto "A gestão da informação arquivística aplicada à memória histórica no Núcleo de Arte Contemporânea (NAC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)"



Movimentos Sociais e Arquivo: A importância da documentação no processo de construção da memória

Fernanda Monteiro – Unirio¹
fernandacma@gmail.com

Introdução

As transformações em âmbito mundial que marcaram os últimos dois séculos, no Brasil mais especificamente os últimos trinta anos, exemplificadas, entre outros elementos, pela emergência de um novo modelo governamental neoliberal, que prioriza a expansão da intervenção do Estado, *stricto senso*, em prol do aumento da produção, no qual o mercado virou a base para a organização da sociedade, indicaram para uma realocação dos principais papéis de diversos atores sociais no sentido do bem comum. A partir de uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, o neoliberalismo restringiu a responsabilidade social do Estado, relegando ao mercado e às empresas privadas parte dos seus encargos.

Dessa forma, a sociedade civil² organizada assumiu novas responsabilidades que antes faziam parte da esfera exclusiva estatal, formando um conjunto de organizações com fins públicos com o objetivo de atender direitos sociais básicos e combater a exclusão social. Assim, essas organizações acabaram por criar uma nova esfera, o chamado terceiro setor.

Cada vez mais o número de fundações, associações e outras instituições com características similares, são criadas com a intenção de prestar serviços sociais, promover o desenvolvimento econômico local e defender os direitos civis; nessa perspectiva o surgimento da expressão “terceiro setor” como uma denominação que representa e denomina instituições que não são do governo (Estado) e nem do mercado, precisa ser melhor analisado de forma específica.

¹ Professora do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos – DEPA da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio - PPGMS

² GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

Nesse sentido, o surgimento de iniciativas com cunho reivindicatório e com propostas sociais de defesa dos setores menos favorecidos socialmente, torna-se latente no Brasil. Nessa conjuntura podemos perceber a emergência de demandas específicas e variadas que irão convergir em movimentos mais amplos, orquestrados por diversos grupos de defesa e reivindicação. Configurando-se em uma das vertentes do terceiro setor, os movimentos sociais surgem com objetivos específicos nas suas diversas áreas de atuação.

Nessa perspectiva, o estudo em questão pretende analisar, o campo dos movimentos sociais, enquanto uma ramificação do terceiro setor, ou seja, como uma proposta alternativa a do Estado. Como forma de focar a discussão a proposta e pensar, na perspectiva da arquivologia, sobre a produção documental nessas instituições e a participação do arquivista nesse contexto.

Os movimentos sociais, constituídos ou não juridicamente, como partes integrantes de nossa sociedade, compartilham sobre muitos aspectos, de um olhar limitado sobre as relações arquivo / arquivista / estado / sociedade. Nessa perspectiva a proposta é analisar a atuação do profissional de arquivo no contexto de produção documental de determinadas instituições que compõe os movimentos sociais, destacando que algumas características e especificidades dessas instituições, onde muitas vezes predomina não apenas a informalidade, como também um baixo volume de documentos produzidos, não significa a inexistência da necessidade do arquivista, pelo contrário, é exatamente através do arquivista que a documentação produzida por essas instituições pode servir muito menos a meras práticas burocráticas e serem percebidas como instrumento político essencial.

Na medida em que as atividades dos movimentos sociais estão inseridas num contexto social mais amplo, no qual o arquivo surge como um lugar propício para o resgate ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos, o arquivista atua politicamente no sentido de identificar e preservar elementos que una ou identifique grupos e indivíduos.

Acredita-se que uma vez postas, estas condições nos permitam não apenas ampliar o campo de atuação dos arquivistas, mas também estabelecer uma maior aproximação dos Arquivos / Arquivista com os indivíduos que se mobilizam em torno dos diferentes seguimentos dos movimentos sociais, apresentando a importância do

debate em torno da preservação e do acesso à documentação produzida e recebida por essas instituições no processo contínuo de construção da memória.

Dessa forma o debate proposto apresenta uma discussão essencial e inovadora que tem muito a contribuir para estudos sobre memória e informação, na medida em que os documentos em fundos não oficiais, quando corretamente produzidos, tratados e acondicionados são importantes fontes de constituição da memória e identidade, de muitos movimentos que na maioria das vezes atuam na informalidade e acabam por perder, ao longo da sua trajetória, aspectos importantes da sua formação e atuação.

A memória coletiva é constituída a partir das recordações de acontecimentos ou ações que se deram no passado refletido e ligado em nosso presente, configurando-se então pelo esquecimento e pela lembrança³. Dessa forma, o arquivo pode ser utilizado como lugar dispositivo de memória, com vistas a valorizar e preservar a memória de grupos ou indivíduos, como dos grupos de militância que configuram os movimentos sociais, por meio do resgate de fundos específicos, estabelecendo a relação entre a contextualização histórica e a custódia dos documentos.

O número de arquivos que constituem fundos documentais relacionados às questões políticas e culturais dos movimentos sociais no Brasil é muito baixo, uma vez que muitos desses movimentos atuam na informalidade, e assim não apresentam documentos que relatem sua vivência em seus diferentes aspectos, dificultando o resgate de informações sobre suas funções e atividades sociais de extrema importância para a construção de suas memórias e identidade. Considerando também o fato de que ainda os arquivos e suas funções são desconhecidos por muitas pessoas em nossa sociedade, o que acaba dificultando a disseminação das informações contidas nestes documentos.

O estudo relacionado aos acervos dos movimentos sociais é cada vez mais necessário, por direito a constituírem sua memória e também pela evidência de suas reivindicações políticas e sociais que foram negadas durante décadas. Essa importância é refletida na especificidade que os documentos podem transmitir ao estudar o contexto de determinados movimentos em sua generalidade até as práticas culturais do grupo, não retirando o direito de fazerem parte de nossa história e memória.

Mesmo que tardiamente a construção ou identificação da memória dos movimentos sociais é de fundamental importância para que estes possam inserir-se num

³ POLLAK, M. "Memória, esquecimento e silêncio". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>

contexto sócio-político que os configuram como “seres identificatórios”, numa sociedade no qual quem não tem sua memória viva e respeitada, está privado de se identificar como um indivíduo que possui atuação político-social e cultural.

Conforme Bellotto⁴, o documento arquivístico representa muito mais que um suporte, uma estrutura e um conteúdo. Implica na guarda, circunstância e na vontade de dar origem a um fato. Também segundo a autora, indica um propósito por meio do qual um fato e uma vontade determinam conseqüências; é o resultado de um procedimento de criação que se verá refletido na forma documental.

Dessa forma, a visão do arquivo enquanto instrumento particular do Estado, tem afetado diretamente a ideia de memória. De acordo com Jardim⁵ “a memória parece visualizada, sobretudo como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais.” Assim, mais uma vez, percebemos a importância da constituição de acervos arquivísticos nos movimentos sociais enquanto instituições representativas de lutas e reivindicações, já que são de extrema importância para o resgate da identidade de grupos e indivíduos, assim como para preservação de suas ideias, na medida em que atuam dentro de um contexto político e social de construção histórica, e por tanto, processual da memória.

Existe a tendência em considerar os movimentos sociais como um todo homogêneo, no entanto é importante observar que existem variados tipos de movimentos tanto em relação às reivindicações quanto no que se refere aos seus estágios de desenvolvimento. Há sindicatos diversificados, associações de moradores, grupos de ruas, clubes, oposições sindicais,...acontecendo em lugares concretos, com dinâmicas próprias que são produto da situação estrutural da sociedade, modificando-se segundo a conjuntura, dependendo de uma história de luta global e particular, de uma prática política determinada.

Os membros efetivos, aqueles que participam cotidianamente, têm a possibilidade de construir uma visão mais ampla a respeito dos objetivos de cada instituição. Mas esses membros também podem limitar-se somente na ótica do grupo do qual participam. Nesse sentido, defendemos que há outros canais, além da participação

⁴ BELLOTTO, Heloisa L. “Arquivos permanentes: tratamento documental”. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 03.

⁵ JARDIM, José Maria. “A invenção da memória nos arquivos públicos”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 01-13, 1995, p.01.

direta num trabalho de base, na militância específica, para compreender a demanda de serviço que surge dos diversos grupos que configuram os movimentos sociais. O conhecimento da documentação interna e da demanda externa é um desses canais.

Mas para isso é necessária uma formação aprimorada das técnicas e conceitos referentes às questões que envolvem a documentação, a informação e o acesso. É preciso um profissional que conheça os mecanismos gerais, e isto, muitas vezes, torna difícil, na prática, dedicar-se a um trabalho de base que, em sua dinâmica, absorve tempo.

Percebemos que as necessidades dos movimentos sociais são diversificadas, podem dirigir-se desde a universidade até aos quadros estatísticos fornecidos por instituição especializada, passam por animadores, agentes, assessores, especialistas, alcançam uma tese e muitas vezes são atendidas apenas com uma pequena folha de papel. Assim o controle e processamento da informação são essenciais tanto para a preservação da memória e identidade dos grupos ligados a esses movimentos, quanto a sua divulgação e incentivo através do acesso, e nessa perspectiva a atuação do arquivista é imprescindível.

Assim como em outras esferas de atuação, nos movimentos sociais o papel do arquivista está diretamente relacionado a uma prática política enquanto responsável direto pela permanência ou não de determinado documento e/ou informação, ou seja, é preciso compreender os aspectos das diversidades culturais, sociais, religiosas e econômicas, inerentes à sociedade brasileira, como uma necessidade de comprometimento ético e profissional capaz de evitar que a sua visão de mundo (um olhar excessivamente etnocêntrico, preconceituoso e pessoal), exclua a possibilidade do outro de se ver representado e de ter acesso aos documentos que digam respeito a tais diferenças.

Dessa forma a atuação do arquivista nas instituições ligadas aos movimentos sociais precisa ser analisada no sentido de que esse profissional atua como um agente político inserido socialmente e precisa pensar a sua condição na perspectiva de ser capaz de realizar um trabalho especializado e eficiente na direção de dialogar com os objetivos da entidade para a qual trabalha, configurando-se em mais um membro a serviço da preservação da memória e informação de grupos e pessoas.

O arquivista deve intervir de modo a ajudar a instituição, oferecendo uma visão global do acervo, é um profissional que atua como uma espécie de “filtro”, como uma peça fundamental no critério de seleção da informação e na relação com o usuário.

Nesse sentido, é importante destacar que a ausência de documentos como produto direto das atividades dos movimentos sociais não exclui a compreensão de que os documentos materializam a relação entre Estado e sociedade, nas suas diversas esferas, constituindo-se em um instrumento fundamental para a legitimação de determinadas reivindicações. É nessa direção que o presente trabalho irá atuar, analisando a importância da documentação como ferramenta estratégica na identificação e preservação da memória coletiva e individual no processo de formação e consolidação das lutas e demandas empreendidas pelos movimentos sociais.

Objetivos

A partir da conjuntura neoliberal de surgimento de novas reivindicações e demandas por parte da sociedade civil, a proposta é analisar a emergência dos movimentos sociais enquanto uma vertente do chamado terceiro setor no sentido de mapear a relação entre Estado, sociedade e mercado. Esse debate ajuda a entender o processo de formação dos movimentos sociais enquanto instituições, muitas vezes, não-oficiais, e nesse sentido a construção de aspectos identificatórios fica prejudicada.

Assim, o objetivo é analisar o papel da documentação produzida e recebida pelos movimentos sociais no sentido de identificar elementos particulares que caracterizem sua memória e história ao longo de sua trajetória. Para tanto, a atuação do arquivista vem a somar, enquanto um ator político fundamental.

Os movimentos sociais, como qualquer outra instituição, produz, recebe e acumula informação durante seu desenvolvimento e atuação. Informação essa, que pode estar registrada em diferentes tipos de suportes: escritos, gravados, filmados, entre outros... É justamente nessa discussão que o presente trabalho se insere. O objetivo é analisar, a partir do contexto social, político e econômico da atual realidade brasileira a participação do arquivista enquanto ator fundamental no processo de preservação e resgate da informação no sentido de construir e divulgar aspectos que identifiquem determinados grupos e suas demandas.

Nora⁶ destaca que embora a memória seja vivida no interior dos indivíduos, quase sempre ela necessita de suportes exteriores (materializada) e de referências tangíveis que só vivem através delas. Ainda aponta que daí surge a obsessão pelo Arquivo que marca o contemporâneo e afeta, ao mesmo tempo, a preservação do presente e do passado.

Nesse sentido, o arquivo, enquanto “lugar de memória”, precisa atuar, nos movimentos sociais, no sentido de salvaguardar as origens e o processo de formação e atuação de determinado movimento, refletindo as características intrínsecas a esse processo, como o momento histórico vivido. É nesse sentido que pretendemos inserir a atuação do arquivista.

Conclusão

A partir do final da década de 80 e do início da década de 90, tornou-se comum no Brasil, especialmente entre os teóricos da Reforma do Estado, a expressão terceiro setor para designar o conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos e sem objetivo de lucro. Ele coexiste com o primeiro setor, que é o Estado, e com o segundo setor, que é o mercado. A vertente majoritária defende que o terceiro setor se difere do primeiro porque suas entidades são de natureza privada e do segundo porque não visa ao lucro nem ao proveito pessoal de seus atores, mas se dedica à consecução de fins públicos, no entanto essa generalização apresenta algumas ressalvas.

O chamado terceiro setor é um campo e um conceito recentes, que vêm sendo objeto de inúmeras discussões que precisam ser aprofundadas. Como ainda estamos no início do processo de conhecimento das características, dos elementos e da própria essência e lógica do terceiro setor, não existe unanimidade no tocante a seu conceito e abrangência, e isto inclusive porque os conceitos variam conforme a ênfase dada a um de seus elementos ou características, tais como: diferenciação dos outros setores, finalidade ou natureza jurídica das organizações que o compõem.

⁶ NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993, p.14.

Em contrapartida, devido ao grande crescimento das instituições organizadas por elementos da sociedade civil a partir da restrita participação do Estado e do mercado privado, o terceiro setor se configurou numa importante esfera social que precisa ser melhor estudada e analisada a fim de entendermos o motivo do seu surgimento e as consequências diretas que essas instituições provocam na sociedade brasileira em geral. Uma dessas consequências está relacionada ao crescimento de organizações que se estruturaram em torno dos movimentos sociais, reformulando demandas e reivindicações aos novos tempos contemporâneos.

É importante destacar que os movimentos sociais não foram “inaugurados” pelo Estado neoliberal, muito antes já existiam reivindicações organizadas, no entanto a partir dessa nova configuração política, social e econômica, esses movimentos adquiriram características específicas relacionadas diretamente a esse momento histórico. Nesse sentido, pretendemos analisar a estrutura contemporânea de tais movimentos, ressaltando que é justamente nesses tempos atuais que o debate em torno da documentação e do acesso à informação ganham mais fôlego, principalmente no que se refere à memória enquanto processo de construção.

Nesse sentido, a justificativa e relevância do presente trabalho, está na necessidade de um estudo mais aprofundado a cerca desse contexto, ainda indefinido, que circunda o debate sobre os movimentos sociais, buscando um melhor entendimento da dinâmica que existe entre documentação, arquivo e memória. Destacando-se que essa discussão insere-se em um debate mais amplo que abrange conceitos sobre teoria do Estado, essenciais para a elucidação dos objetivos aqui propostos.

Somando-se ainda a intenção principal de tentar analisar dentro desse contexto, o papel do arquivista como agente político, partindo das dificuldades da produção e acumulação documental nessas instituições. O profissional de arquivo deve atuar ativamente em todas as etapas que envolvem o “fazer arquivístico”, na medida em que suas atividades estão inseridas no contexto social amplo, no qual o arquivo surge como um lugar propício para o resgate ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos que podem apresentar elementos que una ou identifique grupos e indivíduos.

Uma outra esfera de análise na qual está inserida todo o debate sobre os movimentos sociais no Brasil é a discussão sobre teoria do Estado e sociedade civil.

Reflexões e discussões referentes ao Estado brasileiro enquanto elemento indispensável ao estudo das políticas em geral apontam, em sua maioria, para uma análise “estadista”, segundo a qual o Estado, de origem ibérica, seria o principal responsável pelas características de nossa formação social. No entanto, é importante destacar que as bases teóricas e conceituais que sustentam nossa análise indicam outra perspectiva, que nada tem a ver com a interpretação dominante, que privilegia o Estado como ator principal e renega a sociedade a um papel coadjuvante.

Autores consagrados pela “academia”, que tomam como norte de suas análises o predomínio inquestionável do Estado sobre a sociedade, acabam por vitimizar, de certa forma, a sociedade civil, desqualificando as ações públicas. O Estado, por sua vez, é visto como algo à parte dessa sociedade, um “ser reificado”, descolado do tecido social que lhe dá base, como observa Sonia Regina de Mendonça.⁷ Essa vertente trabalha com um Estado “naturalizado”, “místico”, um bloco homogêneo, como se não fosse constituído de atores sociais com interesses específicos, isentando as práticas estatais de conflitos. Segundo Mendonça, tal vertente afirma

uma forte carga de negatividade, usualmente associada ao Estado e que transparece através de adjetivações como “centralizador”, “cooptador” e “coercitivo” o que pressupõem, enquanto seu reverso necessário, a fragilidade, ‘dispersão’ ou impotência da Sociedade, incapaz de promover formas próprias de organização de representação política.⁸

O Estado faz parte do conflito existente entre as classes sociais, e por isso é necessário destacar que ele não deve ser entendido como uma “entidade em si mesmo”, mas sim como uma relação de forças entre classes, que se manifesta de maneira específica e privilegia as relações sociais, possuindo a todo o momento interesses e alianças estratégicas. Mendonça⁹ observa que o êxito ou fracasso de posições defendidas no embate entre projetos formulados por frações da classe dominante depende da sua capacidade organizacional, e do maior ou menor poder de barganha em

⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. “Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais”. *Outros Tempos*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 1-12, 2007.

⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. “Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais”. *Outros Tempos*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 1-12, 2007, p. 3.

⁹ MENDONÇA, Sonia Regina. “Economia e Política na historiografia brasileira”. *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

prol da inserção de seus interesses no interior das mais variadas agências do poder público estatizado, processo este altamente dinâmico e em permanente redefinição.

De acordo com Antonio Gramsci,¹⁰ o Estado é uma condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade, incorporando em si mesmo os conflitos presentes na formação social. O conceito de Estado enquanto uma relação, elaborado por Gramsci, parte da visão de “Estado ampliado”, que incorpora três componentes abordados em constante interação. São eles: a infra-estrutura, a sociedade civil e a sociedade política. Nessa interação, há uma dimensão política fundamental para a preservação e estruturação do Estado, que extrapola a dinâmica entre coerção e consenso. Sua base principal é o que Gramsci denomina de cultura, entendida não como atividade de entretenimento, erudição, ou coisa do gênero, mas sim como visão de mundo, valores, crenças, etc. de um determinado grupo social.

Assim, partindo do pressuposto de que sociedade política e sociedade civil encontram-se em constante relação, é necessário identificar as formas de organização de ambas, no sentido de verificar os agentes coletivos inseridos organicamente em classes ou frações de classe específicas. Da mesma forma, é fundamental conectar tais agentes com as disputas constantes no interior das agências estatais. Segundo Mendonça, deve-se “refletir a cada momento histórico, sobre o eixo central que organiza e articula a sociedade civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como tais formas dessa organização se articulam **junto e pelo** Estado restrito, mediante a análise dos seus agentes e das suas práticas”.¹¹

Dessa forma, o esclarecimento sobre o conceito de Estado adotado neste trabalho se faz necessário, porque a discussão em torno da dialética que envolve a administração burocrática estatal, a política nacional ou sociedade política e a sociedade civil, ou seja, a relação entre economia e política – ou Estado e economia – perpassa por essa problemática, pela questão do Estado. Seu conceito e seus mecanismos de interação com as classes sociais são fundamentais para direcionar e entender de forma mais clara a relação entre economia, política e sociedade, que muitos insistem em afirmar que é estanque. É importante destacar que o modo pelo qual essas três esferas se relacionam não é estático, a forma de articulação depende do tipo específico da

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

¹¹ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais*. *Outros Tempos*, vol. 1, p. 7, 2007. Grifo nosso.

formação social em questão, sendo portanto um fenômeno histórico e socialmente mutável.

Nesse sentido entendemos que a análise da produção documental dos movimentos sociais é fundamental no processo de construção da memória e identidade desses grupos, na medida em que o arquivo se apresenta como uma ferramenta estratégica na disputa pela memória. Os arquivos são construções sociais, são instituições socialmente construídas e por isso possuem uma relação direta com as ideias de memória e verdade, influenciando na produção do conhecimento sobre o passado e nos registros que moldam no presente as ideias de história, memória e identidade.

“Os arquivos tem o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência (...) Nesses espaços de poder, o presente controla o que o futuro saberá do passado”¹² Nessa passagem de Terry Cook percebemos que o arquivo se torna um espaço estratégico de legitimação de narrativas e práticas sociais, que remetem a construção de valores e identidades, os arquivos são investidos de significados que são dados através de embates de interesses.

Nesse debate não podemos negligenciar a participação do arquivista que é o principal responsável pela configuração do arquivo e por aquilo que se quer revelar ou não. Dessa forma entendemos que o arquivista age de forma política na confecção do que será o arquivo, influenciando diretamente no acesso ao passado e ao presente.

Assim, o arquivo não pode ser entendido como depósito de documentos velhos, mas sim como ferramenta estratégica de poder na construção de memórias e identidades sociais. São lugares ativos onde o poder é negociado, contestado, confirmado principalmente pela atuação política dos arquivistas, que agem de forma decisiva na configuração arquivística, fazendo com que os documentos reflitam as suas diversas “vozes”.

No caso dos movimentos sociais o arquivo adquire uma conotação ainda mais específica na medida em que é o setor no qual a trajetória desse grupo está refletida. É através do arquivo que os pesquisadores e até mesmo os militantes podem se reconhecer ou não, nos documentos que muitas vezes apresentam aspectos desconhecidos por

¹² COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M. “Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna”. *Archives Science*, v. 2, n 1-2, p 1-19.

muitos membros dos movimentos sociais, principalmente no que se refere às lutas e reivindicações.

6 - Referências

ALVES, Mario de Aquino. *Perfil da captação de recursos no Brasil*. Artigo publicado em material didático do curso Princípios e Técnicas de Captação de Recursos, GVpec, da EAESP-FGV. São Paulo, julho de 2001.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins Barbosa. *Terceiro setor no panorama internacional: aspectos jurídicos*. Artigo publicado em material didático do curso de Direito do Terceiro Setor, GVpec, da EAESP-FGV. São Paulo, 2º semestre de 2001.

_____. *Manual de ONGS: guia prático de orientação jurídica* / Maria Nazaré Lins Barbosa e Carolina Felipe de Oliveira; Coordenação Luiz Carlos Merege. - 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13/14. ISBN 85-225-0353-2

BEGHIN, Nathalie. *A filantropia empresarial: nem caridade nem direito*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2003

BELLOTTO, Heloísa L. “Arquivos permanentes: tratamento documental”. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CARDOSO, Ruth. *Fortalecimento da sociedade civil*. In: IOSCHPE, E. B. (Org.) *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, cap. 1, p. 7-12, 1997.

CARVALHO, Denise Gomide. *Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000): construção de sujeitos coletivos e de propostas sócio educativas* / Denise Gomide Carvalho. Dissertação (mestrado) –

Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. – Campinas, SP: [s.n.], 2002.

CASTELLS, Manuel. *Cidade, Democracia e Socialismo: A experiência das associações de vizinhos de Madri*. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CICONELLO, Alexandre. *O conceito legal de público no terceiro setor*. In: Terceiro setor/textos de Alexandre Ciconello ... [et al.]; Eduardo Szazi, (org.), et al. Terceiro setor: temas polêmicos 1. São Paulo: Peirópolis, 2004 – (Temas polêmicos; 1), p. 46/47 e 54/55 .ISBN 85-7596-034-2.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor : um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Ed. SENAC, 2002

CORREIA, Fábio Cardoso. *Terceiro setor e gestão social*. (Cadernos Pós Graduação). Disponível em: <<http://www.educacaofiscal.rj.gov.br/materialdidatico.shtml>>.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. 3º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DUCHEIN, Michel. “O respeito aos fundos em Arquivística: princípios, teóricos e problemas práticos”. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: 1986. v.10 - 14 n. 1.

FERNANDES, Rubens César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

_____. *O que é o terceiro setor*. In: IOSCHPE, Evelyn Berg [et. al.]. 3º setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 27. ISBN 85-219-0264-6

FISCHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração; práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Editora Gente, 2002. ISBN 85-7312-373-7

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, Vozes, 2000.

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos*. Edições Loyola, 2007.

GÓMEZ, José María. Entre potencialidades e limites, temores e esperanças: notas sobre a sociedade civil e a globalização. In: GARCIA, Joana; LAMDIM, Leilah; DAHMER, Tatiana (Orgs.). *Sociedade & Políticas – novos debates entre ONGs e universidade*. Rio de Janeiro: Renavan, 2003, p. 11-20.

HUDSON, Mike. *Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita*. São Paulo: Makron Books, 1999.

JARDIM, José Maria. “A invenção da memória nos arquivos públicos”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 01-13, 1995.

LANDIM, Leilah. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Cadernos do Iser, Rio de Janeiro: [s.n.], 1993.

_____. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Rio de Janeiro: 1993

_____. *Chapter, 2 – The nonprofit sector in Brazil* In: Anheier, H. L and Salamon L. M. *The nonprofit Sector in the development world: a comparative analysis*. Manchester University Press: New York, 1998.

LOUREIRO, Rita Maria. *Os Economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MÂNICA, Fernando Borges. *Panorama histórico legislativo do Terceiro Setor no Brasil: do conceito de Terceiro Setor à Lei das OSCIP*. In: OLIVEIRA, Gustavo J. de. (coord.) *Terceiro Setor, Empresas e Estado: novas fronteiras entre o público e o privado*. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 163-194.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais*. *Outros Tempos*, vol. 1, p. 7, 2007.

_____. *Economia e Política na historiografia brasileira*. *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

MEREGE, Luiz Carlos. *O papel do 3º setor na estrutura de uma nova sociedade*. Artigo publicado em material didático do curso Administração para Organizações Não Lucrativas, GVpec, da EAESP-FGV. São Paulo, 2º semestre de 1999.

_____. *Realidade e perspectivas do terceiro setor no Brasil*. Artigo publicado em material didático do curso Princípios e Técnicas de Captação de Recursos, GVpec, da EAESP-FGV. São Paulo, julho de 2001.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social* São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”*. *Revista Lutas Sociais*, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed. Pulsar, n. 8, p. 53-64, 1. sem. 2002

MONTEIRO, Fernanda. *Da solidariedade econômica ao ativismo político: o caso Lucas Lopes*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/URFJ), 2010.

NORA, Peirre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993, p.14.

POLLAK, M. “Memória, esquecimento e silêncio”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>

SALAMON, Lester & ANHEIR, Helmut K. *In Search of the Non-Profit Sector I: The Question of Definitions*. Voluntas V. 3 Nº 2, Manchester: Manchester University Press, 1992.

SANTOS, B.S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortêz Editora, 2000.

SCAICO, Oswaldo.; et al. *CEATS: o espaço do terceiro setor na universidade*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo: FGV, v. 33, n. 1, p. 74-76, jan.-mar. 1998.

SCHELLENBERG, T. R. “Arquivos modernos. Princípios e técnicas”. Rio de Janeiro: FGV, 1973

Szazi, Eduardo. *Terceiro Setor: regulação no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Peirópolis, 2001.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. *Pensar o Terceiro Setor como Extensão Universitária: Análise de Proposta de Gestão Social*. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte, setembro de 2004.

Documentos e Sites Auxiliares:

ARQUIVO NACIONAL, “Dicionário brasileiro de terminologia arquivística”. 2004. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf>

Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). “Centros de Documentação Alternativos: Algumas questões”. *Memória*. Rio de Janeiro, v.1, n.7, nov.1983.

Mapa do Terceiro Setor: *Sobre o Mapa do Terceiro Setor e Metodologia*. MAPA DO TERCEIRO SETOR do Centro de Estudos do Terceiro Setor – CETS – da Fundação Getúlio Vargas – FGV (www.mapa.org.br).

Manual sobre Organizações Não Lucrativas no Sistema de Contas Nacionais. Johns Hopkins University em cooperação com a United Nations Statistics Division. Tradução e Revisão: Georgina Esteves e Ofélia Lopes.

PROPOSTAS DA ABONG PARA O MARCO LEGAL DAS ONGs. In site da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG.

www.abong.org.br

<http://www.senado.gov.br/legislacao>

www.ifch.unicamp.br/ael

Movimentos Sociais e Arquivo: A importância da documentação no processo de construção da memória

Fernanda Monteiro – Unirio¹
fernandacma@gmail.com

Introdução

As transformações em âmbito mundial que marcaram os últimos dois séculos, no Brasil mais especificamente os últimos trinta anos, exemplificadas, entre outros elementos, pela emergência de um novo modelo governamental neoliberal, que prioriza a expansão da intervenção do Estado, *stricto sensu*, em prol do aumento da produção, no qual o mercado virou a base para a organização da sociedade, indicaram para uma realocação dos principais papéis de diversos atores sociais no sentido do bem comum. A partir de uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, o neoliberalismo restringiu a responsabilidade social do Estado, relegando ao mercado e às empresas privadas parte dos seus encargos.

Dessa forma, a sociedade civil² organizada assumiu novas responsabilidades que antes faziam parte da esfera exclusiva estatal, formando um conjunto de organizações com fins públicos com o objetivo de atender direitos sociais básicos e combater a exclusão social. Assim, essas organizações acabaram por criar uma nova esfera, o chamado terceiro setor.

Cada vez mais o número de fundações, associações e outras instituições com características similares, são criadas com a intenção de prestar serviços sociais, promover o desenvolvimento econômico local e defender os direitos civis; nessa perspectiva o surgimento da expressão “terceiro setor” como uma denominação que representa e denomina instituições que não são do governo (Estado) e nem do mercado, precisa ser melhor analisado de forma específica.

¹ Professora do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos – DEPA da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio - PPGMS

² GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

Nesse sentido, o surgimento de iniciativas com cunho reivindicatório e com propostas sociais de defesa dos setores menos favorecidos socialmente, torna-se latente no Brasil. Nessa conjuntura podemos perceber a emergência de demandas específicas e variadas que irão convergir em movimentos mais amplos, orquestrados por diversos grupos de defesa e reivindicação. Configurando-se em uma das vertentes do terceiro setor, os movimentos sociais surgem com objetivos específicos nas suas diversas áreas de atuação.

Nessa perspectiva, o estudo em questão pretende analisar, o campo dos movimentos sociais, enquanto uma ramificação do terceiro setor, ou seja, como uma proposta alternativa a do Estado. Como forma de focar a discussão a proposta e pensar, na perspectiva da arquivologia, sobre a produção documental nessas instituições e a participação do arquivista nesse contexto.

Os movimentos sociais, constituídos ou não juridicamente, como partes integrantes de nossa sociedade, compartilham sobre muitos aspectos, de um olhar limitado sobre as relações arquivo / arquivista / estado / sociedade. Nessa perspectiva a proposta é analisar a atuação do profissional de arquivo no contexto de produção documental de determinadas instituições que compõe os movimentos sociais, destacando que algumas características e especificidades dessas instituições, onde muitas vezes predomina não apenas a informalidade, como também um baixo volume de documentos produzidos, não significa a inexistência da necessidade do arquivista, pelo contrário, é exatamente através do arquivista que a documentação produzida por essas instituições pode servir muito menos a meras práticas burocráticas e serem percebidas como instrumento político essencial.

Na medida em que as atividades dos movimentos sociais estão inseridas num contexto social mais amplo, no qual o arquivo surge como um lugar propício para o resgate ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos, o arquivista atua politicamente no sentido de identificar e preservar elementos que una ou identifique grupos e indivíduos.

Acredita-se que uma vez postas, estas condições nos permitam não apenas ampliar o campo de atuação dos arquivistas, mas também estabelecer uma maior aproximação dos Arquivos / Arquivista com os indivíduos que se mobilizam em torno dos diferentes seguimentos dos movimentos sociais, apresentando a importância do

debate em torno da preservação e do acesso à documentação produzida e recebida por essas instituições no processo contínuo de construção da memória.

Dessa forma o debate proposto apresenta uma discussão essencial e inovadora que tem muito a contribuir para estudos sobre memória e informação, na medida em que os documentos em fundos não oficiais, quando corretamente produzidos, tratados e acondicionados são importantes fontes de constituição da memória e identidade, de muitos movimentos que na maioria das vezes atuam na informalidade e acabam por perder, ao longo da sua trajetória, aspectos importantes da sua formação e atuação.

A memória coletiva é constituída a partir das recordações de acontecimentos ou ações que se deram no passado refletido e ligado em nosso presente, configurando-se então pelo esquecimento e pela lembrança³. Dessa forma, o arquivo pode ser utilizado como lugar dispositivo de memória, com vistas a valorizar e preservar a memória de grupos ou indivíduos, como dos grupos de militância que configuram os movimentos sociais, por meio do resgate de fundos específicos, estabelecendo a relação entre a contextualização histórica e a custódia dos documentos.

O número de arquivos que constituem fundos documentais relacionados às questões políticas e culturais dos movimentos sociais no Brasil é muito baixo, uma vez que muitos desses movimentos atuam na informalidade, e assim não apresentam documentos que relatem sua vivência em seus diferentes aspectos, dificultando o resgate de informações sobre suas funções e atividades sociais de extrema importância para a construção de suas memórias e identidade. Considerando também o fato de que ainda os arquivos e suas funções são desconhecidos por muitas pessoas em nossa sociedade, o que acaba dificultando a disseminação das informações contidas nestes documentos.

O estudo relacionado aos acervos dos movimentos sociais é cada vez mais necessário, por direito a constituírem sua memória e também pela evidência de suas reivindicações políticas e sociais que foram negadas durante décadas. Essa importância é refletida na especificidade que os documentos podem transmitir ao estudar o contexto de determinados movimentos em sua generalidade até as práticas culturais do grupo, não retirando o direito de fazerem parte de nossa história e memória.

Mesmo que tardiamente a construção ou identificação da memória dos movimentos sociais é de fundamental importância para que estes possam inserir-se num

³ POLLAK, M. "Memória, esquecimento e silêncio". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>

contexto sócio-político que os configuram como “seres identificatórios”, numa sociedade no qual quem não tem sua memória viva e respeitada, está privado de se identificar como um indivíduo que possui atuação político-social e cultural.

Conforme Bellotto⁴, o documento arquivístico representa muito mais que um suporte, uma estrutura e um conteúdo. Implica na guarda, circunstância e na vontade de dar origem a um fato. Também segundo a autora, indica um propósito por meio do qual um fato e uma vontade determinam conseqüências; é o resultado de um procedimento de criação que se verá refletido na forma documental.

Dessa forma, a visão do arquivo enquanto instrumento particular do Estado, tem afetado diretamente a ideia de memória. De acordo com Jardim⁵ “a memória parece visualizada, sobretudo como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais.” Assim, mais uma vez, percebemos a importância da constituição de acervos arquivísticos nos movimentos sociais enquanto instituições representativas de lutas e reivindicações, já que são de extrema importância para o resgate da identidade de grupos e indivíduos, assim como para preservação de suas ideias, na medida em que atuam dentro de um contexto político e social de construção histórica, e por tanto, processual da memória.

Existe a tendência em considerar os movimentos sociais como um todo homogêneo, no entanto é importante observar que existem variados tipos de movimentos tanto em relação às reivindicações quanto no que se refere aos seus estágios de desenvolvimento. Há sindicatos diversificados, associações de moradores, grupos de ruas, clubes, oposições sindicais,...acontecendo em lugares concretos, com dinâmicas próprias que são produto da situação estrutural da sociedade, modificando-se segundo a conjuntura, dependendo de uma história de luta global e particular, de uma prática política determinada.

Os membros efetivos, aqueles que participam cotidianamente, têm a possibilidade de construir uma visão mais ampla a respeito dos objetivos de cada instituição. Mas esses membros também podem limitar-se somente na ótica do grupo do qual participam. Nesse sentido, defendemos que há outros canais, além da participação

⁴ BELLOTTO, Heloísa L. “Arquivos permanentes: tratamento documental”. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 03.

⁵ JARDIM, José Maria. “A invenção da memória nos arquivos públicos”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 01-13, 1995, p.01.

direta num trabalho de base, na militância específica, para compreender a demanda de serviço que surge dos diversos grupos que configuram os movimentos sociais. O conhecimento da documentação interna e da demanda externa é um desses canais.

Mas para isso é necessária uma formação aprimorada das técnicas e conceitos referentes às questões que envolvem a documentação, a informação e o acesso. É preciso um profissional que conheça os mecanismos gerais, e isto, muitas vezes, torna difícil, na prática, dedicar-se a um trabalho de base que, em sua dinâmica, absorve tempo.

Percebemos que as necessidades dos movimentos sociais são diversificadas, podem dirigir-se desde a universidade até aos quadros estatísticos fornecidos por instituição especializada, passam por animadores, agentes, assessores, especialistas, alcançam uma tese e muitas vezes são atendidas apenas com uma pequena folha de papel. Assim o controle e processamento da informação são essenciais tanto para a preservação da memória e identidade dos grupos ligados a esses movimentos, quanto a sua divulgação e incentivo através do acesso, e nessa perspectiva a atuação do arquivista é imprescindível.

Assim como em outras esferas de atuação, nos movimentos sociais o papel do arquivista está diretamente relacionado a uma prática política enquanto responsável direto pela permanência ou não de determinado documento e/ou informação, ou seja, é preciso compreender os aspectos das diversidades culturais, sociais, religiosas e econômicas, inerentes à sociedade brasileira, como uma necessidade de comprometimento ético e profissional capaz de evitar que a sua visão de mundo (um olhar excessivamente etnocêntrico, preconceituoso e pessoal), exclua a possibilidade do outro de se ver representado e de ter acesso aos documentos que digam respeito a tais diferenças.

Dessa forma a atuação do arquivista nas instituições ligadas aos movimentos sociais precisa ser analisada no sentido de que esse profissional atua como um agente político inserido socialmente e precisa pensar a sua condição na perspectiva de ser capaz de realizar um trabalho especializado e eficiente na direção de dialogar com os objetivos da entidade para a qual trabalha, configurando-se em mais um membro a serviço da preservação da memória e informação de grupos e pessoas.

O arquivista deve intervir de modo a ajudar a instituição, oferecendo uma visão global do acervo, é um profissional que atua como uma espécie de “filtro”, como uma peça fundamental no critério de seleção da informação e na relação com o usuário.

Nesse sentido, é importante destacar que a ausência de documentos como produto direto das atividades dos movimentos sociais não exclui a compreensão de que os documentos materializam a relação entre Estado e sociedade, nas suas diversas esferas, constituindo-se em um instrumento fundamental para a legitimação de determinadas reivindicações. É nessa direção que o presente trabalho irá atuar, analisando a importância da documentação como ferramenta estratégica na identificação e preservação da memória coletiva e individual no processo de formação e consolidação das lutas e demandas empreendidas pelos movimentos sociais.

Objetivos

A partir da conjuntura neoliberal de surgimento de novas reivindicações e demandas por parte da sociedade civil, a proposta é analisar a emergência dos movimentos sociais enquanto uma vertente do chamado terceiro setor no sentido de mapear a relação entre Estado, sociedade e mercado. Esse debate ajuda a entender o processo de formação dos movimentos sociais enquanto instituições, muitas vezes, não-oficiais, e nesse sentido a construção de aspectos identificatórios fica prejudicada.

Assim, o objetivo é analisar o papel da documentação produzida e recebida pelos movimentos sociais no sentido de identificar elementos particulares que caracterizem sua memória e história ao longo de sua trajetória. Para tanto, a atuação do arquivista vem a somar, enquanto um ator político fundamental.

Os movimentos sociais, como qualquer outra instituição, produz, recebe e acumula informação durante seu desenvolvimento e atuação. Informação essa, que pode estar registrada em diferentes tipos de suportes: escritos, gravados, filmados, entre outros... É justamente nessa discussão que o presente trabalho se insere. O objetivo é analisar, a partir do contexto social, político e econômico da atual realidade brasileira a participação do arquivista enquanto ator fundamental no processo de preservação e resgate da informação no sentido de construir e divulgar aspectos que identifiquem determinados grupos e suas demandas.

Nora⁶ destaca que embora a memória seja vivida no interior dos indivíduos, quase sempre ela necessita de suportes exteriores (materializada) e de referências tangíveis que só vivem através delas. Ainda aponta que daí surge a obsessão pelo Arquivo que marca o contemporâneo e afeta, ao mesmo tempo, a preservação do presente e do passado.

Nesse sentido, o arquivo, enquanto “lugar de memória”, precisa atuar, nos movimentos sociais, no sentido de salvaguardar as origens e o processo de formação e atuação de determinado movimento, refletindo as características intrínsecas a esse processo, como o momento histórico vivido. É nesse sentido que pretendemos inserir a atuação do arquivista.

Conclusão

A partir do final da década de 80 e do início da década de 90, tornou-se comum no Brasil, especialmente entre os teóricos da Reforma do Estado, a expressão terceiro setor para designar o conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos e sem objetivo de lucro. Ele coexiste com o primeiro setor, que é o Estado, e com o segundo setor, que é o mercado. A vertente majoritária defende que o terceiro setor se difere do primeiro porque suas entidades são de natureza privada e do segundo porque não visa ao lucro nem ao proveito pessoal de seus atores, mas se dedica à consecução de fins públicos, no entanto essa generalização apresenta algumas ressalvas.

O chamado terceiro setor é um campo e um conceito recentes, que vêm sendo objeto de inúmeras discussões que precisam ser aprofundadas. Como ainda estamos no início do processo de conhecimento das características, dos elementos e da própria essência e lógica do terceiro setor, não existe unanimidade no tocante a seu conceito e abrangência, e isto inclusive porque os conceitos variam conforme a ênfase dada a um de seus elementos ou características, tais como: diferenciação dos outros setores, finalidade ou natureza jurídica das organizações que o compõem.

⁶ NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993, p.14.

Em contrapartida, devido ao grande crescimento das instituições organizadas por elementos da sociedade civil a partir da restrita participação do Estado e do mercado privado, o terceiro setor se configurou numa importante esfera social que precisa ser melhor estudada e analisada a fim de entendermos o motivo do seu surgimento e as consequências diretas que essas instituições provocam na sociedade brasileira em geral. Uma dessas consequências está relacionada ao crescimento de organizações que se estruturaram em torno dos movimentos sociais, reformulando demandas e reivindicações aos novos tempos contemporâneos.

É importante destacar que os movimentos sociais não foram “inaugurados” pelo Estado neoliberal, muito antes já existiam reivindicações organizadas, no entanto a partir dessa nova configuração política, social e econômica, esses movimentos adquiriram características específicas relacionadas diretamente a esse momento histórico. Nesse sentido, pretendemos analisar a estrutura contemporânea de tais movimentos, ressaltando que é justamente nesses tempos atuais que o debate em torno da documentação e do acesso à informação ganham mais fôlego, principalmente no que se refere à memória enquanto processo de construção.

Nesse sentido, a justificativa e relevância do presente trabalho, está na necessidade de um estudo mais aprofundado a cerca desse contexto, ainda indefinido, que circunda o debate sobre os movimentos sociais, buscando um melhor entendimento da dinâmica que existe entre documentação, arquivo e memória. Destacando-se que essa discussão insere-se em um debate mais amplo que abrange conceitos sobre teoria do Estado, essenciais para a elucidação dos objetivos aqui propostos.

Somando-se ainda a intenção principal de tentar analisar dentro desse contexto, o papel do arquivista como agente político, partindo das dificuldades da produção e acumulação documental nessas instituições. O profissional de arquivo deve atuar ativamente em todas as etapas que envolvem o “fazer arquivístico”, na medida em que suas atividades estão inseridas no contexto social amplo, no qual o arquivo surge como um lugar propício para o resgate ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos que podem apresentar elementos que una ou identifique grupos e indivíduos.

Uma outra esfera de análise na qual está inserida todo o debate sobre os movimentos sociais no Brasil é a discussão sobre teoria do Estado e sociedade civil.

Reflexões e discussões referentes ao Estado brasileiro enquanto elemento indispensável ao estudo das políticas em geral apontam, em sua maioria, para uma análise “estadista”, segundo a qual o Estado, de origem ibérica, seria o principal responsável pelas características de nossa formação social. No entanto, é importante destacar que as bases teóricas e conceituais que sustentam nossa análise indicam outra perspectiva, que nada tem a ver com a interpretação dominante, que privilegia o Estado como ator principal e renega a sociedade a um papel coadjuvante.

Autores consagrados pela “academia”, que tomam como norte de suas análises o predomínio inquestionável do Estado sobre a sociedade, acabam por vitimizar, de certa forma, a sociedade civil, desqualificando as ações públicas. O Estado, por sua vez, é visto como algo à parte dessa sociedade, um “ser reificado”, descolado do tecido social que lhe dá base, como observa Sonia Regina de Mendonça.⁷ Essa vertente trabalha com um Estado “naturalizado”, “místico”, um bloco homogêneo, como se não fosse constituído de atores sociais com interesses específicos, isentando as práticas estatais de conflitos. Segundo Mendonça, tal vertente afirma

uma forte carga de negatividade, usualmente associada ao Estado e que transparece através de adjetivações como “centralizador”, “cooptador” e “coercitivo” o que pressupõem, enquanto seu reverso necessário, a fragilidade, ‘dispersão’ ou impotência da Sociedade, incapaz de promover formas próprias de organização de representação política.⁸

O Estado faz parte do conflito existente entre as classes sociais, e por isso é necessário destacar que ele não deve ser entendido como uma “entidade em si mesmo”, mas sim como uma relação de forças entre classes, que se manifesta de maneira específica e privilegia as relações sociais, possuindo a todo o momento interesses e alianças estratégicas. Mendonça⁹ observa que o êxito ou fracasso de posições defendidas no embate entre projetos formulados por frações da classe dominante depende da sua capacidade organizacional, e do maior ou menor poder de barganha em

⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. “Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais”. *Outros Tempos*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 1-12, 2007.

⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. “Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais”. *Outros Tempos*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 1-12, 2007, p. 3.

⁹ MENDONÇA, Sonia Regina. “Economia e Política na historiografia brasileira”. *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

prol da inserção de seus interesses no interior das mais variadas agências do poder público estatizado, processo este altamente dinâmico e em permanente redefinição.

De acordo com Antonio Gramsci,¹⁰ o Estado é uma condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade, incorporando em si mesmo os conflitos presentes na formação social. O conceito de Estado enquanto uma relação, elaborado por Gramsci, parte da visão de “Estado ampliado”, que incorpora três componentes abordados em constante interação. São eles: a infra-estrutura, a sociedade civil e a sociedade política. Nessa interação, há uma dimensão política fundamental para a preservação e estruturação do Estado, que extrapola a dinâmica entre coerção e consenso. Sua base principal é o que Gramsci denomina de cultura, entendida não como atividade de entretenimento, erudição, ou coisa do gênero, mas sim como visão de mundo, valores, crenças, etc. de um determinado grupo social.

Assim, partindo do pressuposto de que sociedade política e sociedade civil encontram-se em constante relação, é necessário identificar as formas de organização de ambas, no sentido de verificar os agentes coletivos inseridos organicamente em classes ou frações de classe específicas. Da mesma forma, é fundamental conectar tais agentes com as disputas constantes no interior das agências estatais. Segundo Mendonça, deve-se “refletir a cada momento histórico, sobre o eixo central que organiza e articula a sociedade civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como tais formas dessa organização se articulam **junto e pelo** Estado restrito, mediante a análise dos seus agentes e das suas práticas”.¹¹

Dessa forma, o esclarecimento sobre o conceito de Estado adotado neste trabalho se faz necessário, porque a discussão em torno da dialética que envolve a administração burocrática estatal, a política nacional ou sociedade política e a sociedade civil, ou seja, a relação entre economia e política – ou Estado e economia – perpassa por essa problemática, pela questão do Estado. Seu conceito e seus mecanismos de interação com as classes sociais são fundamentais para direcionar e entender de forma mais clara a relação entre economia, política e sociedade, que muitos insistem em afirmar que é estanque. É importante destacar que o modo pelo qual essas três esferas se relacionam não é estático, a forma de articulação depende do tipo específico da

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

¹¹ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais*. *Outros Tempos*, vol. 1, p. 7, 2007. Grifo nosso.

formação social em questão, sendo portanto um fenômeno histórico e socialmente mutável.

Nesse sentido entendemos que a análise da produção documental dos movimentos sociais é fundamental no processo de construção da memória e identidade desses grupos, na medida em que o arquivo se apresenta como uma ferramenta estratégica na disputa pela memória. Os arquivos são construções sociais, são instituições socialmente construídas e por isso possuem uma relação direta com as ideias de memória e verdade, influenciando na produção do conhecimento sobre o passado e nos registros que moldam no presente as ideias de história, memória e identidade.

“Os arquivos tem o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência (...) Nesses espaços de poder, o presente controla o que o futuro saberá do passado”¹² Nessa passagem de Terry Cook percebemos que o arquivo se torna um espaço estratégico de legitimação de narrativas e práticas sociais, que remetem a construção de valores e identidades, os arquivos são investidos de significados que são dados através de embates de interesses.

Nesse debate não podemos negligenciar a participação do arquivista que é o principal responsável pela configuração do arquivo e por aquilo que se quer revelar ou não. Dessa forma entendemos que o arquivista age de forma política na confecção do que será o arquivo, influenciando diretamente no acesso ao passado e ao presente.

Assim, o arquivo não pode ser entendido como depósito de documentos velhos, mas sim como ferramenta estratégica de poder na construção de memórias e identidades sociais. São lugares ativos onde o poder é negociado, contestado, confirmado principalmente pela atuação política dos arquivistas, que agem de forma decisiva na configuração arquivística, fazendo com que os documentos reflitam as suas diversas “vozes”.

No caso dos movimentos sociais o arquivo adquire uma conotação ainda mais específica na medida em que é o setor no qual a trajetória desse grupo está refletida. É através do arquivo que os pesquisadores e até mesmo os militantes podem se reconhecer ou não, nos documentos que muitas vezes apresentam aspectos desconhecidos por

¹² COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M. “Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna”. *Archives Science*, v. 2, n 1-2, p 1-19.

muitos membros dos movimentos sociais, principalmente no que se refere às lutas e reivindicações.

6 - Referências

ALVES, Mario de Aquino. *Perfil da captação de recursos no Brasil*. Artigo publicado em material didático do curso Princípios e Técnicas de Captação de Recursos, GVpec, da EAESP-FGV. São Paulo, julho de 2001.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins Barbosa. *Terceiro setor no panorama internacional: aspectos jurídicos*. Artigo publicado em material didático do curso de Direito do Terceiro Setor, GVpec, da EAESP-FGV. São Paulo, 2º semestre de 2001.

_____. *Manual de ONGS: guia prático de orientação jurídica* / Maria Nazaré Lins Barbosa e Carolina Felipe de Oliveira; Coordenação Luiz Carlos Merege. - 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13/14. ISBN 85-225-0353-2

BEGHIN, Nathalie. *A filantropia empresarial: nem caridade nem direito*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2003

BELLOTTO, Heloísa L. “Arquivos permanentes: tratamento documental”. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CARDOSO, Ruth. *Fortalecimento da sociedade civil*. In: IOSCHPE, E. B. (Org.) *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, cap. 1, p. 7-12, 1997.

CARVALHO, Denise Gomide. *Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000): construção de sujeitos coletivos e de posturas sócio educativas* / Denise Gomide Carvalho. Dissertação (mestrado) –

Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. – Campinas, SP: [s.n.], 2002.

CASTELLS, Manuel. *Cidade, Democracia e Socialismo: A experiência das associações de vizinhos de Madri*. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CICONELLO, Alexandre. *O conceito legal de público no terceiro setor*. In: Terceiro setor/textos de Alexandre Ciconello ... [et al.]; Eduardo Szazi, (org.), et al. Terceiro setor: temas polêmicos 1. São Paulo: Peirópolis, 2004 – (Temas polêmicos; 1), p. 46/47 e 54/55 .ISBN 85-7596-034-2.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor : um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Ed. SENAC, 2002

CORREIA, Fábio Cardoso. *Terceiro setor e gestão social*. (Cadernos Pós Graduação). Disponível em: <<http://www.educacaofiscal.rj.gov.br/materialdidatico.shtml>>.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. 3º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DUCHEIN, Michel. “O respeito aos fundos em Arquivística: princípios, teóricos e problemas práticos”. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: 1986. v.10 - 14 n. 1.

FERNANDES, Rubens César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

_____. *O que é o terceiro setor*. In: IOSCHPE, Evelyn Berg [et. al.]. 3º setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 27. ISBN 85-219-0264-6

FISCHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração; práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Editora Gente, 2002. ISBN 85-7312-373-7

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, Vozes, 2000.

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos*. Edições Loyola, 2007.

GÓMEZ, José María. Entre potencialidades e limites, temores e esperanças: notas sobre a sociedade civil e a globalização. In: GARCIA, Joana; LAMDIM, Leilah; DAHMER, Tatiana (Orgs.). *Sociedade & Políticas – novos debates entre ONGs e universidade*. Rio de Janeiro: Renavan, 2003, p. 11-20.

HUDSON, Mike. *Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita*. São Paulo: Makron Books, 1999.

JARDIM, José Maria. “A invenção da memória nos arquivos públicos”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 01-13, 1995.

LANDIM, Leilah. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Cadernos do Iser, Rio de Janeiro: [s.n.], 1993.

_____. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Rio de Janeiro: 1993

_____. *Chapter, 2 – The nonprofit sector in Brazil* In: Anheier, H. L and Salamon L. M. *The nonprofit Sector in the development world: a comparative analysis*. Manchester University Press: New York, 1998.

LOUREIRO, Rita Maria. *Os Economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MÂNICA, Fernando Borges. *Panorama histórico legislativo do Terceiro Setor no Brasil: do conceito de Terceiro Setor à Lei das OSCIP*. In: OLIVEIRA, Gustavo J. de. (coord.) *Terceiro Setor, Empresas e Estado: novas fronteiras entre o público e o privado*. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 163-194.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. Outros Tempos*, vol. 1, p. 7, 2007.

_____. *Economia e Política na historiografia brasileira. Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

MEREGE, Luiz Carlos. *O papel do 3º setor na estrutura de uma nova sociedade*. Artigo publicado em material didático do curso Administração para Organizações Não Lucrativas, GVpec, da EAESP-FGV. São Paulo, 2º semestre de 1999.

_____. *Realidade e perspectivas do terceiro setor no Brasil*. Artigo publicado em material didático do curso Princípios e Técnicas de Captação de Recursos, GVpec, da EAESP-FGV. São Paulo, julho de 2001.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social* São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”*. Revista Lutas Sociais, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed. Pulsar, n. 8, p. 53-64, 1. sem. 2002

MONTEIRO, Fernanda. *Da solidariedade econômica ao ativismo político: o caso Lucas Lopes*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/URFJ), 2010.

NORA, Peirre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993, p.14.

POLLAK, M. “Memória, esquecimento e silêncio”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>

SALAMON, Lester & ANHEIR, Helmut K. *In Search of the Non-Profit Sector I: The Question of Definitions*. Voluntas V. 3 Nº 2, Manchester: Manchester University Press, 1992.

SANTOS, B.S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortêz Editora, 2000.

SCAICO, Oswaldo.; et al. *CEATS: o espaço do terceiro setor na universidade*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo: FGV, v. 33, n. 1, p. 74-76, jan.-mar. 1998.

SCHELLENBERG, T. R. “Arquivos modernos. Princípios e técnicas”. Rio de Janeiro: FGV, 1973

Szazi, Eduardo. *Terceiro Setor: regulação no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Peirópolis, 2001.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. *Pensar o Terceiro Setor como Extensão Universitária: Análise de Proposta de Gestão Social*. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte, setembro de 2004.

Documentos e Sites Auxiliares:

ARQUIVO NACIONAL, “Dicionário brasileiro de terminologia arquivística”. 2004. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf>

Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). “Centros de Documentação Alternativos: Algumas questões”. Memória. Rio de Janeiro, v.1, n.7, nov.1983.

Mapa do Terceiro Setor: *Sobre o Mapa do Terceiro Setor e Metodologia*. MAPA DO TERCEIRO SETOR do Centro de Estudos do Terceiro Setor – CETS – da Fundação Getúlio Vargas – FGV (www.mapa.org.br).

Manual sobre Organizações Não Lucrativas no Sistema de Contas Nacionais. Johns Hopkins University em cooperação com a United Nations Statistics Division. Tradução e Revisão: Georgina Esteves e Ofélia Lopes.

PROPOSTAS DA ABONG PARA O MARCO LEGAL DAS ONGs. In site da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG.

www.abong.org.br

<http://www.senado.gov.br/legislacao>

www.ifch.unicamp.br/aef

ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS SOB A PERSPECTIVA DOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS

Thais Helen do Nascimento Santos¹

José Washington de Moraes Medeiros²

Resumo: O arquivo (permanente) é uma unidade de informação dotado de fontes primárias (conteúdos informacionais) capazes de (re)construir a verdade a partir do patrimônio histórico-cultural custodiado. No entanto, o arquivo parece subexistir à sua própria condição, uma vez que, diferentemente da biblioteca e do museu, por exemplo, praticamente ainda não conseguiu conquistar a visibilidade social que lhe é devida. À sombra do desfavorecimento e à mercê de pré-conceitos que o representam como algo “morto”, o arquivo permanente é um lócus sócio-pedagógico em potencial, já que mantém a perspectiva de acesso e uso da informação para a construção do conhecimento. Diante disso, este estudo objetiva explorar os serviços complementares dos arquivos permanentes que vislumbrem o acesso e uso de sua documentação, como é o caso da Difusão Cultural (DF) e Ações Educativas (AC). Para tanto, recorreremos a revisão da literatura na busca de reflexão crítica em torno da função sócio-educativa dos arquivos, caracterizando este espaço enquanto fonte de informação na aquisição do saber e formação cidadã.

Palavras-chave: Arquivo Permanente. Difusão Cultural. Ações Educativas.

¹ Arquivista e mestranda em Ciência da Informação – UFPB (thaisnascimento.inf@gmail.com).

² Doutor em Educação. Professor do Departamento de Arquivologia – UEPB (wash.med@yahoo.com.br).

1 DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, DO CONHECIMENTO E DA APRENDIZAGEM: aspectos gerais

No ápice do cenário contemporâneo, vislumbramos e nos entregamos ao processo globalizante. Estamos cercados por uma gama de materiais que prometem a tão desejada integração social: celular, computador, notebook, iPod, iPhone, iPad com acesso a internet e redes sociais, dentre tantos outros materiais e recursos. É inegável que estamos *conectados*, que estamos mais próximos (nas nuvens) e principalmente que o nosso processo de comunicação ocorre cada vez mais eficiente e eficaz.

Entretanto, não foi apenas a comunicação e o avanço das denominadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) que foram desenvolvidas e aprimoradas: capitalismo global, globalização da economia, corporações transnacionais, flexibilização do trabalho, classes sociais, nacionalidades, identidades culturais, dentre outros diversos, são termos que se tornaram comuns em nosso cotidiano pelo processo de globalização.

Ianni (2007), um dos renomados cientistas sociais brasileiros, compreende o “globalismo”:

[...] como uma configuração histórico-social no âmbito da qual se movam os indivíduos e as coletividades, ou as nações e as nacionalidades, compreendendo grupos sociais, classes sociais, povos, tribos, clãs e etnias, com as suas formas sociais de vida e trabalho, com as suas instituições, os seus padrões e os seus valores, juntamente com as peculiaridades de cada coletividade, nação ou nacionalidade, com as suas tradições ou identidades, manifestam-se as configurações e os movimentos do globalismo. São realidades sociais, econômicas, políticas e culturais que emergem e dinamizam-se com a globalização do mundo, ou a formação da sociedade global. (IANNI, 2007, p. 183).

Além de elencar diversas características que marcam o contexto político, econômico e social fruto do capitalismo global, Ianni (2007) reflete acerca dos desafios decorrentes dessa nova conjuntura: desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais geradas e/ou agravadas que acarretaram no brotar ou no reaparecimento dos conflitos entre os mais diversos grupos sociais (na busca de espaço e consolidação), no

segregacionismo racial, em estruturas globais de poder especialmente no que tange ao comércio/mercado.

É neste espaço de constantes conflitos, pela busca de cada vez mais espaço e poder, que emerge a Sociedade da Informação:

O uso da expressão “sociedade da informação” para identificar a sociedade contemporânea, centrada numa economia global/informacional e saturada pela eclosão de novas identidades culturais, indica que a qualificação da informação enquanto bem, produto, mercadoria, capital ou qualquer outra palavra e/ou atributo que lhe dê sentido, sobrepõe-se às outras características que possam reconhecer o desenho da sociedade atual. (LIMA; AQUINO, 2009, p. 37).

Em outros termos, caracterizamos a Sociedade da Informação como um cenário de configurações que reconhecem a constante necessidade de informação e que desenvolve mecanismos que aprimorem e facilitem a recuperação, o acesso e o uso da informação, independentemente de seu suporte, forma, tamanho e linguagem. Em complemento, Castells (1999, p. 53) afirma que “[...] a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração do conhecimento, de processamento da informação e da comunicação de símbolos”, ou seja, a partir da detecção da necessidade de diálogos e de interação com outras instituições, mercados, nações, a informação destaca-se como elemento primordial para o alcance de objetivos tanto pessoais, quanto organizacionais.

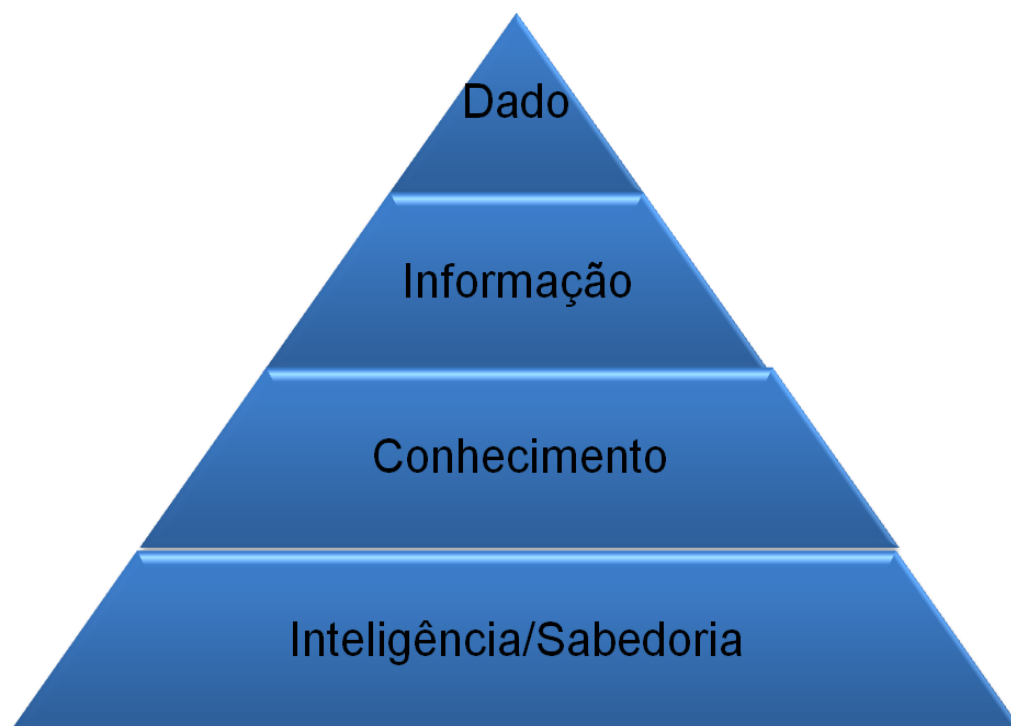
Todavia, dentro do processo capitalista, a informação é tratada como *matéria*, que pode ser apreendida ou não pelo indivíduo (Lévy, 1993). Dessa forma, discute-se que a Sociedade da Informação não mais atende aos requisitos contemporâneos. Recuperação e acesso a informação não é mais o suficiente, precisamos sistematizar, compreender, decodificar cognitivamente a informação, em outros termos, precisamos transformá-la em conhecimento. Este, o conhecimento, requer o domínio de formas de informação sob os processos de construção e armazenamento. Assim, a Sociedade do Conhecimento é assinalada como a que oferece combinações de configurações e aplicações da informação com as TIC's em todas as suas possibilidades (SQUIRRA, 2005). Além disso, a Sociedade do Conhecimento em seu avanço, ampliou a percepção da ciência na conjuntura da Sociedade da Informação estruturando não apenas os mecanismos de recuperação e acesso da informação, mas também o uso apropriado desta.

Já a Sociedade da Aprendizagem, como o âmago das apresentadas anteriormente, possui como principais características que alicerçam a sua discussão: 1) a

explosão na produção de informação; 2) a disseminação e acesso da informação no contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) e; 3) a necessidade do sujeito social de aprendizagem permanente. “A articulação dessas características sugere a natureza auto-referente dessa sociedade, em que aprender constitui a ação nuclear” (GASQUE; TESCAROLO, 2004, p. 35).

A consolidação da prática do aprender/construção da sabedoria/inteligência é reflexo de quatro níveis hierárquicos: 1) dado; 2) informação; 3) conhecimento; 4) inteligência/sabedoria conforme apresenta o gráfico a seguir.

GRÁFICO 1: Pirâmide – Sociedade da Aprendizagem



FONTE: Figueiredo (1999).

A partir dessa representação, entendemos *dado* como os registros simbólicos, passíveis de representação, originando a *informação*, que interpretada e decodificada pelo indivíduo transforma-se em *conhecimento*, sendo codificado pelo indivíduo e posteriormente compartilhado como *inteligência/sabedoria*.

Diante do globalismo que insere a Sociedade da Informação, a Sociedade do Conhecimento e a Sociedade da Aprendizagem, nesse trabalho objetivamos discutir - a

partir de uma revisão ao estado da arte na área da Arquivologia e da Ciência da Informação - acerca do acesso e uso da informação nos arquivos para atender as demandas contemporâneas de interação e socialização através das formas de domínio da informação. Para isso, elucidamos serviços imprescindíveis aos arquivos: difusão cultural (disseminação e acesso) e ações educativas (socialização e uso).

2 ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS

Até o século XVIII o acesso às informações públicas era um direito restrito a um círculo reduzido de pessoas. Foi apenas com o advento da Revolução Francesa que referido o direito foi estendido a todos os cidadãos. Um outro marco importante para o despontar do direito à informação pública foi a aprovação pelo parlamento norte americano do *Freedom of Information Act*, em 1966. Entretanto, o estudo da digressão histórica do direito de acesso à informação pública há de ser feito em concomitância com o exame das orientações políticas adotadas, em cada período, pelos Estados mantenedores do arquivo, pois somente assim alcançaremos uma melhor compreensão da linha evolutiva do direito. (PEREIRA, 2010, p. 01).

A noção de direito à informação encontra-se no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, fruto da Revolução Francesa. Na realidade brasileira, esse direito é explicitado na Constituição Federal (1988, p. 59) que coloca em seu artigo 216 §2º, que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Tais regulamentações nos apresentam o direito que todo e qualquer cidadão tem a informação. Mas, o que podemos entender como *direito a informação*? Segundo Jardim (2010, p. 02), o direito a informação é uma:

[...] expressão de uma terceira geração de direitos dos cidadãos - carrega em si uma flexibilidade que o situa não apenas como um direito civil, mas também como um direito político e um direito social, compondo uma dimensão historicamente nova da cidadania.

O direito a informação está intimamente relacionado com a ideia de acesso à informação. Para elucidar esse elo, Jardim (2010, p. 03) afirma:

A noção de acesso à informação relaciona-se, portanto, a um direito, mas também a dispositivos políticos, culturais, materiais e intelectuais que

garantam o exercício efetivo desse direito. O acesso jurídico à informação não se consolida sem o acesso intelectual à informação. O acesso jurídico à informação pode garantir ao usuário o acesso físico a um estoque informacional materialmente acessível (um "arquivo" no subsolo de um organismo governamental, por exemplo) sem que seja possível o acesso intelectual dada a ausência de mecanismos de recuperação da informação.

O acesso a informação hoje, é um tema amplamente discutido, especialmente no que tange as informações de cunho arquivístico; uma vez que estas são produzidas por atividades administrativas e carregam dados que dizem respeito a estratégias e meios utilizados para o alcance dos objetivos organizacionais (tanto no âmbito de empresas privadas, órgãos públicos, o Estado, dentre outros). Diante do grau de informações sigilosas, os documentos arquivísticos possuem as seguintes categorias:

- **Ultra-secretos:** documentos que requerem medidas de segurança mais acentuadas. Seu uso é restrito a agentes autorizados, ou seja, os responsáveis pelas atividades pelas quais o documento foi produzido;
- **Secretos:** também necessitam de medidas acentuadas de segurança. Suas informações são liberadas aos agentes relacionados com as atividades pelas quais o documento foi produzido, porém com a autorização dos agentes superiores;
- **Confidenciais:** são os documentos que contêm informações que caso divulgadas, possam prejudicar os interesses estatais;
- **Reservados:** esses últimos referem-se aos documentos que são considerados de não interesse ao público geral (JARDIM, 2010).

É válido ressaltar, que esses documentos quando transgredirem a fase corrente e intermediária são direcionados ou não (dependendo de sua avaliação e seleção) a guarda permanente. Todavia, como possuíam categorias de sigilo, seus prazos para acesso ao público em geral são pré-estabelecidos: ultra-secreto até trinta anos, secreto até vinte anos, confidencial até dez anos e os reservados cinco anos de acesso restrito aos agentes envolvidos com as atividades que deram fruto ao documento.

Dessa forma, em contradição ao que está estabelecido em nossa 'lei fundamental e suprema' (Moraes, 2011) como é o caso da Constituição Federal, barreiras são impostas desde os primeiros momentos do ciclo dos documentos, no que tange ao seu acesso e uso. O sigilo não é a única barreira encontrada: podemos citar o pouco interesse administrativo de organizações, estados em organização de sua massa

documental, quando ainda organizados, o trabalho não é realizado por profissionais devidamente qualificados para tal serviço, acarretando em ineficientes classificações, disposições das informações; dentre outros diversos empecilhos que podem ser elencados de acordo com os múltiplos diagnósticos realizados nos arquivos em todo o país.

Quanto ao uso da informação, concordamos com Choo (2006, p. 119) quando afirma:

O uso da informação é a seleção e o processamento das informações, que resultam em novos conhecimentos e ações. A informação é usada para responder uma questão, solucionar um problema, tomar uma decisão, negociar uma proposição ou dar sentido a uma proposição.

Complementar ao acesso a informação, o uso tem como finalidade provocar uma mudança no estado de conhecimento do sujeito e conseqüentemente em sua capacidade de agir. Choo (2006) em sua reflexão em torno da problemática do uso da informação expõe que os elementos que influenciam o uso da informação estão intrinsecamente relacionados com a educação, treinamento, capacidade crítica, dentre outros adjacentes. Ou seja, o uso da informação, especialmente em unidades de informação, ainda é uma prática restrita a grupos que possuem finalidades eminentemente práticas, profissionais ou intelectuais (FIGUEIREDO, 1999).

Contudo, é visível, mesmo que ainda timidamente, que os cidadãos estão mais conscientes de seus direitos e deveres, e por isso estão ocupando os espaços, antes vazios, dos arquivos públicos. Interessados não apenas em desenvolver grandes ou pequenas pesquisas ou informações que atendam a uma necessidade imediata de informação, os cidadãos estão em busca de conhecer como está se desenvolvendo a política administrativa, econômica e social do meio social em que se encontra inserido. Mas, esse grupo restringe-se aos considerados 'mais informados', aos que ocupam espaços como as universidades ou os serviços públicos, ou seja, uma parcela de cerca de 30% da população brasileira. E os demais? Ficarão sempre a mercê da confiança nos representantes políticos responsáveis por sua dignidade de saúde, educação, habitação, lazer? Não terão a oportunidade de participação política e social por falta de informações? Por falta de oportunidades em ter acesso às informações? E os profissionais da informação, que investem longos períodos para a organização de acervos, estão organizando pra quem? Para apenas os 30% em potencial, e isso já

satisfaz e corresponde ao todo o seu trabalho? E quanto as funções social e integradora das unidades de informação, estão sendo colocadas em prática de que forma?

Perante a essas indagações, estão sendo discutidas de forma mais ampla, serviços que disseminem ao público em geral, possibilitem acesso, indiquem a melhor forma de uso à informação nos arquivos em sua terceira idade (permanente), em outros termos, está tendo mais visibilidade e colocando gradativamente em prática os serviços de difusão cultural e ações educativas, os quais conheceremos na próxima seção.

3 DISSEMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS: os serviços de difusão cultural e ações educativas

Os arquivos com fins administrativos são aqueles que atendem as demandas da instituição que o criou, sendo também caracterizados por estarem em sua primeira fase. Posteriormente, os documentos passam por um processo de avaliação onde são selecionados aqueles que devem ser eliminados ou os que serão conservados permanentemente com fim de prova e/ou testemunho. Contudo, é na fase permanente ou a terceira idade do ciclo documental, que estes assumem além da função de prova e/ou testemunho a de histórico/cultural. Nesse contexto, caracterizamos como funções primordiais de um arquivo permanente: reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos, em outras palavras, concentrar sob sua custódia, conservar e tornar acessíveis documentos, que posteriormente serão úteis para fins de pesquisa, ou ainda administrativos.

Atrelado as suas funções primordiais, o arquivo deve oferecer serviços à comunidade de disseminação, socialização, acesso, uso e apropriação da informação, como é o caso da difusão cultural e das ações educativas.

Entendemos como difusão cultural em arquivo as atividades por meio das quais se propagam os serviços oferecidos, de acordo com sua cultura organizacional. Em outras palavras, a difusão cultural é uma função complementar às atividades de um arquivo – disseminação da informação – que visa atrair os usuários reais e os potenciais aos arquivos, levando-os a reconhecer a necessidade de informações e a importância do arquivo à construção do conhecimento, uma vez que nessa unidade de informação é

organizada e armazenada o patrimônio documental pertencente a um povo, uma cultura, uma sociedade.

O trabalho desenvolvido em um arquivo deve pautar-se em uma visão integradora. Se, por um lado, sua missão é a de reunir, organizar, conservar e disseminar, em que assume uma ação técnica/administrativa, compete-lhe também atuar como um agente cultural.

A partir da implementação das funções complementares ligadas à cultura e à educação, o arquivo passa a ter um papel de mediação cultural. Com isso, como consequência desse novo estado de coisas, os arquivistas devem estar a par de um novo desafio profissional, pois terão de conquistar setores da população que pouco se conhecem entre si. (BELLOTTO, 2002, p. 20).

Vislumbramos, dessa forma, a função social do arquivo em face da cultura e da educação de um determinado espaço. Todavia, a implementação de atividades de difusão cultural ainda é algo recente aos arquivos. Por essa incipiência, é orientado aos arquivistas o contato direto com os profissionais bibliotecários e/ou museólogos, visto que a maior experiência na execução destes serviços potencializa o aprimoramento na realização em arquivos.

Em termos ilustrativos, são atividades de difusão cultural: exposições, eventos, comemorações, a participação do arquivo nas atividades de teatro, assim como nas ações desenvolvidas no ensino fundamental e no médio, entre outras, como:

[...] publicações, tanto de livros, como de revistas e boletins relativas à história regional, à literatura, à geografia, folclore, etc.; organização de eventos comemorativos; programas de rádio e televisão em torno de documentos importantes; aprimoramento dos circuitos turísticos nos sítios históricos; espetáculos de teatro e música em torno de temas de história local e exposições temáticas e bem planejadas de seus documentos fora ou dentro de comemorações. Para cada um desses itens se poderia dizer muito e apresentar-se muitas possibilidades e modalidades de programação. (BELLOTTO, 2002, p. 21).

Conforme exposto, são vastas as opções de atividades que podem ser desenvolvidas em arquivo para atrair o público local (estudantes, profissionais, cidadãos de um modo geral) e os turistas. Por isso, é necessário o contato com os profissionais afins, para que o serviço seja oferecido com qualidade e o objetivo socioeducativo seja alcançado.

Pela multiplicidade de atividades que podem ser oferecidas e o contato que se deve ter com outros profissionais, mais uma vez, vem à tona a necessidade do processo de comunicação como um fenômeno maior e essencial, que inclui suas funções e os meios adequados para a específica atividade para a qual foi selecionado. Assim como para a publicidade, com as etapas de anúncio e de divulgação do produto e/ou serviço (conhecimento, compreensão e ação, por parte dos consumidores) e o Marketing empregado, envolve todas as atribuições necessárias: estipulação dos objetivos, análise do ambiente onde as atividades serão desenvolvidas, os recursos para o seu desenvolvimento, a adaptabilidade por parte do público-alvo daquela atividade, a sua ativação, a avaliação da execução e, no fim, o *feedback*, ou seja, o resultado. Dessa forma, é preciso entrelaçar tais teorias, no que concerne às atividades de difusão cultural em arquivos.

As atividades mais utilizadas pelos arquivistas, nesse serviço, são as publicações e as exposições. Esta última é considerada como uma das melhores atividades para se difundir o patrimônio documental de um arquivo. A respeito disso, é válido ressaltar que há controvérsias sobre essa constatação por parte de alguns arquivistas, pois eles colocam que, se o documento de arquivo tem como princípios a proveniência, a organicidade e tantos outros, no caso da exposição, um documento é selecionado e apresentado unicamente fora de seu contexto, quebrando aspectos basilares que configuram o documento de arquivo. Todavia, essa é uma colocação para a qual deve ser dada toda a atenção, porém que não nos ocupamos nessa reflexão.

Em relação às exposições, é necessário planejá-las, pois pontos-chave como tema, duração, escolha dos itens que devem ser apresentados e outros devem ser muito bem definidos.

A exposição há de ser considerada como um meio e não com o fim em si mesma, há de ser um meio para aproximar a sociedade do patrimônio documental, o trabalho realizado no arquivo, para sensibilizar a cidadania de seu valor e da necessidade da sua preservação, contribuindo assim, para o esforço comum de formar cidadãos mais conscientes de sua própria história. A preparação da exposição deve obedecer a fase de atividades sucessivas obrigatórias: orientação e preparação; pesquisa; conceito e configuração preliminar; desenvolvimento (elaboração de textos, catálogo); produção (montagem); inauguração; manutenção e avaliação; desmontagem. (VELA, 2001 *apud* BELLOTTO, 2002, p. 25).

As exposições podem estar relacionadas com temas da realidade local ou acontecimentos especiais de onde o arquivo está inserido, sobre a arquitetura local, a evolução urbanística, diferentes freguesias e localidades, evolução política e outros diversos temas (PEIXOTO, 2009).

Em se tratando das publicações, os primeiros trabalhos suscetíveis são os que se referem aos elementos descritivos dos fundos, das séries e dos documentos que o arquivo custodia: guias, inventários e catálogos. Posteriormente, é possível avançar para outras publicações, que entram no conceito de difusão cultural como, por exemplo:

- *Publicações periódicas na imprensa local* sobre algum tema, a partir de um documento de certa importância naquele momento;
- *Publicação de uma revista*, com periodicidade semestral ou anual, de ciências sociais. Essa atividade pode ter um rendimento social e cultural inestimável;
- Websites, redes sociais na internet: Twitter, Orkut, Hi5, Facebook, MySpace, Windows Live Spaces, entre outros (PEIXOTO, 2009).

Nesse contexto, concordamos com Bellotto (2006, p. 228) quando versa que

[...] cabem ao serviço de ação cultural de um arquivo duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativo no recinto do arquivo.

Portanto, não basta atrair a população para o arquivo, mas oferecer meios para o desenvolvimento da pesquisa, para o bem-estar dentro do acervo e promover recursos que cada vez mais o usuário/cidadão sinta a necessidade de retornar ao arquivo. Tal preocupação concerne aos serviços de ações educativas.

As ações educativas pretendem aproximar dos alunos/cidadãos/pesquisadores os documentos e as fotografias que registram os acontecimentos históricos de uma cidade, estado ou país, para que o arquivo seja um espaço de extensão educativa. No que diz respeito a educação fundamental, não apenas no que se refere ao ensino da disciplina História, mas também da Geografia, da Biologia/Ciências, da Matemática e de outras ciências.

Quando a própria Unesco pensa em uma nova estratégia para a educação continuada, para suas novas formas, para a mobilização de recursos complementares, abre-se uma brecha oportuna aos arquivos: dar uma contribuição significativa introduzindo novos métodos e novos gêneros de

material escolar. O arquivo pode fornecer recursos documentais de base não só ao ensino da história política e administrativa, mas a várias outras disciplinas das ciências biológicas, exatas, tecnológicas e, evidentemente, sociais, demonstrando suas atividades e concepções de tempos idos. (BELLOTTO, 2006, p. 233).

O serviço educativo deve ser disponibilizado aos alunos nos arquivos através da relação professor-arquivista. Tais profissionais devem entrar em comum acordo no momento da ação (caracterizada pelo senso comum como “visita”) que os alunos realizarão no arquivo para que não haja arestas por nenhuma das partes na disposição das atividades e dos documentos. Essa interlocução entre tais profissionais é importante para que cada qual saiba o seu espaço e o que deve ser exposto aos alunos: ao arquivista cabe tecer comentários sobre o acervo, os documentos e as demais colocações sobre o arquivo, os serviços e a massa documental, e ao professor, traçar comentários a respeito do que está sendo disposto com base na metodologia que o levou a promover aquela ação ou conteúdo que está sendo ministrado em sala de aula.

Nesse ponto, é válido assinalar que assim como a difusão cultural do acervo, as ações educativas devem partir do arquivo. Ao arquivista carece apresentar as possibilidades da interlocução arquivo-escola: o que o arquivo pode oferecer aos alunos e à escola, os benefícios posteriores à ação educativa, entre outros. As ações bem sucedidas tiveram a iniciativa dos arquivistas, é o que nos mostram as poucas experiências brasileiras e as já consolidadas no exterior, como é o caso da França, da Rússia, da Espanha, de Portugal, entre outros países que investem na projeção cultural do arquivo à sociedade.

Depois de ser procurado pelo arquivista e aceito a participação das atividades com seu alunado, o professor deve planejar e organizar a exposição, a aula no arquivo, a seleção dos documentos e os materiais que serão utilizados, a seleção do melhor espaço, ou seja, nortear e colaborar com o arquivista para a preparação da ação, para que cumpra a sua finalidade: ampliar e dinamizar o conhecimento do alunado acerca de determinado conteúdo.

Vários aspectos devem ser levados em consideração no momento de realizar as ações educativas:

- **A sala onde será realizada:** recomendamos que o arquivo tenha um espaço apropriado para as ações, seja bem iluminado e com estável temperatura, uma vez que fará a utilização de materiais específicos, como: televisão, aparelho de

DVD/VHS, lousa, entre outros. Outro aspecto da necessidade de um espaço específico é que, como se trata de uma aula de dinamização, haverá ruídos, e isso pode atrapalhar os pesquisadores e demais usuários;

- **O número de alunos:** consideramos o ideal a quantidade de vinte alunos, para que todos sejam acompanhados. No que concerne a faixa etária, recomenda-se entre catorze e dezenove anos, já que esses sujeitos estão em fase de aprimoramento do conhecimento e no processo de construção identitária e cidadã;
- **Exposição dos documentos:** a exposição, de um modo geral, pode ser feita com cerca de cinquenta a cem documentos, dos quais devem-se reservar de dez a vinte para que os alunos possam lê-los, manuseá-los e, posteriormente, serem realizados os comentários do professor e do arquivista.
- **Seleção dos documentos a serem utilizados:** quanto à seleção dos documentos que serão utilizados na ação, é necessário usar aqueles que cumpram uma dupla característica – valor pedagógico e conteúdo histórico. Sem a seleção prévia da documentação, os alunos podem confundir o volume documental e ter dificuldades em distinguir o documento adequado.

As ações, comumente, iniciam com o arquivista apresentando o espaço do arquivo, sua função, estruturação, fundos documentais, as tipologias e os suportes documentais que organiza. Tal apresentação pode ocorrer sucintamente, através de um vídeo que pode ser produzido pelo arquivo, porquanto essa apresentação é inicial a todas as ações e as demais que ocorram posteriormente a apresentação de documentos ou fotografias ilustres que o arquivo armazena. Para adentrar no conteúdo específico da ação, é preciso, apresentar o(s) assunto(s) que será(ão) buscado(s) nos documentos (como uma “aula”) e, conseqüentemente, proporcionar o contato com os documentos para que os alunos possam extrair reflexões e conclusões.

Após a ação educativa, outras atividades complementares devem ser estimuladas aos alunos, no intuito de manter a atração pelo arquivo. Bellotto (2002) sugere algumas:

- **Trabalhos de pesquisa histórica:** fomentará o elo entre o arquivista e o(s) aluno(s) para que realizem pesquisas, ainda que sem complexidade, para que sejam motivados a iniciar o conhecimento sobre o uso das fontes primárias de informação;

- **Concursos:** redação, artigos de opinião, monografias, textos em geral; a partir de temas estabelecidos, poderão envolver pesquisas nos documentos do arquivo e destinados aos alunos. Dessa forma, os níveis de experiência exigidos devem ser compatíveis com o conhecimento incipiente que o alunado detém;
- **Exposições:** ilustração com documentos referentes aos assuntos que vão sendo ministrados em sala ou exposições ao público, no âmbito geral escolar, é mais uma forma de perpetuar as atividades educativas no arquivo. Tais exposições ainda podem conter em torno do mesmo tema, documentos de caráter museológico e biblioteconômicos;
- **Campanhas de coleta de documentos:** tais campanhas devem ser estimuladas com os alunos, para que possam formar coleções que teçam a memória local (cidade, estado), escolar, familiar, entre outras.

Sabendo que as atividades do arquivo gerencial se complementam, é válido considerar que para a execução de serviços secundários, como o caso da difusão cultural e ações educativas, as atividades basilares devem está bem desenvolvidas e alinhadas, como a gestão de documentos, conservação e preservação, dentre outras.

A partir do exposto, fica evidente que, para a execução das ações educativas em toda a sua plenitude, é preciso haver diálogos com as demais unidades de informação, assim como estabelecimentos de ensino e outros espaços culturais.

Um serviço educativo de arquivo não deve dispensar a colaboração de outros organismos culturais e pedagógicos: museus, bibliotecas, centros de documentação, universidades e instituições ligadas ao turismo cultural. Tudo isso sem mencionar o mais próximo de todos: a própria escola. (BELLOTTO, 2006, p. 239).

Paralelamente às ações voltadas para o alunado, os arquivos devem desenvolver a *educação popular*, caracterizada como outra vertente das suas atividades pedagógicas. Fomentamos a participação do aprendizado dos alunos no espaço arquivístico para que possam estabelecer outras perspectivas a seu respeito e disponham dele para suas pesquisas ou aquisição de conhecimentos: meio social inserido, direitos e deveres, entre outros. A educação popular surge, então, como fruto desse processo de ações educativas desenvolvidas na educação básica. Nesse sentido, compreendemos a educação popular como a que fomenta processos educativos voltados para o cidadão que não se encontra nas escolas: “a educação pós-escolar pode completá-lo como cidadão. O conhecimento

do meio local da sua cultura pode desenvolver nele o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia.” (BELLOTTO, 2006, p. 240).

O desenvolvimento desse serviço requer, no entanto, pequenos ajustes na sistemática de funcionamento do arquivo, como, por exemplo, a ampliação do horário de atendimento e a possível abertura desse espaço nos finais de semana, entre outras, pois esse usuário específico exerce atividades cotidianas que o ‘impossibilitam’ de frequência nos horários comerciais (comumente os horários de funcionamento estabelecidos no arquivo). Nesse caso, cabe ao arquivista estudar e aprimorar os métodos utilizados para pesquisas, de modo a contribuir para que a comunidade faça uso dos arquivos. Percebemos, assim, que o arquivo deve estar apto a atender às várias comunidades de usuários que possa receber. Isso exige um aprimoramento contínuo do profissional e dos instrumentos de pesquisa (que auxiliam significativamente o momento de ações no arquivo).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário dinâmico que caracteriza a Sociedade da Informação, do Conhecimento e da Aprendizagem, ter acesso à informação é apenas uma das portas de inclusão nas novas demandas sociais. Além do acesso é necessário usar, ou seja, executar ações de decodificação e codificação para a construção do conhecimento. É nesse processo, quase que linear, que as unidades de informação desempenham papel unívoco no intento de preencher os vazios cognitivos emergentes da cotidianidade das tomadas de decisões.

Sendo o arquivo o responsável pela reunião, organização, conservação, arranjo, descrição e facilitador da consulta aos documentos de prova e testemunho de uma organização seja ela administrativa, jurídica, hospitalar, dentre outros, deve também ocupar-se em atividades que evidenciem suas atribuições.

É nessa busca por visualização e reconhecimento social que o arquivo permanente como fonte primária de informação deve agregar as suas atividades gerenciais, outras complementares que viabilizarão a sociedade a oportunidade de vislumbrar o arquivo como fonte de informação social, histórica, pedagógica, jurídica,

administrativa a partir do acesso e uso da sua documentação. Nesse entendimento, que os serviços de difusão cultural e ações educativas tornam-se emblemáticos para a gestão arquivística.

Destarte, esse trabalho preocupou-se na reflexão teórica destes serviços sob a óptica da Arquivologia e da Ciência da Informação. A partir destas perspectivas teóricas, buscamos entender a complexidade em torno do acesso e uso da informação em face da difusão cultural e das ações educativas, no intento de conjecturar o arquivo como um espaço social de mobilização e mudança cidadã. Além disso, contribuir para o arcabouço teórico-reflexivo de um tema ainda escasso nesse campo de conhecimento.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2 ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **Como desenvolver políticas de ação cultural e educativa em arquivos**. Projeto Como Fazer. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2 ed., São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. 2 ed., São Paulo: Senac, 2006.

FIGUEIREDO, N. **Paradigmas modernos da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 1991.

GASQUE, K. G. D.; TESCAROLO, R. Sociedade da aprendizagem: informação, reflexão e ética. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p.35-40, set./dez., 2004.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 9 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JARDIM, J. M. **O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/o_acesso_informao_arquivstica_no_brasil.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2010.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Coleção TRANS, Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LIMA, C. B.; AQUINO, M. de A. A construção de identidades afrodescendentes na cibercultura: o olhar da ciência da informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.19, n.1, p. 37-43, jan./abr., 2009.

MORAES, A. de. **Direito constitucional**. 27 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

PEIXOTO, Pedro de Abreu. **A acção cultural no Arquivo Municipal de Vila Real**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2009.

PEREIRA, A. L. G. **O acesso aos documentos históricos mantidos em arquivo pelo Estado: análise sobre o prisma do direito constitucional à verdade histórica e do**

postulado normativo da proporcionalidade. Disponível em:
<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=14614>>. Acesso em: 22 maio 2010.

SQUIRRA, S. Sociedade do Conhecimento. In: MELO, J. M.; SATHLER, L. (Orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação.** São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

MOVIMENTOS SOCIAIS NA ZONA OESTE: ARQUIVOS E NARRATIVAS

WILLIAM DE SOUZA VIEIRA*

1-INTRODUÇÃO

A Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro consiste em uma região que abrange diversos e diferentes bairros, como por exemplo: Jacarepaguá, Campo Grande, Barra da Tijuca, Sepetiba, entre outros. Essa diferença pode ser percebida para além da questão geográfica, histórica e até cultural, ela é percebida também na maneira como a Zona Oeste encontra-se fragmentada, principalmente se compararmos bairros como Barra da Tijuca e Paciência, além da diferença presente no IDH desses dois bairros, observamos outras significativas, relativas, por exemplo, a questão da oferta de alternativas de lazer e espaços culturais. Enquanto que na Barra da Tijuca encontramos pelo menos duas dezenas de salas de cinema em Paciência, Cosmos e Inhoaíba, por exemplo, não existe cinema, nem teatro, o que efetivamente limita aos moradores o acesso a este tipo de espaço de lazer e de transmissão cultural.

A Zona Oeste corresponde a cerca de 60% da área do município do Rio de Janeiro e abriga mais de 2 milhões de habitantes, abrangendo bairros populosos como Campo Grande, com mais de 250 mil moradores e que apresenta atualmente um crescimento populacional significativo, ou então regiões afastadas do centro da cidade como Sepetiba, por exemplo.

Presente na história da cidade desde a sua ocupação no século XVI a região se destacou pelo seu papel associado à produção agrária e abastecimento da região central. A ocupação ocorreu de forma desordenada, como em quase toda a cidade. Até a primeira metade do século passado predominava na região um cenário rural, vale lembrar que a Zona Oeste já foi chamada de sertão carioca, zona rural até ganhar a nomenclatura de Zona Oeste.

A urbanização acelerada da região é percebida na segunda metade do século XX e foi processada em diferentes etapas. É preciso destacar os processos diferentes ocorridos em regiões da Zona Oeste como Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio, fato que não pretendo analisar neste trabalho, que tem como proposta trabalhar com os bairros que abrangem a região de Bangu até Santa Cruz.

* Professor da SME/RJ e da UNIGRANRIO, Doutorando em Memória Social-UNIRIO, Mestre em Memória Social-UNIRIO e Licenciado em História pela UERJ.

As décadas de 1950 e 1960 testemunharam o crescimento dos loteamentos, a grande maioria destes ocorreu em áreas que antes eram sítios e chácaras, essa onda foi percebida com mais ênfase em Campo Grande, a segunda onda de urbanização ocorre na década de 1980 com a construção de inúmeros conjuntos habitacionais, entre eles o conjunto Otacílio Câmara, chamado de Cesarão, em função de sua proximidade com a Avenida Cesário de Melo, em Santa Cruz, região que recebeu muitos outros conjuntos habitacionais como João XXIII, Liberdade, entre outros. A terceira onda de urbanização é mais recente e começa no final do século XX e ainda está em andamento.

A urbanização e ocupação desordenadas da região contribuíram de forma decisiva para o seu desenvolvimento, adquirindo ao mesmo tempo uma série de mazelas e preconceitos. O desenvolvimento diferenciado entre os bairros que fazem parte da pesquisa consiste em um elemento extremamente importante.

Essa diversidade de realidades contribui efetivamente para a construção de diferentes memórias sobre a região e seus moradores, quase sempre relacionadas à pobreza, a violência e ao abandono.

O objeto da pesquisa que desenvolvo no âmbito do Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO se refere aos movimentos sociais presentes nos bairros citados e como sua prática contribuiu e ainda contribui na construção de uma identidade social. A concepção de movimento social que se pretende trabalhar está associada às práticas diversas ocorridas ao longo do século XX e início do século XXI.

Algumas ações organizadas podem ser destacadas ao longo do século XX na região, as primeiras podem não ter as características de ação creditada aos movimentos sociais atualmente, mas são importantes do ponto de vista da participação social e de uma vinculação identitária com elementos da região.

Destacamos por exemplo mobilizações pela estatização da Faculdade de Filosofia de Campo Grande (FEUC), pela emancipação do bairro, ambos na década de 1980. Tanto um movimento como outro não foram espontâneos e tiveram lideranças de grupos da região, buscava-se naquele momento aglutinar forças a partir de elementos de apelo social e comunitário, mesmo que esses dois movimentos não tenham tido o resultado esperado eles serviram para comprovar a existência de uma mobilização capaz de pelo menos reunir a comunidade.

No início da década de 1990, outro movimento mobilizador ocorreu em Campo Grande. Foi à tentativa de reverter à venda do Cine Palácio Campo Grande para a Igreja Universal do Reino de Deus, episódio que pesquisei durante a construção de minha dissertação de Mestrado intitulada “Cenas da Cidade: de Cinema à Igreja, a memória do cine Palácio Campo Grande”. Pude observar através de entrevistas e do abaixo assinado presente no processo de tombamento do prédio uma mobilização significativa em função da possibilidade da perda de um espaço de cultura e lazer significativo para a comunidade.

Percebe-se que é possível também analisar essa manifestação pelo olhar da busca de uma construção identitária, pois a luta principal era para não perder um espaço que era uma referência para a comunidade, ou seja, um espaço identitário. Essa mobilização teve como resultado o tombamento do prédio, porém o mesmo funciona como Igreja até hoje. Mesmo não conseguindo reverter à venda, a luta e a mobilização da comunidade obteve pelo menos a garantia da continuação da existência do prédio que até hoje ainda é uma referência na memória da comunidade.

Num campo diferente encontramos mobilizações para a preservação da memória e da história da Zona Oeste e de seus bairros, é o caso do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (NOPH), localizado em Santa Cruz e que reúne vasto acervo sobre a história da região, no mesmo bairro a mobilização de um determinado grupo contribuiu para a construção do Ecomuseu e posteriormente do corredor cultural do matadouro em Santa Cruz. Compreendemos que tal iniciativa vem contribuindo de alguma forma na construção da identidade de diferentes comunidades, principalmente aquelas que são de alguma forma afetadas tanto pela existência do corredor cultural, do ecomuseu e do próprio NOHP.

Ainda no campo das ações sociais outros atores entraram em cena ao longo das décadas de 1980 e 1990, gostaria de destacar três que pretendo pesquisar, bem como os anteriores já citados.

O Primeiro é o Centro de Apoio ao Movimento Popular Organização Social da Zona (CAMPO-OS), fundado em 1986 e com base de atuação em três áreas: Educação, Juventude e Saúde. O CAMPO possui uma sede própria no bairro de Campo Grande e vem desenvolvendo ações de apoio a diversos grupos e comunidades, além de contar com projetos de Hip-Hop, oficina de grafite, cursos na área de saúde, entre outras ações.

O interesse pela atuação do CAMPO vai ao encontro de nossa proposta de pesquisa, principalmente quando nos propomos a analisar a sua ação e a construção de uma memória da própria entidade na sua relação com a comunidade e diferentes grupos sociais. Acreditamos também que o CAMPO possa nos oferecer subsídios para o contato com outros grupos do movimento social nos bairros da Zona Oeste que se pretende pesquisar.

A segunda ação de caráter social é aquela que ocorre na formação de diversos cursos de Pré-Vestibulares comunitários no espaço que compreendem os bairros de Bangu a Santa Cruz. Inspirados pela dificuldade encontrada pelos alunos da rede pública de terem acesso ao curso superior, essas iniciativas começaram a se propagar pela Zona Oeste, especificamente no início dos anos 1990, sendo que a primeira ocorre em Campo Grande, a seguir outros bairros como Paciência, Santa Cruz, Bangu e outros locais próximos desenvolvem experiências semelhantes.

Compreender essas ações mesmo que desarticuladas como ações que contribuem para a construção de uma identidade, consiste em elemento singular para o desenvolvimento da pesquisa. Por outro lado, analisar e compreender como a memória dessas ações é percebida pelos moradores da região é uma tarefa bastante interessante do ponto de vista da proposta de pesquisa que se pretende realizar.

A terceira ação envolve o Núcleo Socialista de Campo Grande, e o recém criado Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP), as duas atuações estão interligadas. Formado por militantes de origem diversas o Núcleo Socialista de Campo Grande atua com projetos de formação e educação popular usando praças, casas de moradores o calçadão de Campo Grande e agora com a construção do IFHEP, em uma casa na região central do bairro. Apesar de estar centralizado em Campo Grande sua ação abrange a área que recortamos para a nossa pesquisa. Compreendemos que além da ação desenvolvida no tempo presente os participantes do núcleo socialista podem contribuir significativamente com nossa pesquisa que envolve a memória dos movimentos sociais nos bairros de Bangu a Santa Cruz, principalmente por sua diferente atuação em movimentos anteriores.

Mesmo compreendendo que a maioria dos casos citados até aqui tenham uma referência ao bairro de Campo Grande, compreendemos que as ações dos movimentos sociais citados acima tenham uma abrangência para os outros bairros recortados para nossa pesquisa, além de conterem um sem número de referências a outras ações realizadas por outros movimentos sociais.

Essa memória e também uma possível identidade social é muitas vezes negada, principalmente pelos meios que formam opinião. A tentativa de construção de uma memória oficial da região está associada à descaracterização dos diferentes elementos culturais e sociais construídos nos bairros e que podem refletir uma possível identidade.

Quando nos referimos a uma memória e uma identidade social, estamos falando de um conjunto de elementos que podem nos permitir compreender diferentes situações. Esses elementos estão presentes nas diferentes memórias que constituem nosso objeto de pesquisa.

Neste trabalho destaco dois dos quatro movimentos sociais pesquisados: O Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (NOPH) e o Núcleo Socialista de Campo Grande e a relação destes com seu acervo documental, elemento que contribui para a construção de diferentes memórias e diferentes identidades.

A questão dos acervos documentais ganha importância à medida que retratam as trajetórias específicas e os tipos de ações desenvolvidos por cada grupo pesquisado. O NOPH como um centro de documentação possui um vasto acervo sobre a história da Zona Oeste, em certa medida essa característica exerce influência decisiva na construção de sua identidade.

A presente comunicação abordará estes diferentes aspectos referentes a relação entre memória, identidade e construção de acervos documentais, em linhas gerais como está prática pode influenciar na maneira como as memórias são construídas e sua relação com a construção identitária destes movimentos sociais.

2- O EMBASAMENTO TEÓRICO:

A presente pesquisa envolve amplos conceitos que necessitam de embasamento teórico.

Pretende-se utilizar metodologias que sejam adequadas às fontes da pesquisa, isto porque estaremos diante de realidades específicas, encontraremos nesta pesquisa fontes orais, documentais, fotografias, imagens em vídeos enfim diferentes tipologias que nos permitirão transitar por métodos diferenciados, como o da história oral e também da análise de documentos e imagens e do discurso.

Com relação aos aspectos referentes à memória dos espaços culturais e dos movimentos sociais buscaremos trabalhar com a metodologia da história oral, utilizando alguns recursos como, por exemplo, o das entrevistas que serão realizadas com moradores dos

bairros e pessoas envolvidas tanto com os espaços de cultura como também com os movimentos sociais. Utilizaremos a contribuição de ALBERTI (2004) e AMADO e FERREIRA (2001) e PORTELLI (2010), pois consideramos que ambas as autoras são de fundamental importância na utilização desta metodologia.

Quando a pesquisa sobre a memória e a identidade dos movimentos sociais nos permitir o uso de documentos, realizaremos a sua análise com base na contribuição de LE GOFF (2003), GOHN (2010, 2011) autora que estabelece uma teorização a respeito dos movimentos sociais no Brasil.

Compreendemos que o uso da metodologia da história oral, com a técnica de entrevistas pode nos possibilitar múltiplas visões sobre as mesmas situações, porém percebemos que dessa maneira estaremos construindo possibilidades de expressões, e cabe ao rigor científico da pesquisa analisar as diferentes narrativas que possam surgir, ao mesmo tempo as expressões da memória e as diferenças não podem ser descartadas e substituídas por uma suposta verdade.

Com relação à História dos bairros estudados nos reportaremos aos acervos presentes também nos espaços que iremos pesquisar, em Bangu no Liceu literário que possui enorme acervo sobre a história do bairro e também no NOPH em Santa Cruz local que abriga em quantidade, informações documentais sobre a história da região.

Outras fontes de pesquisa são as obras de ABREU (2008) e os vários autores que escreveram sobre alguns aspectos históricos da Zona Oeste, além das obras de GERSON (2000) e SANTOS (1965) sobre respectivamente à história das ruas do Rio de Janeiro e a formação das freguesias cariocas que darão lugar aos bairros que formam a cidade. Além disso, podemos contar com fontes dos jornais de bairros, meios de informação muito comuns em Bangu, Campo Grande e Santa Cruz. Não descartamos também as narrativas dos moradores que serão trabalhadas dentro da metodologia da história oral já citada anteriormente.

Com relação à Memória Social como um conceito, compreendemos a sua característica de amplitude e sua multiplicidade de definições, pois não podemos formular um conceito de memória social no sentido clássico, em função da capacidade de mobilidade e do caráter transdisciplinar da Memória social. O trabalho de GONDAR e DODEBEI (2005) nos ajuda a compreender essa característica conceitual da Memória Social.

Por conhecer os perigos que enfrentamos no trabalho com conceitos múltiplos, opta-se por elencar estudiosos da memória social, que podem contribuir para a pesquisa, sem necessariamente limitar-se a apenas uma abordagem sobre a memória.

Gostaria de iniciar pela contribuição fundadora de HALBWACHS (2004), para especificamente a questão da memória coletiva, pois compreende-se que ao pesquisar grupos sociais esse conceito pode ser a eles aplicados na análise de suas memórias.

Podemos observar no trecho abaixo (HALBWACHS,2004:32), que nossas lembranças são fortalecidas e apoiadas nas lembranças dos outros, e que o reforço destas lembranças está no contato com aqueles que as viveram de forma conjunta. Dessa forma, o que mantém a nossa memória é o fato de nunca estarmos sozinhos, pois vivemos em sociedade e, conseqüentemente, fazemos parte sempre de algum grupo social, cuja existência consolida a nossa memória. Para o autor, não basta que outros nos reavivem a lembrança de algum momento que vivemos junto a um determinado grupo. É preciso mais do que isso.

Se, ao contrário, essa cena parece não ter deixado, como se diz, nenhum traço em nossa memória, isto é, se na ausência dessas testemunhas nós nos sentimos inteiramente incapazes de lhe reconstruir uma parte qualquer; aqueles que nô-la descrevem poderão fazer-nos um quadro vivo dela, mas isso não será jamais uma lembrança.

Desta maneira poderemos perceber nas memórias dos diferentes grupos sociais e dos espaços de cultura a relação exposta pelo autor, analisaremos a memória destes grupos a partir das suas contribuições e experiências, para compreendemos que o sentimento de pertencimento ao grupo é fundamental.

A memória coletiva não se explicaria somente por uma imposição grupal sobre nossas lembranças, mas, acima de tudo, por uma complexidade que mantém um sentimento de pertença, uma ligação com determinado grupo, fato que preserva a lembrança do que se viveu no interior daquele grupo, como podemos observar no trecho abaixo (HALBWACHS, 200:37):

Mas poderemos dizer, assim, que o que está afetado é a faculdade em geral de entrar em relação com os grupos de que se compõe a sociedade. Então separamo-nos de um ou de alguns dentre eles, e deles unicamente. Todo o conjunto das lembranças que temos em comum com eles bruscamente desaparecem. Esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam

As variações da memória nos levarão ao encontro da individualidade das lembranças, mesmo trabalhando com o conceito de uma memória coletiva, entendemos que a existência de uma memória individual se fará presente, neste caso específico trabalharemos com a contribuição de POLLAK (1989) e (1992). O autor traça uma relação entre a memória individual à construção de uma identidade social e nos permite perceber como a memória individual pode ser estabelecida.

Como trabalharemos com memórias de grupos, espaços e indivíduos não poderíamos de deixar de lado a ideia de lugares de memória, utilizando a contribuição de NORA (1993). Compreende-se que a pesquisa necessita deste elemento, pois os lugares especificamente estabelecidos como objetos de pesquisa podem conter essa condição, podem ser lugares de memória para aqueles que com eles mantêm algum tipo de relação, não podemos deixar de realizar essa análise que será de grande importância para a pesquisa.

Ao trabalhar com memórias de comunidades que são caracterizadas por uma visão marginal, ou seja, comumente chamada de sem voz, podemos nos reportar a outro autor que discute a memória a partir de um engajamento e trabalha a questão como uma forma, daqueles que não tem suas histórias e memórias reconhecidas, de utilização da frequente febre de memória do mundo atual. Esse autor é HUYSSSEN (2000) o qual utilizaremos para analisar a possibilidade do uso da memória como uma potência por parte dos grupos estudados.

Talvez essa febre de tudo preservar tenha contribuído para que elementos importantes constitutivos de diferentes grupos sociais marginalizados fossem preservados, não esquecidos, construindo assim uma “rememoração produtiva”, como podemos observar no trecho a seguir, (HUYSSSEN, 2000:35):

Portanto, agora nós precisamos mais de rememoração produtiva do que de esquecimento produtivo. Em retrospectiva, podemos ver agora como a febre histórica da época de Nietzsche funcionou para inventar tradições nacionais na Europa com vistas à legitimação dos estados-nações imperiais e para dar coerência cultural a sociedades conflitantes no turbilhão da revolução industrial e da expansão colonial. Em comparação, as convulsões mnemônicas da cultura do norte do Atlântico de hoje parecem em grande parte caóticas e fragmentárias, à deriva através das nossas telas.

Essa “rememoração produtiva” a qual Huyssen se refere é um elemento que nos ajuda a compreender o importante papel dos diferentes espaços e movimentos sociais na luta pela

construção de uma identidade social, percebendo então uma ação política que dá um novo sentido à febre de memória.

A febre de memória poderia, então, servir como contribuição para efetivas transformações, principalmente para aqueles grupos sociais que não têm sua cultura e história consideradas como tal. A comercialização da memória poderia ser revertida em produtividade.

Com relação à análise sobre o papel dos movimentos sociais inseridos nos bairros que abrigam a região de Bangu até Santa Cruz, necessitamos do auxílio da ajuda de autores que trabalham temáticas fundamentais que envolvem desde o espaço, práticas culturais, segregação entre outros elementos que caracterizam grupos sociais localizados em locais periféricos. Neste sentido nos referimos a autores diversos como: BOURDIEU (1987), (2003) e (2007) para o estudo das relações entre espaço social e lutas política, além dos conceitos de Campo do poder, habitus de classe, Campo intelectual entre outros que nos serão fundamental.

Para uma análise sobre relações sociais no interior dos bairros estudados utilizaremos a contribuição de ELIAS (2000), dessa forma será possível uma compreensão profunda sobre as relações estabelecidas entre aqueles que se consideram dentro e fora dos sistemas estabelecidos e como as relações de exclusão são construídas. Ainda nessa análise importante das relações entre os grupos sociais periféricos, no caso dos bairros estabelecidos na pesquisa, utilizar-se-á também WACQUANT (2001) e (2008) que vem desenvolvendo uma contribuição bastante significativa sobre violência urbana e segregação, elementos presentes de forma significativa quando do estudo de comunidades consideradas de periferia.

Ao desenvolver-se uma pesquisa que envolve o espaço citadino compreendemos ser de suma importância apresentar uma discussão sobre a formação do espaço urbano, para tal tarefa as contribuições de LEFBVRE (2008), MUNFORD (2008) e HARVEY (2006, 2011) serão fundamentais, apesar de discutirem a temática por aspectos diferentes acreditamos ser fundamental a inserção de suas teses sobre a formação do espaço da cidade, fato que será trabalhado na futura pesquisa.

Para a temática relacionada à discussão sobre identidade encontramos a contribuição de autores que já foram citados como POLLAK (1992), BOURDIEU (2007), ELIAS (2000) que contribuem também para esta discussão. Como esta temática demanda grande

importância em nossa pesquisa gostaríamos de trabalhar também com três grandes autores que discutem a temática da identidade, são eles WEBER (1979) e (1991) que possui uma condição de autor clássico da sociologia e traz uma contribuição essencial para a análise que estamos propondo neste anteprojeto; HALL (2000) e (2003) onde podemos estabelecer relações entre a o tema identidade e o fenômeno chamado de pós-modernidade; e BAUMAN (2000), (2003), (2005) e (2008), autor de obras de referência sobre as transformações que o mundo globalizado provocou em conceitos e comportamentos considerados até aqui cristalizados, acreditamos que o trabalho do autor seja importante para a uma pesquisa que propõem a temática da memória relacionada à construção de uma identidade social.

Ao elencarmos diferentes autores para a construção de um referencial teórico temos que ter consciência das dificuldades que a tarefa nos impõe, dificuldade que pode ser ainda mais desafiante quando trabalhamos com autores que traduzem tradições teóricas diversas, porém a experiência com a pesquisa em memória social nos ensina que é possível trabalhar com essas diferenças quando sabemos exatamente como utilizar a teoria dos autores,

O cuidado que teremos em nossa pesquisa é exatamente esse, saber dialogar com os autores e suas diferenças, mas acima de tudo encontrando similitudes e abordagens que nos auxiliem e contribuam de forma decisiva para a pesquisa, ampliar os conceitos e as contribuições dos autores, enfim construir um novo conhecimento e saber utilizar as diversas possibilidades metodológicas e teóricas que a pesquisa em memória social nos possibilita.

3- O NÚCLEO SOCIALISTA DE CAMPO GRANDE

Um dos movimentos sociais pesquisado é o núcleo socialista de Campo Grande, com uma atuação que extrapola o bairro, o núcleo é formado especificamente por militantes com origens diversas e com uma atuação que tem início no final da década de 1990.

Ao entrevistar de forma ainda inicial uma das lideranças deste movimento o sociólogo e educador popular Tobias Tomines podemos observar e conhecer um pouco da trajetória do núcleo socialista de Campo Grande.

O Núcleo socialista é herdeiro dos núcleos do PT em Campo Grande, isto ocorre no final da década de 1990, quando a prática de núcleos já não era tão consistente assim. Então a gênese deste movimento social é partidária. Em 2002 as lideranças do núcleo se desfiliam do PT, mas mantêm a proposta de um núcleo socialista que começa então a ganhar uma cara não partidária, mas um espaço de formação política e também de atividades de massa.

Esse processo de ruptura com a estrutura partidária ocorre exatamente no momento que o PT chega ao poder e revela um distanciamento das lideranças do partido em relação a suas bases, no caso específico do núcleo esse distanciamento foi fundamental para nascer então um novo espaço de atividade política.

Uma das atividades realizadas pelo núcleo socialista é a educação popular, realizada em comunidades bastante empobrecidas da região. O trabalho consiste na realização de diversas atividades educativas com os moradores, proporcionando aos mesmos instrumentos de tomada de consciência, de valorização da cultura e de suas práticas comunitárias bem como o convite ao engajamento social. Uma das atividades realizadas era a exibição de filmes seguidas de debates em praças ou nas casas de moradores, algumas exposições eram somente para crianças e outras para todas as idades. Após a exibição dos filmes os moradores eram convidados a participar de um bate-papo sobre o filme. A maioria destas comunidades sofre com a violência de grupos armados tanto do lado do tráfico como de grupos paramilitares da região conhecidos como milícias, esse fato contribuiu para a criação de uma forte segregação no interior da região que engloba essas comunidades, mais especificamente em Campo Grande, estamos falando da favela do barbante, da carobinha entre outras comunidades.

Com relação a esse aspecto segregacional Wacquant (2001) nos chama a atenção para as condições em que a mesma é estabelecida e também para o fato da associação entre pobreza e marginalidade, elemento desenvolvido de forma proposital com o objetivo de criar elementos que justifiquem os discursos e as práticas de segregação, o mesmo autor ao pesquisar o gueto americano nos permite pensar que nas favelas do Rio de Janeiro, ou então nas comunidades, a segregação ocorre em função de vários aspectos que vão desde a extrema pobreza até o isolamento cultural, político. O elemento segregador é forte e coloca as pessoas que vivem nesses espaços em situação de extrema segregação social. É possível então perceber que a realidade dos espaços de atuação do núcleo socialista é a de comunidades que podem ser consideradas extremamente segregadas.

Além da atuação nas comunidades com atividades de educação e disseminação cultural o núcleo tem um conjunto de atividades de massa, assim chamadas por serem desenvolvidas no calçadão de Campo Grande, lugar de intenso movimento de pessoas em função do forte comércio do bairro que atrai pessoas de outros bairros próximos a Campo Grande

Segundo Tobias Tomines as ações de massa no calçadão ocorrem nas seguintes datas: No dia Internacional da mulher, no dia do trabalhador e da trabalhadora, no dia 7 de Setembro no grito dos excluídos e também no dia 20 de Novembro, dia da consciência negra.

As atividades no calçadão são, segundo Tobias Tomines, educativas e formativas, são atividades que envolvem aulas públicas, apresentações de teatro, reivindicações com panfletagem e diversos discursos de lideranças e participantes de outros movimentos sociais.

Ainda a partir da fala de Tobias Tomines, o núcleo socialista contribuiu para a formação do Instituto de formação humana e educação popular, IFHEP, que não significou o fim do núcleo socialista, mas uma atuação como uma espécie de braço político do IFHEP. Outro esclarecimento sobre o IFHEP e o núcleo é que ambos não se configuram como uma ONG, mas como espaços de ação e formação.

Uma das afirmativas que me chamaram a atenção no depoimento de Tobias foi o fato de o mesmo admitir a inexistência de registros das atividades do Núcleo, como por exemplo: atas das reuniões e encontros mensais, entre outros documentos considerados formais que tratem de registros da atuação do núcleo socialista de Campo Grande.

A ausência destes registros formais podem ser bastante significativos no que tange a formação identitária do núcleo socialista, pode representar uma preocupação ou uma opção do grupo em organizar as atividades sem necessariamente ter que realizar um registro de sua atuação.

Por outro lado em rápida pesquisa no site do IFHEP e sites de redes sociais como o Facebook , por exemplo identifiquei panfletos, cartazes e fotos sobre as atividades do núcleo, considerando que a tipologia de documento pode ser múltipla e observando que qualquer vestígio pode servir de fonte para o pesquisador, destaco que esses elementos de registros não formais constituem uma valiosa contribuição para uma compreensão das ações do movimento.

Desta maneira podemos então levantar algumas questões: Primeiro como o núcleo socialista se relaciona com sua memória a partir da inexistência de um acervo documental formal? Segundo como as fontes produzidas pelas diversas ações podem nos ajudar a compreender os elementos identitários do grupo? E por último e não menos importante de que maneira a questão do acervo, sua existência ou não, podem contribuir para uma análise da relação estabelecida entre identidade e memória?

4- O NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA- NOPH

O NOPH localizado no bairro de Santa Cruz, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro funciona desde 1983 como um centro de documentação e atualmente está integrado ao corredor cultural em Santa Cruz, onde ainda faz parte o Ecomuseu, uma experiência inovadora iniciada a partir do NOPH.

Como o próprio nome indica o NOPH funciona como um centro de documentação da história da Zona Oeste, contendo inúmeros documentos que podem ser consultado por pesquisadores, estudantes e a comunidade em geral.

A diferença fundamental que podemos observar na prática do NOPH é sua clara vocação para o arquivamento documental e a preocupação com a catalogação e o registro, fato que colabora decisivamente para a construção identitária deste movimento social. A identidade do NOPH é marcada pela prática do registro, fator que se faz fundamental em função do seu papel.

A maneira como o NOPH é reconhecido apresenta uma ligação extrema com o documento e sua preservação, sua conservação e sua disponibilidade para as consultas. Colaborando para manter e consolidar a característica arquivística do NOPH, encontramos uma publicação mensal, um jornal intitulado quarteirão, que está em seu número 97. Esta publicação é editada pelo NOPH e faz parte do quarteirão cultural de Santa Cruz, funciona como instrumento de divulgação do NOPH e ao mesmo como preservação de sua memória e história, consiste em uma de minhas fontes de pesquisa.

Como a pesquisa ainda se encontra em sua fase inicial, ainda não dispomos de dados e elementos que nos permitam uma análise com mais profundidade, cabendo num primeiro momentos registrar as impressões presentes no texto.

5- CONCLUSÕES INICIAIS

O núcleo socialista existe a mais de 10 anos e atua na Zona Oeste, mas desenvolve temáticas globais também, não possui nenhum acervo documental, Tobias Tomines me informou que não possui nem mesmo uma ata de reunião, o que me chamou a atenção e faz da narrativa um fator fundamental, o registro oral a partir das lembranças dos participantes torna-se então a única fonte de rememoração, aqui a história oral desempenha papel fundamental.

Neste sentido podemos concluir preliminarmente que as ações deste movimento social foram construídas ao longo de mais de uma década, envolvem atividades de formação, de base e também de massas, tem uma pauta específica de atividades e está associada a um espaço físico, é composto de ex-militantes do Partido dos Trabalhadores em sua maioria.

O NOPH que existe a cerca de 29 anos, carrega uma marca indelével de um centro de documentação lugar onde a questão do arquivamento, do registro se mostram fundamentais. Em uma análise ainda preliminar percebemos que um dos elementos que identifica o NOPH é exatamente o seu papel de lugar de memória de uma região tão carente de preservar a sua história e a sua memória.

Desta maneira o que marca este movimento social é sua preocupação com a conservação de elementos que possam colaborar para a construção de novas narrativas no sentido da preservação da história da Zona Oeste e conseqüentemente de seus bairros.

Ao mesmo tempo em que o trabalho da memória se relaciona com o do esquecimento verificamos que a relação com a história oral e o registro dos depoimentos como forma de rememorar e possibilitar uma análise das atuações do grupo pesquisado, faz-se necessária e fundamental.

Estamos no ponto inicial de uma pesquisa que pretende ir mais além, compreender como a memória dos movimentos sociais se articula com a construção das identidades destes grupos e qual os significados desta construção identitária se ela efetivamente existir.

5- REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4ª ed. 1ª Reimpressão. Rio de Janeiro: IPP - Instituto Municipal Pereira Passos, 2008.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar – Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.
- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999a.
- _____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999b.

- _____. **O mal-estar da pós modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. **Comunidade,** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. **Identidade,** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____. **A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense. 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva. 1987.
- _____. **A Miséria do Mundo.** (Org.). Petrópolis. RJ: Vozes. 2003.
- _____. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.
- ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro: Jore Zahar Editor. 2000.
- FRÓES, José Nazareth de Souza; GELABERT, Odaléa Ranauro Ensenat. **Rumo ao Campo Grande por trilhas e caminhos. 1565-1965.** Rio de Janeiro: Gráfica Brunner, 2004.
- GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio.** Rio de Janeiro, Lacerda Editores, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais.** 9ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- _____. **História dos Movimentos e Lutas Sociais.** 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- _____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais.** 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GONÇALVES, André Gustavo Papera. **Memórias históricas da Zona Oeste.** Rio de Janeiro, Editora Rio, 1998.
- GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** 4ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- _____. **A produção capitalista do espaço.** 2ªed. São Paulo: Annablume, 2006.

- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: Arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LEFEBREV, Henri. **O direito à cidade.** 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 2003. 5ª edição.
- MANSUR, André Luis. **O velho Oeste Carioca. História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba). Do século XVI ao XXI.** Rio de Janeiro, Íbis Libris, 2008.
- MUNFORD, Lewis. **A cidade na História. Suas origens transformações e perspectivas.** São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, nº10, p. 7-28, dez, 1993.
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: v.2, n.3, 1989. 3-15.
- _____. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: v.5, n.1, 1992. 200-212.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social.** São Paulo: Annablume, 2003.
- SANTOS, Noronha. **As freguesias do Rio Antigo.** Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965.
- SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. **Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro.** Rio de Janeiro, Sabiá Produções Artísticas, 1999.
- _____. **As duas faces do Gueto.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História oral.** São Paulo: Letra e voz, 2010.
- VIEIRA, William de Souza. **Cenas da Cidade: De cinema à Igreja, a memória do Cine Palácio Campo Grande.** Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro. UNIRIO, 2009.
- WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada.** Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- _____. **Economia e Sociedade. Vol. 1. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol. 1.** Brasília: UNB, 1991.

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E A GESTÃO DOCUMENTAL NO JUDICIÁRIO¹

Neide A. D. De Sordi

nsordi@gmail.com

InnovaGestão – Consultoria em Informação

Resumo

Aborda o direito de acesso à informação pública, o direito à memória e os comandos constitucionais que os estabelecem, especialmente a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação sob a guarda do Estado (LAI). Analisa a LAI como um processo histórico de ampliação da transparência das ações da administração pública e como marco regulatório sobre o acesso à informação sob a guarda do Estado, incluindo os dados abertos e o governo aberto, que pressupõem um novo contrato social entre o Estado e o cidadão. Examina a Gestão Documental na Lei de Acesso à Informação Pública e a maturidade das organizações públicas e os desafios a serem enfrentados para o seu efetivo cumprimento. Também são abordadas as medidas para acesso à informação no Poder Judiciário, especialmente em relação às informações geradas nos sistemas processuais de suporte às atividades finalísticas do Judiciário – a prestação jurisdicional e focaliza os conceitos de Gestão Documental que sustentam esses sistemas, tais como o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos da Justiça Federal (MoReq-Jus), adotado no desenvolvimento do PJe - sistema de processo eletrônico do Conselho Nacional de Justiça; a construção de taxonomias padronizadas nacionalmente – as tabelas únicas de assuntos, classes e movimentação processual e as políticas exclusivas de Gestão Documental do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

Palavras-chave

Direito de acesso à informação pública; direito à memória; Lei de Acesso à Informação Pública; dados abertos; governo aberto; Poder Judiciário; sistemas processuais; Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário (MoReq-Jus), sistema de processo eletrônico; Conselho Nacional de Justiça; taxonomia; tabelas processuais; gestão documental; Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

¹ Trabalho apresentado na VI Reunião de Arquivos Judiciais do Brasil, realizado em Salvador, em 4 e 5 de outubro de 2012.

Introdução

O direito de acesso à informação é um dos direitos fundamentais relacionado ao desenvolvimento, à governabilidade, ao combate à corrupção e ainda ao direito à saúde, à educação, à qualidade de vida e a outros direitos essenciais ao Estado democrático de Direito. Garantindo o acesso à informação, o cidadão tem melhores condições para conhecer e acessar todos os seus direitos.

Difundir o conhecimento significa compartilhar e democratizar o poder. Restringi-lo, por sua vez, resulta na concentração do poder nas mãos daqueles que detêm o acesso a informações. (ACESSO, 2009).

A informação sob a guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos. Assim, processos, documentos, estatísticas, arquivos, produzidos, guardados, organizados e gerenciados pelo Estado em nome da sociedade é um bem público (PORTAL DA CGU).

O direito de acesso à informação está previsto no inc. XXXIII, art. 5º, da Constituição Federal: *todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.*

Mais três dispositivos consolidaram a relevância do direito de acesso à informação na Constituição Federal de 1988. O art. 216, § 2º, estabelece que *cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem* e, ainda, o art. 5º, inc. XIV, estabelece que é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional e os arts. 37, § 3º, inc. II e 5º, X e XXXIII, incluído pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998.

No entanto, apenas em 2012 esse direito foi regulamentado pela Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação Pública (LAI), que regula o

acesso à informação pública no âmbito dos Três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Também a Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, disciplinou a matéria e, em seu artigo primeiro, determinou que *é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.*

O Direito de Acesso à Informação está ainda incorporado ao direito interno por força de diversos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário (BRASIL, 2011).

No plano internacional, cada vez mais, o acesso à informação é reconhecido como um direito em várias partes do mundo. Cerca de 90 países possuem leis semelhantes à lei brasileira. Essas leis regulam este direito e produzem sociedades bem informadas, com direitos humanos bem protegidos, administrações públicas transparentes e eficientes e cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades coletivas (ACESSO, 2009).

A primeira nação no mundo a desenvolver um marco legal sobre acesso à informação foi a Suécia, em 1766. Os Estados Unidos aprovaram sua Lei de Liberdade de Informação, conhecida como FOIA (*Freedom of Information Act*), em 1966, que recebeu, desde então, diferentes emendas visando à sua adequação à passagem do tempo. Na América Latina, a Colômbia foi pioneira ao estabelecer, em 1888, um Código que franqueou o acesso a documentos de Governo. Já a legislação do México, de 2002, é considerada uma referência. Chile, Uruguai, entre outros, também aprovaram leis de acesso à informação (ACESSO, 2009).

Além do direito à informação, a Constituição Federal protegeu os documentos, elevando-os à categoria de Patrimônio Cultural brasileiro juntamente com outros bens de natureza material e imaterial: Art. 216, inc. IV: *Constituem Patrimônio cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem... as obras, objetos,*

documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

Esse dispositivo garante o direito à memória, uma vez que todos os homens têm o direito de acesso aos bens materiais e imateriais que representam o seu passado, a sua tradição e integra o direito à cidadania.

Um exemplo concreto de efetivação do direito à memória foi a criação da Comissão Nacional da Verdade, pela Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011, com o propósito de investigar as violações de direitos humanos entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória, à verdade histórica e ainda promover a reconciliação nacional.

Embora a Constituição Federal e todos esses diplomas legais protejam o acesso à informação, o exercício deste direito no Brasil ainda enfrentará desafios para a sua efetividade. A longa espera de um cidadão pela decisão de um processo de revisão de benefício previdenciário; a busca por informações pelos familiares de desaparecidos durante o regime militar; as tentativas sucessivas de se obter informações de qualquer natureza junto a uma concessionária de serviço público são exemplos da dificuldade de acesso à informação pública.

A Lei de Acesso à Informação é resultado de um processo histórico, cujo marco inicial foi a Constituição de 1988. A partir dela, novas instituições e direitos dos cidadãos vêm sendo incorporados à vida política brasileira. De forma gradual, órgãos de controle, como o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e, mais recentemente, uma nova Polícia Federal, tornaram-se instrumentos poderosos de fiscalização do poder público. Quanto mais os órgãos de controle ampliam a sua capacidade de fiscalizar, mais se percebe que os problemas e as irregularidades encontrados decorrem das fragilidades na organização da administração pública brasileira. (ABRUCIO, 2012).

O Brasil já vem empreendendo esforços para a transparência das ações da administração pública. Em 2000, foi publicada a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu limites para os gastos públicos e obrigou os órgãos a realizarem audiências públicas para apresentação dos gastos e balancetes sobre a aplicação dos recursos. A Lei da Transparência, de maio de 2010, que cobrou a

apresentação dos órgãos públicos das suas receitas, despesas, com detalhes como os nomes dos prestadores dos serviços, o que fornecem, o quanto recebem por seus contratos etc. Mas, ainda assim, sem a possibilidade de acesso por qualquer cidadão. Agora, em 2012, a LAI contribuiu para ampliar a disponibilidade de informações sobre as atividades governamentais, colocando-as ao alcance de qualquer cidadão, ampliando o que se convencionou denominar de Governo Aberto.

1 Lei de Acesso à Informação Pública (LAI) - Marco regulatório sobre o acesso à informação sob a guarda do Estado

No exercício das suas funções de normatizar, fiscalizar, estabelecer políticas públicas ou julgar causas, as organizações do Estado produzem um grande volume de informações que são publicadas, arquivadas e divulgadas. No entanto, essa divulgação, nem sempre se dá em formatos abertos que permitam ampla utilização, por conta do emprego de formatos proprietários, de não considerar as limitações de quem tem necessidades especiais ou pela publicação em formatos impressos com baixa tiragem.

Os objetivos da disponibilização de Dados Governamentais Abertos é superar essas limitações e ampliar as possibilidades de uso e reúso para os usuários das informações públicas e permitir a criação de novos serviços e novas informações. (DINIZ, 2010).

Governo Aberto é um conceito associado à existência de legislação de acesso à informação pública. Pressupõe um novo contrato social entre o Estado e o cidadão. Está relacionado à Gestão do Conhecimento porque privilegia a colaboração de vários setores da sociedade para encontrar soluções para situações complexas, em detrimento da prática recorrente da competição.

A Lei de Acesso à Informação prevê a disponibilização de dados abertos na *internet*, como a possibilidade da gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e textos, de modo a facilitar a análise das informações. Também prevê que deve-se proporcionar o acesso automático por sistemas externos aos dados em formatos abertos estruturados e legíveis por máquina.

Como marco regulatório, a Lei de Acesso à Informação Pública define os mecanismos, prazos e procedimentos para a entrega das informações solicitadas à

administração pública pelos cidadãos, regras e condições que propiciarão a sua implantação pelos órgãos públicos.

No âmbito do Poder Executivo, a LAI foi regulamentada pelo Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, que disciplinou os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados graus e prazos de sigilo. Entre as principais inovações desses dispositivos legais destacam-se:

- Reconhecer o acesso à informação pública como direito fundamental e a informação sob a guarda do Estado como um bem público;
- Estabelecer procedimentos para que a Administração responda aos pedidos de informação do cidadão;
- Assegurar a participação social e o controle do cidadão sobre atos governamentais;
- Assegurar igualdade de oportunidade de acesso à informação nos portais da *internet* ou mediante petição;
- Estabelecer condições e mecanismos técnicos e operacionais para assegurar o seu efetivo cumprimento.

Todos os órgãos da Administração Pública, direta e indireta, de todos os Poderes e de todos os entes federativos, inclusive empresas estatais, estão sujeitos ao cumprimento da lei incluindo as entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos.

A lei institui como princípio fundamental que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo, a exceção. Em caso de informação sigilosa, é assegurado acesso à parte não sigilosa (certidão, extrato, cópia com ocultação da parte sigilosa). Também é assegurado o direito à orientação sobre os procedimentos de acesso (como e onde a informação poderá ser obtida). Todos os órgãos públicos são obrigados a divulgar um elenco de informações estabelecidas na LAI, exceto os municípios com até 10 mil habitantes.

No entanto, além dessas providências do Poder Público, é preciso que o cidadão exerça os seus direitos, que a sociedade civil participe ativamente. Segundo Fernando Abrúcio (2012), a Lei de Acesso à Informação (LAI) constituir-se-á em uma verdadeira

escola de cidadania. Sua implantação será um processo árduo e incremental, mas que afetará profundamente as raízes do modelo patrimonialista que tanto prejudica a modernização do Brasil. Com a promulgação da LAI, os brasileiros poderão ter, finalmente, acesso ao conhecimento e aos instrumentos necessários para atuar com eficiência na fiscalização do Estado. A lei é um mecanismo de *accountability*. Ela poderá tornar mais transparente a forma de funcionamento do governo e dar aos diversos grupos sociais condições de controle do Estado. (ABRUCIO, 2012).

2 Gestão Documental na Lei de Acesso à Informação Pública

A Gestão Documental está amplamente prevista na Lei de Acesso à Informação. O art. 4º da lei define tratamento da informação como o conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação. No art. 5º fica estabelecido que é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Em tempos de produção de documentos em meios digitais, a LAI se preocupou com a preservação de longo prazo desses documentos ao estabelecer no art. 6º que cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: “II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.”

No art. 7º A LAI estabelece que o “acesso à informação compreende os direitos de obter informação [...] contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos; [...] primária, íntegra, autêntica e atualizada, sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades [...]”.

Também o Decreto n. 7.724, em seu art. 8º, estabelece requisitos de gestão documental a serem atendidos pelos sítios na *internet* dos órgãos e entidades, como a utilização de ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Essa determinação pode ser atendida mediante implantação de sistemas de gestão de

conteúdos, com processos de indexação de conteúdos e criação de taxonomias para melhorar a qualidade da recuperação da informação.

A preocupação com a garantia da autenticidade e da integridade das informações disponíveis para acesso expressa no Decreto e na Lei reforça a necessidade de sistemas de gestão documental com funcionalidades de preservação dos objetos digitais, bem como a adoção de um conjunto de atividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado a longo-prazo à informação e ao patrimônio cultural existente em formatos digitais.

A preocupação com a gestão documental é também registrada no portal da CGU: “A informação disponível ao público é, muitas vezes, a ponta de um processo que reúne operações de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos. Para tanto, programas de gestão de documentos precisam ser sempre aprimorados e atualizados” (PERGUNTAS).

No entanto, pesquisa elaborada pela CGU em parceria com a Unesco concluiu que a Administração Pública Federal não está preparada para cumprir a Lei de Acesso a Informações Públicas. Entre os principais problemas destacam-se:

- Falta de organização, planejamento e sistematização das informações de cada área;
- Limitada capacidade de resposta em caso de aumento significativo da demanda;
- Baixa interoperabilidade dos sistemas e bancos de dados entre e intra órgãos;
- Baixa confiabilidade das bases de dados existentes, os erros dos sistemas podem ser utilizados de forma inadequada e danosa para o Estado/governo;
- Carência de recursos humanos destinados ao atendimento das solicitações de informações e também à sua disponibilização proativa;
- Perigo de a nova legislação cair em descrédito por falta de condições necessárias e suficientes à sua efetividade (DAMATTA, 2011).

Para que a implantação da LAI seja efetiva, desafios de ordem cultural, tecnológica e operacional precisam ser enfrentados pelas organizações públicas. De ordem cultural porque é preciso fortalecer a cultura da transparência. Ainda não conseguimos avaliar o impacto da lei na consolidação da democracia brasileira e o significado da disponibilização, por meio da *internet*, de informações e dados

governamentais de domínio público para a livre utilização pela sociedade, que são os dados governamentais abertos (DGA) preconizados na lei.

De ordem tecnológica porque existe um *gap* considerável entre o estado da arte das tecnologias de gestão de conteúdo e o uso dessas tecnologias nas organizações públicas. Essa defasagem se traduz na baixa qualidade dos serviços prestados à população.

De ordem operacional porque, embora existam ilhas de excelência no serviço público, ainda encontramos relevantes acervos documentais, gerados pelas organizações no exercício das suas atividades, que são depósitos de traças, poeira e descaso e, em última análise, exemplos da impossibilidade objetiva de garantir o acesso às informações governamentais. Indubitavelmente, a efetividade da Lei de Acesso à Informação depende da implantação de políticas e programas de gestão de conteúdo (termo utilizado pela indústria) ou gestão documental (terminologia usada na legislação, inclusive na Lei n. 8.159/1991) nas organizações públicas.

3 A Lei de Acesso à Informação e o Poder Judiciário

Embora denominado de Caixa Preta, a pesquisa *Índice de acessibilidade da informação judicial na internet*, desenvolvida pelo Centro de Estudos da Justiça das Américas (CEJA), da Organização de Estados Americanos (OEA), apresentada no VII Seminário de Gestão Judicial, em Bariloche, em outubro de 2010, apontou o Brasil como um dos países com maior nível de acesso à informação judicial disponível na *internet* (CEJA, 2010).

Mesmo antes da publicação da LAI, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já havia adotado medidas para tornar mais transparente as atividades dos órgãos do Poder Judiciário. Em dezembro de 2009, a Resolução n. 102 do Conselho determinou aos tribunais a publicação na *internet* de informações sobre a gestão orçamentária e financeira, quadro de pessoal e estrutura de remuneração de magistrados e servidores, inclusive despesas com passagens, diárias, contratação de serviços e obras. Essas informações estão também disponíveis no Portal da Transparência do CNJ. A Resolução n. 102 determinou, em 2009, a publicação nominal dos salários. Ela foi alterada pela Resolução n. 151, de 5 de julho de 2012, para melhor atender aos ditames

da LAI. Outros atos normativos importantes para a ampliação do acesso à informação pública do Judiciário no sítio do CNJ foram as Resoluções de 2009, n. 79, que dispôs sobre a transparência na divulgação das atividades do Poder Judiciário brasileiro e n. 83, que determinou providências sobre aquisição e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário.

No entanto, no Judiciário, a LAI ainda não foi regulamentada. A Portaria n. 80, de 12 de junho de 2012, do presidente do CNJ criou um grupo de trabalho para analisar a lei e identificar os pontos que precisam de esclarecimentos ou regulamentação para melhor sua aplicação por parte dos tribunais. O esforço subsidiará uma proposta de resolução a ser submetida ao Plenário do CNJ.

4 O PJ.e e a Gestão Documental

Além das providências para a disponibilização das informações administrativas mencionadas, ações efetivas têm sido tomadas para ampliar o acesso público às informações processuais.

Os sistemas informatizados de suporte às suas atividades finalísticas do Judiciário – a prestação jurisdicional – são denominados sistemas processuais e, em todos os tribunais brasileiros, possibilitam o acompanhamento dos processos, no caso dos sistemas referenciais, que remetem aos processos físicos, e também o acesso aos documentos do processo, no caso dos sistemas de processos eletrônicos.

Os sistemas de processo eletrônico tiveram início com a promulgação da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, de implantação dos Juizados Especiais Federais, que autorizou o desenvolvimento desses sistemas nesses juízos e da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que estendeu o processo judicial eletrônico a todo o Judiciário. Desde então, dezenas de sistemas de processo eletrônicos foram desenvolvidos ou comprados e implantados nos tribunais brasileiros, fazendo do Judiciário excelência em e.Gov.

No entanto, muitas dessas iniciativas de processo eletrônico resultaram em sistemas sem padrões de interoperabilidade para integração e aproveitamento dos dados de uma instância inferior por outra superior, de segurança na preservação de longo prazo das informações digitais, de atendimento a padrões de acessibilidade, da camada

de metadados para a extração de relatórios gerenciais, além do grande volume de recursos gastos em desenvolvimento e manutenção desses sistemas, entre outros.

Na tentativa de dotar o Judiciário de um sistema de gestão de processos que garantisse o acesso, a acessibilidade, a interoperabilidade, a preservação de longo prazo dos documentos digitais, a geração de indicadores e o acompanhamento das atividades, o CNJ, em parceria com o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, desenvolveu e está implantando em todos os tribunais, um sistema padronizado e único de gestão do processo judicial eletrônico, o PJe – o sistema fará a gestão dos processos judiciais e dos documentos que formam os processos – e essa padronização ampliará a capacidade de gestão das atividades judiciárias em níveis ainda existentes na maioria dos países desenvolvidos.

No desenvolvimento do PJe o CNJ adotou conceitos de Gestão Documental, baseando-se no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário (MoReq-Jus) elaborado no âmbito do Conselho da Justiça Federal (CJF), e posteriormente aprovado pelo CNJ, para utilização em todo o Judiciário brasileiro. O MoReq-Jus é um modelo de requisitos voltado para padronização na gestão da documentação digital e não digital, garantindo que o patrimônio documental da Justiça seja produzido e mantido de forma confiável, íntegra, autêntica e acessível. A adoção do MoReq-Jus pelo PJe garantiu que as melhores práticas e padrões internacionais fossem utilizados em seu desenvolvimento.

A adoção do PJe em nível nacional só se tornou possível com a utilização de outros conceitos de gestão documental, como a construção de uma taxonomia padronizada nacionalmente – a tabela única de assuntos, de uma tipologia centralizada dos processos judiciais –, a tabela única de classes, e da padronização dos fluxos documental (fluxo dos processos judiciais) – a tabela de movimentação processual.

O objetivo do CNJ ao estabelecer procedimentos de taxonomia e padronização da tipologia documental, com a aprovação das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, pela Resolução n. 46, de 18 de dezembro de 2007, de observância obrigatória pelos órgãos do Judiciário foi melhorar a administração da justiça e a prestação jurisdicional.

Com as tabelas unificadas, tornou-se possível gerar relatórios estatísticos, saber a natureza das ações e onde, por exemplo, torna-se necessário criar varas especializadas em crimes de lavagem de dinheiro ou para processar e julgar ações relacionadas ao direito à saúde.

5 Proname - Políticas de Gestão Documental do Judiciário para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação

As políticas de Gestão Documental estabelecidas pelo CNJ para o Judiciário brasileiro estão consubstanciadas nas recomendações do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), iniciado em dezembro de 2008, e em atividade até o presente. O programa tem como finalidade implantar uma política de gestão documental que atenda às peculiaridades do Poder Judiciário brasileiro.

Os objetivos do programa incluem ainda a integração dos tribunais, por meio do Fórum de Gestão Documental; a padronização dos processos de trabalho de gestão documental, por meio da utilização das Tabelas de Temporalidade de Documentos Unificados do Poder Judiciário (TTDU) e de manuais de gestão documental, bem como a preservação e divulgação dos documentos de valor histórico do Judiciário.

Efetivamente, as ações do Proname tiveram início com a constituição do Comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário, pela Portaria n. 616, de 10 de setembro de 2009, integrado por representantes de todos os segmentos do Judiciário e com competência para a elaboração de normas e instrumentos de gestão que irão auxiliar na implementação do Proname, além do apoio na realização de treinamentos para os servidores que atuam nas unidades de gestão documental.

As normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname e os seus instrumentos foram estabelecidos pela Recomendação CNJ n. 37/2011 a ser observada pelos tribunais.

Com vistas a ampliar os benefícios decorrentes da padronização taxonômica, os instrumentos de padronização, os critérios de temporalidade – prazos de guarda dos processos judiciais findos foram vinculados às tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário.

Assim sendo, além da utilidade para a efetivação da prestação jurisdicional, as tabelas processuais unificadas são instrumentos de classificação dos documentos nos arquivos judiciais, de determinação dos prazos em que os processos de uma classe ou assuntos passarão nos arquivos intermediários ou permanentes.

A Recomendação CNJ n. 37/2011 definiu um amplo conjunto de normativas e aprovou os instrumentos do Proname, disponíveis no portal do CNJ, muitos deles peculiares à gestão documental no Judiciário: os sistemas informatizados de gestão de documentos e processos administrativos e judiciais, bem como os métodos desses sistemas, essenciais à identificação do documento institucional de modo inequívoco em sua relação com os outros documentos; o Plano de Classificação (Tabelas Processuais Unificadas) e a Tabela de Temporalidade dos Processos Judiciais do Poder Judiciário; o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade dos Documentos da Administração do Poder Judiciário; a Lista de Verificação para Baixa Definitiva de Autos; a Lista de Verificação para Eliminação de Autos Findos; o Fluxograma de Avaliação, Seleção e Destinação de Autos Findos; o Plano para Amostra Estatística Representativa; e o Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário.

Conclusão

Sistemas de gestão da informação são essenciais para a busca de informação. Sem sistemas que controlem o fluxo documental, que inclua a camada de metadados e que informatizem todo o ciclo documental não é possível emitir relatórios, gerar estatísticas confiáveis, fazer análises das informações. Sem estatísticas não temos indicadores, sem indicadores não aferimos o atingimento das metas e sem metas não existe planejamento. Ou seja, sistemas de gestão de conteúdos são ferramentas relevantes na implantação da estratégia da organização.

Com esse entendimento, a gestão de documentos deixa de ser preocupação exclusiva dos profissionais de arquivo, de documentação. Os sistemas de gestão de conteúdos ganham *status* de atividade essencial da organização.

No Judiciário, o aprimoramento da prestação jurisdicional, em que se inclui a melhoria da gestão das informações processuais, passa pela qualidade dos sistemas de suporte às atividades jurisdicionais existentes em todos os tribunais brasileiros.

A Gestão Documental está amplamente prevista na LAI. No entanto, sem a efetiva organização dos arquivos governamentais existirá uma impossibilidade objetiva de seu cumprimento.

Tanto a LAI como o decreto que a regulamentou ampliam a necessidade de implantação de programas de gestão documental ao prever funcionalidades que só podem ser encontradas nos sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos.

Em todos os tribunais brasileiros, informações sobre as atividades finalísticas da Justiça estão reunidas nos sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos – os sistemas processuais. Esses sistemas registram as informações cadastrais sobre os processos físicos ou eletrônicos, bem como os dados sobre a tramitação das causas. Quase a totalidade dos processos judiciais em tramitação no Brasil e a maioria dos processos judiciais findos estão registrados nos sistemas processuais dos tribunais e descritos por um significativo conjunto de metadados.

Marieta Löw, na pesquisa *Descrição arquivística em processo judicial eletrônico; estudo de caso em processos da Justiça Federal do Rio Grande do Sul*, analisou o uso dos metadados do sistema de processo judicial eletrônico para descrição arquivística, comparando os campos de descrição preconizados pela NOBRADE, e concluiu que é possível utilizar os metadados dos sistemas processuais para a descrição arquivística do processo judicial utilizando a NOBRADE. Poucas informações precisariam ser complementadas em caso de transcrição automática desses sistemas de gestão de documentos correntes e intermediários para arquivos permanentes. Isso significa o alto nível de informações preservadas e disponíveis *on line* nos *sites* das instituições judiciárias (LÖW, 2010).

Assim sendo, entende-se que o cumprimento da LAI, a localização e o acesso às informações processuais não serão problema para o Judiciário, especialmente às informações sobre os processos cíveis.

No entanto, esforços para melhorar a organização e a disponibilidade de documentos devem ser permanentemente buscados pelas organizações públicas em geral e pelos tribunais em particular. No Judiciário, os tribunais se encontram em processo de implantação do PJe, o que irá melhorar ainda mais a gestão da informação processual.

No entanto, a descrição das informações sobre os processos criminais ainda precisa ser consideravelmente melhorada. Nesses processos os registros são insuficientes. Na maioria dos casos, os nomes dos réus costumam ser omitidos até o julgamento dos processos. Quando, para não frustrar as investigações, precisariam ser omitidos apenas até o oferecimento da denúncia. A omissão de informações processuais dificulta a coleta de estatísticas de gestão do processo e da Justiça e só se justifica quando se tratar de questões da vida privada, de direito de família ou de interesse de menores e incapazes.

A Lei de Acesso à Informação dotou a sociedade civil de instrumentos fortes para a consolidação plena da democracia participativa. O Judiciário precisa continuar evoluindo na disponibilização das informações públicas, na consolidação do governo aberto, que concorrem para a melhoria na gestão pública, maior participação popular e o controle social das ações governamentais.

Referências

ABRUCIO, Fernando. A Lei de Acesso à Informação e a cidadania. R. Época. 15 jun. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/opiniao/fernando-abrucio/noticia/2012/06/lei-de-acesso-informacao-e-cidadania.html>. Acesso em: 18 ago. 2012.

ACESSO à informação e controle social das políticas públicas. Brasília: ANDI; Article 19, 2009. 132 p. ISBN 9788599118177. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/publicacoes/Acesso-a-informacao-e-controle-social-das-politicas-publicas.pdf>. Acesso em 18 ago. 2012.

APRESENTAÇÕES do 1º Encontro Nacional sobre as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário. Disponível em: www.cnj.jus.br. Acesso em 20 ago. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 91, de 29 de setembro de 2009. Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus) e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados para as

atividades judiciais e administrativas no âmbito do Poder Judiciário. Disponível em: www.cnj.jus.br Acesso em: 21 ago. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação n. 37, de 15 de agosto de 2011. Recomenda aos tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname e de seus instrumentos. Disponível em: www.cnj.jus.br Acesso em: 21 ago. 2012.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). Acesso à Informação Pública: Uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília: CGU, 2011. 23 p. Disponível em: <http://www.acs.ufpr.br/cgu.pdf> Acesso em: 26 ago. 2012.

CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, III, Brasília, 2010. Disponível em: http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_I_congresso_consad/painel_13/como_conseguir_dados_governamentais_abertos.pdf Acesso em 19 ago. 2012.

DAMATTA, Roberto (Coord.). Pesquisa: Diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro. Brasília: Controladoria-Geral Da União (CGU), 2011. 30 p. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/acessoainformacaogov/materiais-interesse/SUMARIO_FINAL.pdf. Acesso em: 26 ago. 2012.

DINIZ, Vagner. Como conseguir dados governamentais abertos. In: CONGRESSO LANÇAMENTO do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Portal do CNJ. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistemas/processo-judicial-eletronico-pje> Acesso em: 30 ago. 2012.

LÖW, Marieta Marks. *Descrição arquivística em processo judicial eletrônico; estudo de caso em processos da Justiça Federal do Rio Grande do Sul*. 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28450/000770928.pdf?sequence=1> Acesso em: 30 ago. 2012.

MANUAL de utilização das tabelas processuais do Judiciário. Brasília CNJ. 2008. Disponível em: www.cnj.jus.br Acesso em: 20 ago. 2012.

OPEN Government Partnership. Portal da CGU. Disponível em: <http://www.opengovpartnership.org/Brasilia2012> Acesso em: 20 ago. 2012.

PORTAL Brasileiro de Dados Governamentais Abertos. Disponível em:
<http://dados.gov.br/sobre/> Acesso em: 28 ago. 2012.

SOBRE dados.gov.br. Portal Brasileiro de Dados Abertos. Disponível em:
<http://dados.gov.br/sobre/> Acesso em: 26 ago. 2012.

A automatização da eliminação de autos findos no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas à luz da Recomendação 37 do CNJ

Manoel Pedro de Souza Neto¹
pedro.neto@tjam.jus.br.

Natacha Oliveira Janes²
natacha.janes@gmail.com

Rita de Cássia Ferreira Machado³
ritamachadoo@gmail.com

Alexandra Silva Veiga⁴
alexandra.veiga@tjam.jus.br

Francisco Gilson da S. Ferreira⁵
gilshow.ferreira@gmail.com

Resumo:

A realidade arquivística brasileira assinala, gradativamente, para a necessidade de sistematização dos processos de tratamento, controle, guarda e acesso aos documentos. Coadunando com a afirmativa, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) desde a aprovação do marco regulatório preconizado pela Resolução nº 50 do ano de 2008, que institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e aprovou os instrumentos arquivísticos, dando início a uma nova perspectiva sobre o gerenciamento da informação institucional. Para colimar em ações práticas, buscou-se um trabalho de gestão de documentos de arquivo como um recurso estratégico para a modernização dos serviços arquivísticos no poder judiciário amazonense consentâneo com os princípios constitucionais de promover a administração de documentos e a publicização da informação judicial. Com o objetivo de automatizar o processo de avaliação, optou-se em desenvolver um sistema que auxiliasse nas rotinas de revisão, análise histórica, estatística, eliminação e localização dos processos findos no Arquivo Central da instituição de forma sistemática e racional. Com o trabalho intelectual dos profissionais multidisciplinares da CPAD, o Sistema de Gestão de Documentos

¹ Servidor do Tribunal de Justiça e Gerente de Arquivo Central

² Estagiária de arquivologia do Tribunal de Justiça do Amazonas

³ Estagiária de arquivologia do Tribunal de Justiça do Amazonas

⁴ Servidora do Tribunal de Justiça e Analista de Sistema

(SISGED) ganha *corpus* e forma para transformar-se em um arguto sistema, o qual dará condições favoráveis e qualidade arquivística aos documentos de guarda permanente.

Palavras-chave: avaliação de documentos; eliminação de autos findos; Tribunal de Justiça do Amazonas; Recomendação 37 CNJ; SISGED

1. INTRODUÇÃO

O Poder Judiciário do Estado do Amazonas (PJEAM) vem empreendendo esforços no sentido de avaliar a documentação após o recorte cronológico que compreende os cem primeiros anos de sua existência (1833-1933). Dessa maneira, visa atuar estrategicamente na disponibilização das informações, melhorar o processo de trabalho na tomada de decisão na alta administração, ter a garantia do controle pleno tanto dos documentos produzidos quanto daqueles recebidos.

Adentrando na seara financeira, a avaliação propicia significativa compleição de recursos com a redução da massa documental acumulada (MDA), a otimização e a racionalização dos espaços físicos para a guarda de documentos, os quais, geralmente, em instituições públicas inexistem ou são insuficientes e, sobretudo, a melhoria na recuperação das informações durante o tempo em que aguardam o cumprimento dos prazos do seu ciclo de vida. Há de se ressaltar, que a função arquivística avaliação apóia-se, também, na determinação de valor dos documentos para uma instituição.

Makhlouf e Cavalcante (2008) apresentam três exigências como componentes dessa função:

- 1) tornar evidentes a teoria e seus conceitos constitutivos e a capacidade de precisar o que representa o *valor* dos documentos; 2) a capacidade da estratégia de avaliação em operacionalizar os conceitos relativos ao valor dos documentos, tal qual definido na teoria; 3) a capacidade do processo de

⁵ Estagiário de estatística do Tribunal de Justiça do Amazonas

aplicação institucional com relação à estratégia a ser adotada, respeitando os fundamentos teóricos de acordo com as origens dos documentos [...].

Repensar os arquivos sob a égide da avaliação é chamar para si a responsabilidade dos problemas da falta de gerenciamento informacional instaurada ao longo dos anos, para desenvolver e sistematizar uma rotina de tratamento aos documentos separando aqueles destituídos de valor cujo destino é a eliminação, daqueles que possuem valor e significância para a instituição e a sociedade compondo o acervo de guarda permanente.

2. FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA AVALIAÇÃO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O contexto de produção e acumulação de documentos oficiais é muito grande. Torna-se proporcional ao crescimento da sociedade. Sob as afirmativas supra encontra-se o poder público com a ampliação dos seus serviços para atender a demanda tendo como consequência, a crescente produção de papéis. Do outro lado está a população que, cada vez mais, vem compreendendo os seus direitos e buscando o poder público para resolver os conflitos de toda a ordem.

O artigo 37 da Constituição Federal diz que a

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** [...] (grifo nosso)

Identificaram-se algumas dificuldades que nos arquivos podem ser encontradas, entretanto, o que pode diferir é quanto ao grau, o qual pode ser em maior ou menor potencial. Isso dependerá muito da (des)atenção com que os administradores darão aos arquivos. Compreende desde os custos com a manutenção dos papéis, pois é um fator que pesa para as administrações até, às vezes os materiais básicos para operacionalizar determinada ação.

Apropriando-se do princípio da eficiência, as administrações podem ser favorecidas quando ele é aplicado aos arquivos, pois se obtêm uma redução na quantidade de documentos, tanto para a administração quanto para os pesquisadores.

A grande quantidade de massa documental acumulada adicionada a falta de gerenciamento e controle de documentos traz muitos prejuízos à instituição, e da mesma forma “[...] não se pode considerar que os pesquisadores estejam devidamente servidos pela simples manutenção de todos os documentos”. (Schellenberg, 2006, p.179). Assim, avaliando os documentos com segurança e criticidade cumprem-se os preceitos legais que são exigidos dos poderes públicos para a preservação do acervo documental sob sua responsabilidade e “por essa razão, o interesse erudito nos documentos está muitas vezes na razão inversa de sua quantidade: quanto maior o número de documentos sobre um assunto, menor é o interesse pelos mesmos”. (Schellenberg, 2006, p.179-180).

Isto posto, é de se reafirmar que os benefícios da gestão de documentos em arquivos vai além de uma eliminação/destruição de papéis fundada na tese de que o que não pode ser histórico hoje, amanhã poderá ou que tudo é história. Muitas vezes, tratam-se de documentos repetitivos que obedecem a uma mesma característica e que, muito pouco provavelmente, serão pesquisados por historiadores algum dia. Nesse panorama, é que se faz necessário entender e compreender o contexto da produção documental, ter o cuidado de selecionar e conservar, realmente, os que possuem valor.

O título exemplificativo cita-se algumas situações que são possíveis de serem encontradas num acervo da Justiça Estadual: ações que versam sobre cobrança indevida contra as concessionárias de serviço público; ações indenizatórias contra as operadoras de telefonia, entre outras são o exemplo claro de que é possível reduzir os acervos ao essencial. Aplicando a amostragem, manter-se-á exemplares para pesquisa. Sob essa ótica, o descarte de documentos torna-se fundamental e vital para a manutenção e sobrevivência dos acervos.

2.1 Valor dos Documentos

Não se pode tratar de avaliação arquivística sem conhecer o valor dos documentos. Ao longo dos anos a noção de valor vem sendo estudada pelos teóricos da área. A teorização vem ao encontro das necessidades da avaliação arquivística, pois se identificou num primeiro momento a partir de Jenkinson (1922) a vinculação do *valor* como fonte de prova administrativa e pela qualidade, ou seja, subsidia a ação na perspectiva de se provar algo. Jenkinson afirma que o valor de prova encontra-se ligado ao caráter único, autêntico e imparcial dos arquivos.

Schellenberg desenvolve uma teoria na qual apresenta a distinção entre os valores primários e secundários, os quais são aplicáveis aos arquivos:

Os valores inerentes aos documentos públicos modernos são de duas categorias: valores primários, para a própria entidade onde se originaram os documentos, e valores secundários, para outras entidades e utilizadores privados. Os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado – administrativos, fiscais, legais e executivos. Esses usos são, é lógico, de primeira importância. Mas os documentos oficiais são preservados em arquivo por apresentarem valores que persistirão por muito tempo ainda depois de cessado seu uso corrente e porque os seus valores serão de interesse para outros que não os utilizadores iniciais. (Schellenberg, 2006, p.180)

Sob a distinção de valores há que se observar que quando a documentação é produzida na entidade possui uma relação orgânica, pois cumpre a missão para a qual foi criada, ou seja, “como sendo a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram os seus criadores” (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p.117). De maneira exemplificativa, tem-se um processo cível e o valor primário reside na possibilidade de o judiciário (poder constituído) resolver o seu conflito. Depois de concluído, ele pode aguardar um período na fase intermediária em função, ainda, do seu valor primário a cumprir. Cumprido este prazo, ele possui dois caminhos: destiná-lo à eliminação ou ser guardado permanentemente. Neste último poderá servir, então, para outras entidades ou os utilizadores privados, merecendo atenção para a conservação, pois estes já apresentam o valor secundário.

Schellenberg (2006, p.181) continua por fazer a distinção entre os valores probatórios e informativos. Fez uso da Lei de Destinação de Documentos (Records Disposal Act) dos Estados Unidos de 7 de julho de 1943 (44 U.S. Code §366-80). Nela, definiu-se documentos (*records*) como “[...] todo material que contenha prova de organização, funções, diretrizes, decisões, normas, operações ou outras atividades do governo”. Sob esse contexto, refere-se a todo documento que permite provar a existência do órgão ou suas atividades.

Assimilado o valor probatório, partir-se-á para o entendimento do valor informativo. Em linhas gerais, verifica-se a sua ampla abrangência, pois relaciona-se a “pessoas” “coisas” ou “fenômenos” e suas subdivisões dão margem à novas classificações. Nessa dinâmica, verifica-se que um documento deve ser valorado pelas informações que estão contidas nele sem levar em consideração o seu valor probatório.

Todavia, entende-se que ambos os valores não são excludentes, ratificam a sua importância e utilidade em cada momento. A distinção é feita de modo a compreender seus estudos e para articularem-se na análise do uso do documento, pois “o valor que um documento contém devido ao testemunho que oferece da organização e funcionamento da administração pode ocasionalmente ser [...] o valor derivado de sua informação sobre pessoas, coisas ou fenômenos” (Schellenberg, 2006, p.182), ou seja, cabe às administrações preservar um mínimo de documentos que testemunhem como se construiu e se solidificou a organização, quem fez parte do corpo funcional, como era a sua política de relacionamento com as demais instituições, para o entendimento e seu funcionamento etc.

3. ACERVO HISTÓRICO DO TJAM: critérios para seleção

Selecionar processos exige de uma equipe de avaliação profunda dedicação, haja vista a complexidade e responsabilidade de avaliar os processos à luz da historiografia, definindo, ao mesmo tempo, critérios de valor secundário, ou seja, de guarda permanente.

A análise histórica objetiva perscrutar questões que vão além da burocracia relativa à feitura e andamento do processo, questões jurídicas intrínsecas a eles que auxiliam na compreensão da história do TJAM e que também objetivam investigar conflitos sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade circundante que não se encontra desvencilhada da Instituição, pois também a compõe por meio de seus representantes, magistrados, servidores, serventuários e dos que a ela recorrem.

Por meio destas ações a CPAD cumpre dois papéis de grande valor, não somente no que diz respeito aos preceitos legais que requerem dos poderes públicos a preservação de um acervo documental sob sua jurisdição, mas assume também um importante compromisso com a sociedade. Neste sentido, um olhar sobre os documentos históricos do Tribunal revela tanto aspectos da própria instituição ao longo dos anos quanto da sociedade que a procura pelos mais variados motivos, podendo ser indagada em suas razões e suas expectativas. Pode-se questionar, ainda, de que forma elas se relacionam entre si, sociedade e instituição, e que possíveis conflitos e soluções são decorrentes dessa relação.

A primeira pergunta feita àqueles responsáveis pela seleção de documentos que vão compor o acervo histórico de determinada instituição, é a respeito dos critérios utilizados para a seleção destes. Não é uma resposta fácil, posto que muitas vezes os documentos são salvos muito mais pela particularidade inerente a ele do que propriamente pela ação em si. Para tentar solucionar essa problemática institucional quanto aos critérios para seleção, recorre-se ao texto apresentado pela Comissão Técnica Interdisciplinar para Gestão de Documentos da Justiça Federal (Proposta de critérios para seleção de autos findos, com vista à preservação do patrimônio público, da memória da sociedade e como elementos de exercício da cidadania), o qual mostra a concepção de alguns historiadores sobre essa questão:

Entendem que critérios históricos são definidos a partir do conhecimento de cada documento existente nos acervos das instituições, não sendo, portanto, objetivos. Ainda em busca desses critérios históricos, foi contratada consultoria da Professora Doutora Ana Maria Camargo, historiadora da

Universidade de São Paulo...[que, após algumas recomendações sobre as classes processuais,]...considerou, ainda,...que uma comissão multidisciplinar deveria dar valores para cada documento” **(grifo nosso)**

Para tanto, tem-se as seguintes justificativas para as classes em que estão divididos os processos selecionados das Varas Cíveis e Juizados Especiais Cíveis (JEC). Ressalta-se que as semelhanças existentes entre eles permitiram analisá-los vislumbrando as mesmas classes para ambos, quais sejam: *Habitação/Aluguel de imóveis para moradia/comercial; Economia/Financeiro; Relações de Trabalho; Personagens reconhecidas publicamente e outros recursos cíveis* conforme tabela:

CRITÉRIOS	AÇÕES	ESPECÍFICO	QTD
HABITAÇÃO/ALUGUEL DE IMÓVEIS PARA MORADIA OU PARA FINS ECONÔMICOS	DESPEJO	PARA USO PRÓPRIO	04
		POR INFRAÇÃO CONTRATUAL	05
		POR FALTA DE PAGAMENTO	24
		POR DENÚNCIA VAZIA	04
	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO		32
	IMISSÃO DE POSSE		02
	USUCAPIÃO		13
	PASSAGEM FORÇADA		01
	REINTEGRAÇÃO DE POSSE		39
	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL HIPOTECÁRIA		21
	RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO		02
	REVISIONAL DE ALUGUEL		02
	RESSARCIMENTO DE DANOS EM PRÉDIO URBANO		02
	NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA		01
	VISTORIA		01
	MANUTENÇÃO DE POSSE		08
	REIVINDICATÓRIA		08
	MEDIDA CAUTELAR DE ANTECIPAÇÃO DE		01

	PROVAS		
	EXECUÇÃO DE INCOMPETÊNCIA		01
	ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA		02
	DEMARCATÓRIA		01
	DESAPROPRIAÇÃO		01
	INOMINADA		11
ECONOMIA/ FINANCEIRO	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL POR DEVEDOR SOLVENTE		20
	DEPÓSITO		01
	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL		36
	EXECUÇÃO FISCAL		03
	IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA		18
	EMBARGOS DE TERCEIROS		04
	EMBARGOS À EXECUÇÃO		13
	EMBARGOS À ARREMATAÇÃO		01
	RESTAURAÇÃO DE EMBARGOS DE ARREMATAÇÃO		01
	SUSTAÇÃO DE PROTESTO		02
	COBRANÇA		21
	COMINATÓRIA		01
	SEQUESTRO		05
	CÍVIL PÚBLICA		01
	BUSCA E APREENSÃO		24
	OBRIGAÇÃO A FAZER		05
	DESCONSTITUIÇÃO DE TÍTULO DE CRÉDITO		08
	DECLARATÓRIA		04
	INDENIZATÓRIA POR PERDAS E DANOS		11
	RESSARCIMENTO DE DANOS		01
	FALÊNCIA		09
	RECONHECIMENTO DE SOCIEDADE DE FATO		01
	DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE		03
	ALVARÁ JUDICIAL		14

	INTERPELAÇÃO JUDICIAL		02
	CONCORDATA PREVENTIVA		02
	INTERDITO PROIBITÓRIO		05
	HABILITAÇÃO DE CRÉDITO		01
	ARRESTO		03
	MEDIDA CAUTELAR DE ATENTADO		01
	EXECUÇÃO FISCAL		21
	EXEBIÇÃO DE DOCUMENTOS		01
	PRESTAÇÕES DE CONTAS		03
RELAÇÕES DE TRABALHO	INDENIZATÓRIA POR ACIDENTE DE TRABALHO		12
	RESSARCIMENTO DE DANOS CAUSADOS EM ACIDENTE DE VEÍCULOS TERRESTRES		04
	RATIFICAÇÃO PROTESTO FORMADO A BORDO		01
	AGRAVO DE INSTRUMENTO		11
	MANDADO DE SEGURANÇA		22
	RECISÃO DE CONTRATO		06
	HABEAS DATA		01
	ACIDENTÁRIA		01
PERSONALIDADES RECONHECIDAS PUBLICAMENTE	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	SAMUEL ISAAC BENCHIMOL	01
	REINTEGRAÇÃO DE POSSE	BEATRIZ DE CASTRO E COSTA RIZZATO	01
	EXECUÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	EDELVINA GARCIA	01
	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA	MARNYCE BITTENCOURT	01
	EXECUÇÃO	NILTON DA COSTA LINS (ADVOGADO)	01
	MANUTENÇÃO DE POSSE ACUMULADA	DOMINGOS JORGE CHALHUB (ADVOGADO)	01
	USUCAPIÃO	CITA LUIZ MÁXIMO DE MIRANDA	13

		CÔRREA (DESCENDENTE)	
	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	JOÃO MAURO BESSA	01
	DESPEJO	LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA	01
	MANDADO DE SEGURANÇA	LEONEL DE MOURA BRIZOLA	01
OUTROS RECURSOS CÍVEIS	APELAÇÃO		14
	CARTA DE SENTENÇA		01
	PROTESTO JUDICIAL		01
	RESTAURAÇÃO DE AUTOS		17
	RECUPERAÇÃO JUDICIAL		03
	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO		01
	INCIDENTE DE FALSIDADE		01
	ANULAÇÃO DE AUTO JURÍDICO		02
	OPOSIÇÃO		02
	HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO		01
	MONITÓRIA		02
	NOTIFICAÇÃO		01
	CARTA PRECATÓRIA		01
	JUSTIFICAÇÃO		01
	CANCELAMENTO DE PROTESTO		03

Um dos critérios utilizados na seleção dos documentos históricos refere-se aos casos particulares, que se apresentam como exceções ou que tiveram grande repercussão na mídia e na sociedade. Outro critério importante, e este se apresentaram com mais frequência entre os processos analisados, são aqueles de caráter ordinário, nos quais se percebe a mudança entre requerente e requerido, porém seguem os mesmos moldes de problemas e interesses havendo, portanto, repetição do mesmo problema em mais de um processo

Para elucidar esta afirmação, cita-se a grande quantidade de processos que revelam conflitos entre consumidores e prestadoras de serviço de telefonia, condomínio, água e luz. Numa incipiente análise histórica pode-se identificá-los enquanto sintoma de uma

sociedade na qual a exploração privada destes serviços gera vários conflitos, como abuso do direito do consumidor, e, por outro lado, o diminuto compromisso social das empresas, voltadas prioritariamente para o lucro, acaba por não atender às expectativas de crescimento da cidade, facilitando o aparecimento de formas ilegais de utilização de tais serviços, desculpando-se da responsabilidade e legando-a ao poder público, que aparece como negligente por não fornecer subsídios e isenções a tais empresas.

Observar as partes dos processos possibilita mapear os grupos sociais em seus conflitos e interesses, bem como suas expectativas perante o Poder Judiciário. Tal afirmação salta aos olhos quando se compara os processos cíveis aos criminais, por exemplo, as pequenas causas cíveis apresentam de forma preponderante requerentes de classe média, enquanto as classes baixas são mais freqüentes nos processos criminais. Várias perguntas podem surgir daí, e as respostas, no entanto, só aparecerão por meio de trabalhos qualitativos realizados *a posteriori* sobre a documentação ora analisada num esforço quantitativo.

Os critérios para a avaliação histórica dos documentos são resultados de um conhecimento historiográfico prévio do analisador e dos questionamentos que surgem no decorrer de sua atividade que o induzem a encontrar soluções coerentes. Quando o analisador se familiariza com seu objeto de análise, passa a enxergar além dos processos em si, identifica transformações econômicas pelas quais o estado do Amazonas tem passado; a expansão urbana da cidade de Manaus e o problema do loteamento de terra, visíveis em processos de manutenção e reintegração de posse, por exemplo e que são bastante comuns por gerarem questões sobre a propriedade de terra, as quais se encontram no cerne dos debates e disputas que inserem a região amazônica no contexto nacional e internacional.

4. SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS (SISGED):

O Sistema de Gestão de Documentos (SISGED) foi desenvolvido para atender as atividades da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD). Inicialmente os trabalhos de avaliação, seleção e eliminação eram realizados

manualmente onde se inseriam dados num Office Word para compilação e publicação do Edital de Ciência e Termo de Eliminação de Documentos. Partiu-se, então, para a concepção e desenvolvimento de um software que, em princípio, servisse para automatizar os processos de análise, revisão, análise histórica, eliminação. Posteriormente criou-se o módulo de localização para agilizar as solicitações de desarquivamento.

O SISGED fora desenvolvido e mantido pelo Setor de Desenvolvimento de Sistemas do TJAM e implantado em abril de 2010. Ele permite o acompanhamento do documento desde a análise do documento até sua destinação final. Nesse panorama, é possível visualizar o estado atual de cada documento, quantos documentos estão com prazo de guarda expirado e quais documentos devem ser adicionados à listagem de eliminação. O controle dos documentos permite que a CPAD priorize sua atividade fim, realizando a análise documental e histórica, focalizando a classificação e recuperação dos documentos.

O uso do SISGED torna a tarefa de eliminação mais eficiente e rápida, pois se consegue eliminar processos com prazos de guarda já expirados, melhora o processo de trabalho de avaliação dos documentos, visualiza as pendências relativas à revisão jurídica e a análise histórica, elabora o Edital de Ciência de Eliminação e o Termo de Eliminação executa a estatística automática indicando quais processos necessitam ser retirados para a guarda permanente, entre outros.

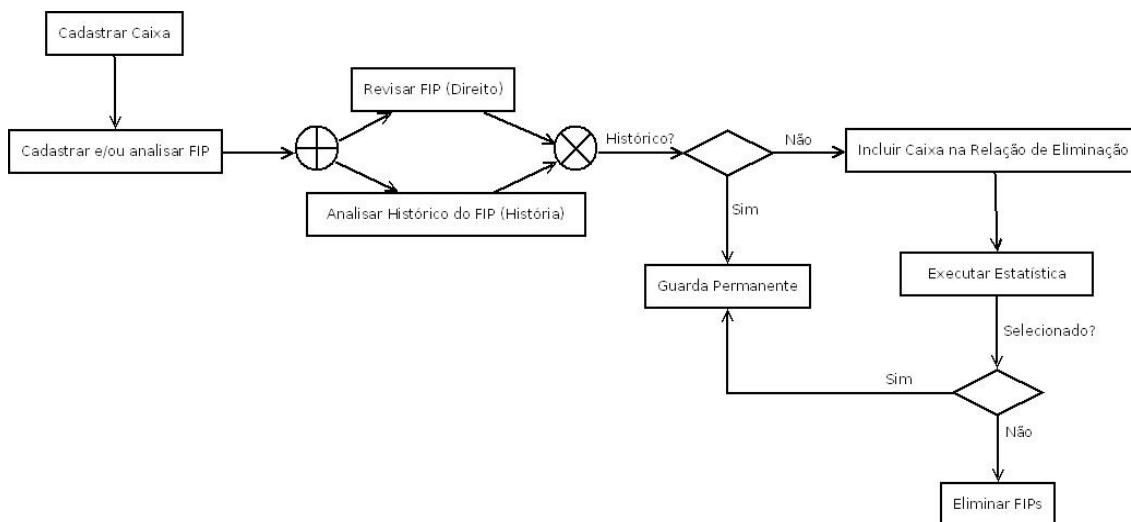


Figura 1: Fluxograma de avaliação arquivística no SISGED

As principais funcionalidades do SISGED são: cadastro da tabela de temporalidade cadastro e classificação dos processos, controle dos prazos de guarda dos processos, destinação dos processos, geração da lista de eliminação, pesquisa por processos, partes e advogados, relatórios de acompanhamento de produtividade e de pendências, criação automática de caixas no sistema para e seleção de processos para fins estatísticos.

Utilizando dos dados no SISGED obteve-se a eliminação e espaço disponível no acervo:

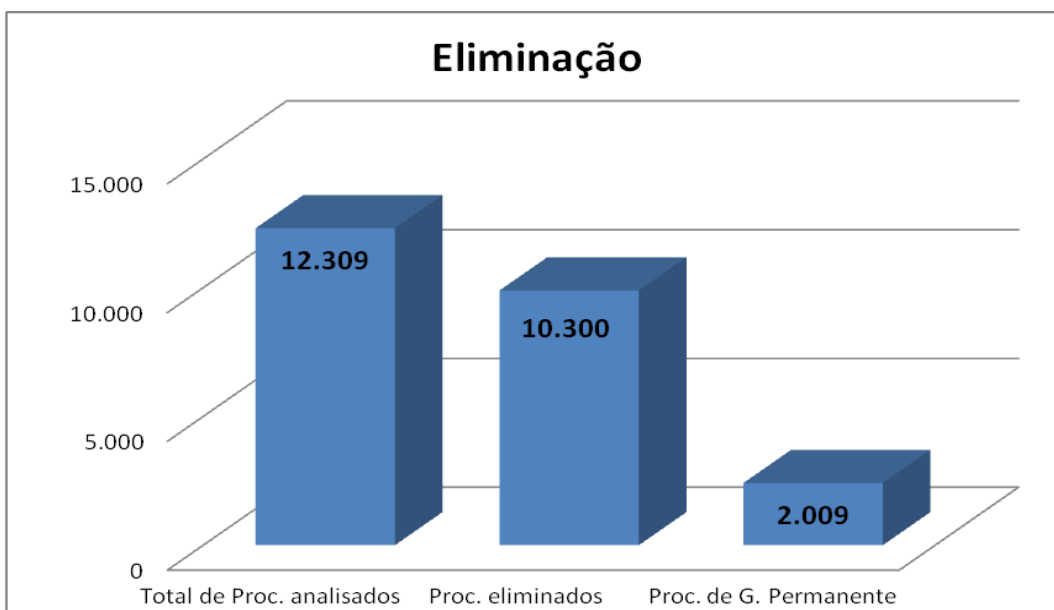


Figura 2: Dados referentes a eliminação no TJAM

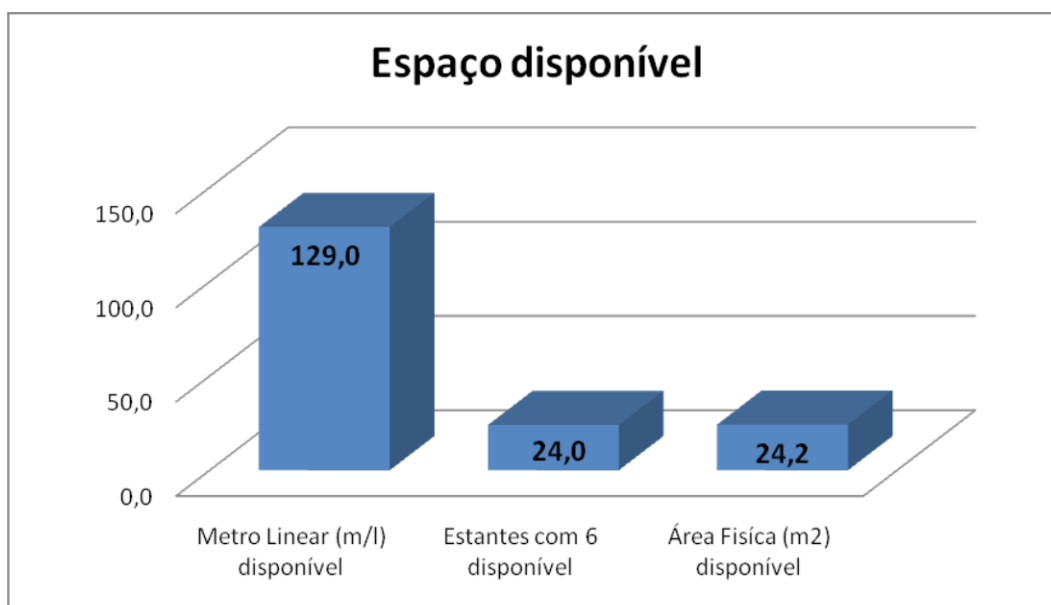


Figura 3: Dados referentes a espaço disponível no arquivo central do TJAM

5. DETERMINAÇÃO DE TAMANHO DE AMOSTRA PARA A GUARDA PERMANENTE NO ACERVO DOCUMENTAL: procedimento estatístico

Utilizando métodos de amostragem estatísticos, pode-se inferir resultados a partir de uma amostra relativamente grande (onde se admite a normalidade dos dados) e estimar que a(s) característica(s) apresentada(s) a partir desta amostra a certo nível de confiança e admitindo um percentual de erro, que os parâmetros populacionais estão dentro daquele intervalo de confiança calculado. Quem determina o erro amostral e o nível de confiança é o “*feeling*” do responsável pela técnica de amostragem.

Para uma amostragem aleatória estratificada é sabido que a variância do estimador média amostral é dada por:

$$Var[\bar{Y}] = \frac{\sigma^2}{n}$$

Segundo Bussab W., Bolfarine H. (2005), aumentando-se o tamanho da amostra, o erro padrão diminui. Se a população é muito heterogênea, torna-se impossível definir uma AASc da população toda com uma precisão razoável. Uma saída para esse problema é dividir a população em subpopulações internamente mais homogêneas, ou seja, com variâncias pequenas que diminuirão o erro amostral global.

A execução de um plano de amostragem estratificada (AE) exige os seguintes passos:

- i. Divisão da população em subpopulações bem definidas (estratos);
- ii. De cada estrato retira-se uma amostra, usualmente independente;
- iii. Em cada amostra, usam-se estimadores convenientes para os parâmetros do estrato;
- iv. Monta-se para a população um estimador combinando os estimadores de cada estrato e determinam-se suas propriedades.

Considerando o acervo documental do TJAM, onde após série de estudos realizados pela CPAD, e após desenvolvimento de sistema de cadastro dos processos arquivados, é fácil notar que dentre os processos arquivados temos muitos com a data de temporalidade expirada. Isto posto toma-se como população inicial os 12.309 (doze mil trezentos e nove) processos já cadastrados para realizar o procedimento de amostragem estatística estratificada para eliminação de arquivos de acordo com o Art.15 da Resolução N°50/2008.

5.1 Obtendo tamanho de amostra representativa

Considera-se a população $U = \{1,2,3, \dots, 1000\}$ e que exista partição $U = \bigcup_{h=1}^H U_h$ e que as partições sejam independentes, onde H é a quantidade de estratos definidos dentro da população.

Definem-se algumas variáveis e resultados úteis dos estimadores para melhor entendimento:

- $Y'_h = (Y_{h1}, \dots, \dots, Y_{hN_h})$ é o vetor de dados no estrato $h, h = 1, \dots, H$.
- $\mu_h = \bar{Y}_h = \frac{1}{N_h} \sum_{i=1}^{N_h} Y_{hi}$: média no estrato h ;
- $\sigma_h^2 = \frac{1}{N_h} \sum_{i=1}^{N_h} (Y_{hi} - \mu_h)^2$: variância do estrato h ;
- $N = \sum_{h=1}^H N_h$: tamanho do universo, onde N_h é o tamanho do estrato.
- $W_h = \frac{N_h}{N}$: peso (proporção) do estrato h , com $\sum_{h=1}^H W_h = 1$;
- $\tau = \sum_{h=1}^H \tau_h = \sum_{h=1}^H \sum_{i=1}^{N_h} Y_{hi} = \sum_{h=1}^H N_h \mu_h$: total populacional;
- $\mu = \bar{Y} = \frac{\tau}{N} = \frac{1}{N} \sum_{h=1}^H \sum_{i=1}^{N_h} Y_{hi} = \frac{1}{N} \sum_{h=1}^H N_h \mu_h$; média populacional; de modo que

a média global é a média ponderada dos estratos $\mu = \sum_{h=1}^H W_h \mu_h$.

Quer se determinar um tamanho de amostra que represente o universo de processos a serem eliminados. Utilizando-se de técnicas estatísticas de amostragem, e levando em consideração que a amostra é grande ($n > 30$) supõe-se normalidade dos dados, portanto podemos sugerir uma fórmula para calcular tamanho de amostra baseado no plano amostral, a variância dos estimadores utilizados, probabilidade de confiança adotada e o erro amostral estipulado pelo pesquisador.

$$n = f(T, A; \sigma^2; \gamma; \varepsilon)$$

Como neste caso, Bussab W., Bolfarine H (2005), tem-se a situação em que o interesse é estudar a ocorrência de determinada característica na população, a variável de estudo assumirá “1” possui a característica ou “0” não possui a característica, então o total dentro do estrato será o número de elementos que possui a característica no estrato h, tem-se que:

$$P_h = \frac{\tau_h}{N_h} = \mu_h$$

É a proporção de elementos que possui a característica no estrato h, $h=1, \dots, H$.

Como se quer selecionar o maior tamanho de amostra possível para guarda permanente, e sabendo que a partir de 0,5 a proporção converge para 0, então utilizar-se-á uma proporção de 0,5 e admitindo que a variância é dada por:

$$\sigma^2 = P_h(1 - P_h)$$

Tem-se com relação à amostragem estratificada que:

$$p_{es} = \hat{P}_{es} = \bar{y}_{es} = \sum_{h=1}^H W_h \hat{P}_h$$

É um estimador não viciado de P com variância dada por:

$$V_{es} = Var[\hat{P}_{es}] = \sum_{h=1}^H W_h^2 \frac{P_h Q_h}{n_h}$$

que corresponde a variância dentro de cada estrato.

Assim, o tamanho de amostra em populações finitas para guarda permanente em detrimento da eliminação de processos é dado por:

$$n = \frac{NZ_{\alpha}^2 \bar{P}\bar{Q}}{\varepsilon^2(N-1) + Z_{\alpha}^2 \bar{P}\bar{Q}}$$

N : Tamanho da população

ε^2 : Erro amostral

Z_{α}^2 : Quantil da distribuição normal, associado à probabilidade de confiança desejado.

Propõe-se que se utilize uma probabilidade de confiança de 95% e um erro amostral de 2%, pois estes valores fornecem um tamanho de amostra que mais se aproxima do tamanho de amostra para guarda estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na perspectiva da amostra de tamanho N , elimina-se 70% e guarda-se 30% do total populacional.

Como neste caso quer se dimensionar amostras específicas para fim de guarda, dado a heterogeneidade da população (muitos processos de classes e subclasses diferentes) é necessário dimensionar um tamanho de amostra a partir da amostra determinada pela equação anterior, a fim de determinar o tamanho de amostra dentro de cada estrato. Dentro das possibilidades de alocação dos estratos, existe uma alocação conhecida como alocação proporcional que leva em consideração o tamanho das subclasses em detrimento das classes, ou seja, a representatividade de cada subclasse, então a amostras definidas dentro de cada estrato é calculada por:

$$n_h = n \frac{N_h}{N}, \quad h = 1, 2, 3, \dots, H$$

onde:

N_h : é o tamanho de cada estrato;

n : tamanho da amostra retirada da população como um todo;

N : é o tamanho da população.

Portanto temos que:

$$n = \sum_{h=1}^H n_h$$

Onde n_h é o tamanho da amostra dentro de cada estrato.

É mais conveniente dividir uma população muito heterogênea como o universo de documentos arquivados em estratos, pois comparando a variância dentro de cada estrato com a variância da população verifica-se que o erro padrão dos estimadores é sempre menor que 1, o que leva a concluir que a variância dentro dos estratos é sempre menor.

5.2 Cálculo do Tamanho de amostra para guarda

De forma exemplificativa e utilizando-se da planilha do Excel utilizada para calcular tamanho de amostra significativa para guarda permanente do CNJ tem-se:

Cálculo para população finitas, utilizando a proporção

Tamanho da população N ►	<input type="text" value="12309"/>
número de processos que podem ser eliminados	
Estimativa de P ►	<input type="text" value="0,5"/>
Estimativa de Q =	0,5
Margem de erro B ►	<input type="text" value="2 %"/>
Ordenada da N(0,1) Z_{α} =	1,96
Coefficiente de Confiança Z ►	<input type="text" value="95 %"/>
D =	0,000104127

TAMANHO DA AMOSTRA n =	2009	> fórmula CNJ
TAMANHO DA AMOSTRA n =	2009	> fórmula TJAM

Figura 4: Cálculo para a população finitas.

5.3 Proposta de estratificação do acervo documental do TJAM

Seguindo a tabela de temporalidade, os processos são classificados por comarcas, unidades organizacionais em seguida pelas seções, assunto e período correspondentes àquela comarca. Em cada seção têm-se os assuntos correspondentes, sendo assim dada a

heterogeneidade do acervo, decidiu-se que os estratos sejam determinados pelos assuntos dentro de cada seção, como os assuntos são independentes entre si, propõe-se que cada assunto corresponda a um estrato, assim a população dos documentos a serem eliminados seria composta dos assuntos amostrados durante o processo de cadastro e separação para eliminação.

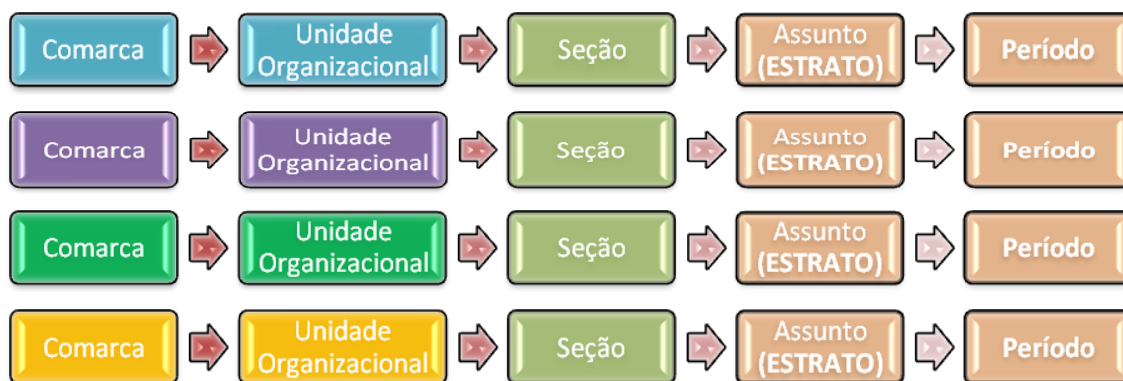


Figura 5: Estratos definidos para salvaguarda dos autos findos avaliados

6. CONCLUSÃO

O Poder Judiciário do Estado do Amazonas pauta fundamentalmente seus objetivos, metas e ações nas expectativas do cidadão que procura o judiciário para resolver os seus conflitos. Grandes e significativas mudanças ocorreram durante os últimos dez anos. Com elas, surgiram necessidades de melhorias e práticas de gestão para tornar a prestação jurisdicional mais rápida, eficiente e, sobretudo, com qualidade.

Essa qualidade faz-se também necessária ao arquivo, haja vista ele ser a unidade organizacional que cuida da documentação do TJAM, sendo capaz de subsidiar a tomada de decisão, permite agilizar o acesso à informação, viabilizar o exercício de direitos e deveres dos jurisdicionados e da Administração, de provar/testemunhar fatos e ou situações e preservar a documentação de valor permanente.

Após a decisão de implementar um Programa de Gestão Arquivística no TJAM, com um corpo técnico preparado ganhou-se qualidade nos procedimentos, quiçá, para torna-se uma instituição referência na Região Norte .

A automatização da avaliação arquivística dos autos findos do TJAM torna-se imprescindível, pois além de sistematizar este processo, soluciona um dos grandes problemas das instituições – falta de espaço físico para guarda - proporcionando a eliminação com qualidade e criticidade dos documentos, dando condições para os pesquisadores realizarem suas pesquisas, mas também dar meios para a sociedade construir e reforçar sua identidade cultural.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Tribunal de Justiça do Amazonas. Lei Complementar nº 17 de 1997. Dispõe sobre a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Amazonas, bem como sobre o Regime Jurídico da Magistratura e a Organização dos Serviços Auxiliares da Justiça. **Diário Oficial [do] Estado do Amazonas**, Poder Judiciário Disponível em: <http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_docman&Itemid=478>. Acesso em: 20 de ago. 2012, Manaus, Am

BUSSAB, W., BOLFARINE, H. **Elementos de amostragem**. Editora Blucher. 2005.

BRASIL. **Constituição**. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: América jurídica, 2012.

COMISSÃO Técnica Interdisciplinar para Gestão de Documentos da Justiça Federal. **Proposta de critérios de seleção de autos findos, com vista à preservação do patrimônio público, da memória da sociedade e como elementos de exercício da cidadania** Disponível em:< <http://www.cjf.jus.br/autosfindos/autos.asp>>. Acesso em 20 de agosto de 2012.

MAKHLOUF, Basma; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. A avaliação arquivísticas: bases teóricas, estratégias de aplicação e instrumentação. In: **Enc. Bibli R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.** Florianópolis, n. 26, 2º sem, 2008.

ROSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. **Fundamentos da disciplina arquivísticas**. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Portugal: Lisboa, Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2006.

APLICABILIDADE DA TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS UNIFICADA DO PODER JUDICIÁRIO – PROCESSOS JUDICIAIS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Maria Rosa Torres Susana¹

mariarts@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO: Após breve histórico do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos – DEGEA e da gestão documental no PJERJ, o documento relata as adequações realizadas no Código de Classificação / Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ, nos sistemas informatizados e na forma de selecionar os processos judiciais para a guarda permanente ou eliminação, visando atender a Resolução CNJ nº 46/2007, que criou as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e a Recomendação CNJ nº 37 / 2011 que recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname e de seus instrumentos.

PALAVRAS-CHAVE: Classificação de processos judiciais, Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada, Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname, Conselho Nacional de Justiça.

1. Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos – DEGEA – retrospectiva

Em 1987 o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ concretizou o antigo desejo de criar um “Arquivo geral do PJERJ” - unidade administrativa que fosse capaz de gerir toda a documentação produzida e recebida pelas suas unidades organizacionais desde a sua criação que ocorreu com a instituição da “Relação do Rio de Janeiro” em 1751.

Pela necessidade do estabelecimento de normas e padrões, foi instituída em 2001, a Comissão Permanente de Avaliação Documental - COPAD do PJERJ, atualmente presidida pela Desembargadora Kátia Maria Jangutta e composta por magistrados e representantes da Administração do PJERJ.

Desde 2003, pela Resolução TJ/OE nº 15, essa unidade administrativa passou a se denominar Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos - DEGEA, vinculada à Diretoria Geral de Gestão de Conhecimento - DGCON. Foi criada a Divisão de Gestão de

¹ Arquivista, Analista de sistema, Chefe do Serviço de Gestão de Instrumentos Arquivísticos do PJERJ.

Documentos - DIGED tornando patente a preocupação do PJERJ em tratar sua massa documental com a aplicação das técnicas arquivísticas.

Na busca de novas soluções para guarda do imenso acervo arquivístico, hoje estimado em aproximadamente 204 km lineares, foi inaugurado em janeiro / 2011 o Centro de Digitalização do Poder Judiciário ao qual cabe a digitalização do acervo, passível de eliminação e que está sob a responsabilidade do DEGEA, possibilitando o descarte do documento em suporte papel e permanecendo, pelo tempo de guarda estabelecido na Tabela de Temporalidade, a informação em meio digital.

Atualmente, formam o complexo de Arquivos do Poder Judiciário – o Arquivo Central e os Arquivos Regionais – de Rio Bonito, que atende as Comarcas da Região dos Lagos e o de Itaipava, que atende as Comarcas da Região Serrana.

O Arquivo Central, situado em São Cristóvão, possui estrutura para armazenar cerca de 10 milhões de processos e atende a todas as comarcas do Estado do Rio de Janeiro à exceção daquelas de responsabilidade dos Arquivos Regionais.

O DEGEA atende somente a pedidos de desarquivamento de suas unidades organizacionais, não atende ao público externo. Ele recebe em média 22.000 pedidos mensais e atende a 99% em apenas dois dias úteis.

O acervo documental está distribuído entre o Arquivo Central - aproximadamente 40%, suas unidades regionais - aproximadamente 6% e uma empresa contratada - aproximadamente 54%.

O DEGEA é uma unidade organizacional certificada pela NBR 9001:2008 desde 2006, tendo sido recertificada até junho/2015.

2. Gestão documental no PJERJ antes da recomendação CNJ n° 37/2011

2.1. Da gestão dos instrumentos arquivísticos – Código de Classificação / Tabela de Temporalidade de Documentos – CCD / TTD / Manual dos Arquivos Correntes

O Código de Classificação de Documentos - CCD e a Tabela de Temporalidade de Documentos - TTD foram elaborados para o PJERJ, em consonância com as técnicas arquivísticas e aprovados em 2003.

Esses instrumentos arquivísticos são amplamente utilizados e, sempre que necessário, são atualizados.

É realizado também o monitoramento de sua aplicabilidade, em especial quando a classificação ocorre via sistema informatizado.

Estrutura atual do Código de Classificação / Tabela de Temporalidade de Documentos – CCD / TTD

- *CLASSE 0 – ADMINISTRAÇÃO*
- *CLASSE 1 – FORO JUDICIAL – PROCESSOS*
- *CLASSE 2 – FORO JUDICIAL – OUTROS DOCUMENTOS*
- *CLASSE 3 – SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO – PROCESSOS E DOCUMENTOS*
- *CLASSE 4 – FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO, ESPECIALIZAÇÃO*
- *CLASSE 5 – OUTROS ASSUNTOS*

2.2. Do cadastramento dos processos judiciais

2.2.1. Antes da implantação no PJERJ do disposto na Resolução CNJ nº 46, de 18/12/2007

Antes da implantação no PJERJ do disposto na Resolução CNJ nº 46, de 18/12/2007, que criou as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, o cadastramento inicial dos processos judiciais tinha por base listagens, criadas pela DGTEC - Informática, onde era atribuído um código a cada tipo de ação - listadas por competência das varas. Classificamos cada tipo de ação de acordo com o CCD/TTD e inserimos no sistema essa correlação, portanto quando uma inicial era distribuída, automaticamente já sabíamos o prazo de guarda, após a baixa, que o processo deveria cumprir. Periodicamente, o próprio sistema alimentava uma base de dados do DEGEA com os processos passíveis de eliminação.

2.2.2. Após a implantação no PJERJ do disposto na Resolução CNJ nº 46, de 18/12/2007

Após a implantação no PJERJ do disposto na Resolução CNJ nº 46, de 18/12/2007, que ocorreu no final de 2008, as listagens existentes foram substituídas pelas Tabelas Processuais Unificadas do CNJ - assunto e classe, e nova correlação fez-se necessária,

associando agora cada item da tabela de assuntos e da tabela de classes a um código do CCD/TTD.

Portanto as petições iniciais recebidas pela Distribuição são cadastradas, via sistema informatizado - Sistema DCP – Distribuição e Controle de Processos, de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas e indiretamente de acordo com o CCD/TTD.

Elaboramos, para efeito da contagem da temporalidade via sistema, novo critério - “Regra de negócio”, possibilitando dar continuidade a seleção de documentos.

3. Gestão documental no PJERJ após a recomendação CNJ nº 37/2011

Visando atender a Recomendação CNJ nº 37 de 15 de agosto de 2011, adequamos o CCD / TTD do PJERJ ao instrumento arquivístico do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - Proname já aprovado, ou seja, o da área judicial.

A “Classe 1 – Foro judicial – processos” foi reformulada de acordo com a “Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada – Justiça Estadual” desenvolvida pelo CNJ e já aprovada pelo seu Plenário. Após a análise e aprovação pela COPAD dos novos prazos propostos - constantes da CLASSE 7, criada com base na tabela do CNJ, foram realizadas as inclusões e os reajustes necessários nesta classe, que continuará sendo a base de classificação dos processos no Sistema DCP .

As classes – Administrativa – “Classe 0” e a de Apoio à atividade forense – “Classe 2”, quando aprovadas pelo Plenário do CNJ, serão contempladas no CCD/TTD pelas novas classes 6 e 8. As atuais classes “0” e “2” serão inativadas.

Além das alterações citadas, outras também serão implementadas conforme podemos visualizar na nova estrutura do CCD/TTD.

Nova estrutura da TTD

Segue, para melhor visualização, como ficará a nova estrutura do CCD / TTD do PJERJ após a implementação de todas as adequações propostas.

- *CLASSE 0 – ADMINISTRAÇÃO (INATIVA)*
- *CLASSE 1 – FORO JUDICIAL – PROCESSOS*
- *CLASSE 2 – FORO JUDICIAL – OUTROS DOCUMENTOS (INATIVA)*

- *CLASSE 3 – SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO – PROCESSOS E DOCUMENTOS (INATIVA)*
- *CLASSE 4 – FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO, ESPECIALIZAÇÃO*
- *CLASSE 5 – OUTROS ASSUNTOS (INATIVA)*
- *CLASSE 6 – ADMINISTRAÇÃO (VERSÃO BASEADA NA RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 37/2011)*
- *CLASSE 7 – FORO JUDICIAL – PROCESSOS (VERSÃO BASEADA NA RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 37/2011)*
- *CLASSE 8 – APOIO À ATIVIDADE FORENSE (VERSÃO BASEADA NA RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 37/2011)*
- *CLASSE 9 – SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO*

O critério para efeito da contagem da temporalidade dos processos judiciais via sistema, também necessitou de adaptação com base no “Fluxograma para identificação de temporalidade – Cível” e no “Fluxograma para identificação de temporalidade – Criminal” recomendados pelo CNJ.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Resolução n. 46, de 18 de dezembro de 2007. Cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/12161-resolu-no-46-de-18-de-dezembro-de-2007>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Recomendação n. 37, de 15 de agosto de 2011. Recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname e de seus instrumentos. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/322-recomendacoes-do-conselho/15447-recomendacao-n-37-de-15-de-agosto-de-2011>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

RESOLUÇÃO TJ/OE n. 15, de 8 de agosto de 2003. Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139738&integra=1>. Acesso em: 6 ago. 2012.

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ n. 1, de 7 de janeiro de 2004. Atualiza o Código de Classificação de Documentos. Disponível em: <http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=148340&integra=1>. Acesso em: 6 ago. 2012.

ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ n. 2, de 7 de janeiro de 2004. Atualiza a Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=148036&integra=1>. Acesso em: 6 ago. 2012.

O PRONTUÁRIO ELETRÔNICO COMO UNIDADE DE TRANSFERÊNCIA E CRIAÇÃO DE CONHECIMENTO EM SAÚDE¹

FRANCISCO J. A. P. CUNHA²
(pedrozaici@gmail.com)

A informação é elucidada como o insumo estratégico para suprir necessidades informacionais à consecução das tarefas organizacionais e, assim, subsidiar as cadeias: produtiva, competitiva e de valor das organizações (PORTER, 1991). Para tanto, tornar estratégica a informação é preciso transformá-la em conhecimento a potencializar a ação de profissionais e gestores de maneira racional.

Essa transformação exige dos sujeitos (físicos e jurídicos) conceberem o uso da informação em aprendizado, *insight* e compromisso com a ação, determinando atitudes para gerir recursos, ferramentas, tecnologias, políticas, padrões, produtos e serviços informacionais. Nesse sentido, o Ministério da Saúde (MS) brasileiro, agencia uma Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), considerando educação, informação e comunicação como pontos estratégicos para gerar conhecimentos e consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2004).

O foco desta política reside no uso e na disseminação da tecnologia da informação entre os profissionais e gestores de saúde, visando à interoperabilidade dos sistemas de informação, que consiste: na compatibilização, interface e modernização desses sistemas que perfazem a dinâmica do SUS. Associado a esse foco, contextualiza-se as premissas de que informação e o conhecimento são bases da gestão dos serviços em saúde, e as tecnologias são indispensáveis na Gestão da Informação (G.I), na perspectiva de otimizar todo o processo de gestão em saúde.

Tais circunstâncias exigem diretrizes a serem operacionalizadas (BRASIL, 2004), tais como:

- a) Estabelecer registros eletrônicos de saúde do indivíduo, possibilitando que esses registros sejam disponibilizados aos profissionais de assistência em qualquer lugar que esse indivíduo procure o acolhimento assistencial, organizando, armazenando e disseminando informação por meio do Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP);

¹ Trabalho apresentado no CINFORM 2005.

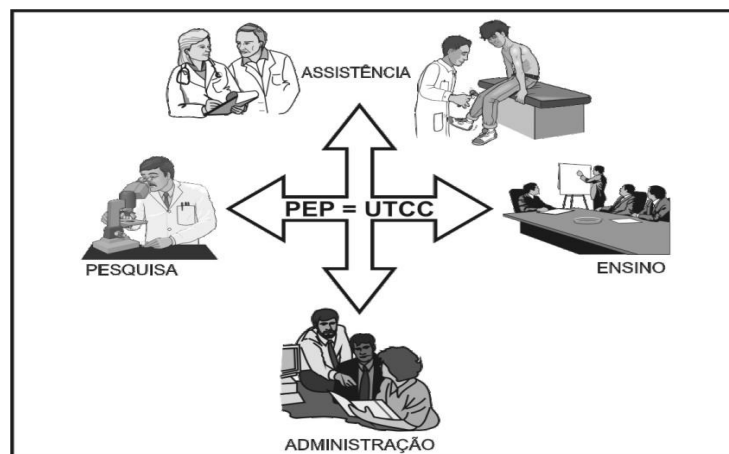
² Doutor em Difusão do Conhecimento. Mestre em Ciência da Informação (ICI/UFBA). Especialista em: Difusão de Inovação Tecnológica; Administração Hospitalar; Auditoria Interna. Graduado em Administração de Empresas. Professor Adjunto do Departamento de Informação e Documentação do ICI/UFBA.

- b) Padronizar a representação da informação em saúde (vocabulários, conteúdos, formatos e segurança de mensagens) por meio de um processo participativo a garantir o intercâmbio entre os Sistemas de Informação em Saúde (SIS), classificando, organizando e armazenando dados e informações em um Banco de Dados (BD);

Ressalta-se então o uso do PEP como um dos principais bancos de dados para os SIS. O PEP é considerado uma tecnologia proposta para unir os diferentes tipos de dados produzidos em variados formatos em papel, em épocas diferentes, alimentado por diferentes profissionais de saúde e em distintos locais. É um formato eletrônico para manutenção da informação sobre o estado de saúde e o cuidado recebido por um indivíduo durante a sua vida. É um repositório de informações de saúde, clínicas e administrativas, conforme Figura 1, que segundo Marin e outros (2003, p.06) pode proporcionar:

- a) Acesso rápido aos problemas de saúde e intervenções atuais;
- b) Acesso a conhecimento científico atualizado, influenciando o processo de tomada de decisão;
- c) Melhoria de efetividade da assistência;
- d) Possível redução de custos e otimização dos recursos.

Figura 1: PEP = UTCC



Fonte: adaptado do Manual do Prontuário do Paciente, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, 2002, p. 5

Dado ao fato que o PEP viabiliza o acesso distribuído de dados e informações, promove o conhecimento do conjunto das ações assistenciais e permite, assim, um melhor desempenho dessas atividades, bem como das demais: administrativas, de ensino e pesquisa, de aspectos legais, dentre outras. Supõe-se portanto, que o PEP caracteriza-se como um

módulo fundamental de um Sistema de Informação Hospitalar (SIH) como instrumento para a tomada de decisão. Deste ponto de vista, o PEP aliado a telemática³, passa a impor um novo *modus operandis* na gestão hospitalar e nos serviços de saúde.

Nessa lógica, o PEP é percebido como uma Unidade de Transferência de Conhecimento (UTC). Para Barreto (1999), essas unidades formalizam um processo de transferência de conhecimento que se efetiva a partir da assimilação da informação contida na UTC pelo receptor em seu destino final. A UTC tem por objetivo promover o desenvolvimento do indivíduo, de seu grupo e da sociedade. Para esse autor, as funções básicas para gestão de uma UTC seriam:

- I) a função de conhecer e fornecer estratégias (grifo nosso) para disponibilizar estoques de informação; (necessário aplicar os princípios do processo de gestão da informação)
- II) a função de comunicação para promover o conhecimento e o desenvolvimento. (BARRETO, 1999)

Pacheco (1995) preconiza a informação na condição de artefato⁴ moderno, para ser utilizada em contextos diferenciados de sua geração, os quais se dão por meio de suportes relacionado a bancos de dados. Um banco de dados se realiza por conter um grande número de arquivos de dados inter-relacionados, capazes de gerar as informações que se deseja. Essas informações são contextualizadas pelo usuário, considerando características de ordem espacial, temporal e da sua morfologia.

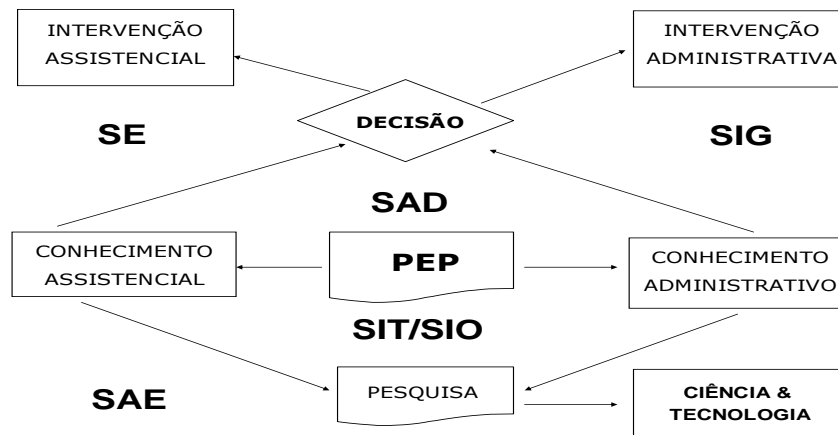
O PEP concebido como principal banco de dados, alimenta outros sub-sistemas que formam um SIH, o qual é constituído por: Sistema de Informação Transacional (SIT) ou Sistema de Informação Operacional (SIO), Sistema de Apoio a Decisão (SAD), Sistema de Apoio ao Ensino (SAE), Sistemas Estatísticos (SE), dentre outros (STUMPF, 1996) (Figura 2).

Figura 2: PEP como BD de um SIH

³ Entendida como o enlace das redes de computadores com as redes de comunicação, sejam essas: eletrônicas, virtuais e humanas.

⁴ A autora caracteriza artefato como o registro de vários conteúdos informacionais.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO HOSPITALAR = SIH



Fonte: adaptado de Stumpf, 1996

Em conseqüência, quando o PEP é associado a uma UTC e a um banco de dados, o mesmo pode ainda ser considerado como uma Unidade de Transferência e Criação de Conhecimento (UTCC). Na medida que dados e informações estocados, uma vez disseminados, subsidia a pesquisa, que por sua vez estará fomentando a ciência e a tecnologia de uma região, grupo ou nação. Assim, há a criação de conhecimentos, isto é, novos conhecimentos, promovendo a inovação de ações em saúde (assistenciais e administrativas).

A aplicação do PEP implica necessariamente, conforme Leão (2000; 2003), a adoção de padrões na representação da informação (vocabulário), dos meios de armazenamento (*hardwares* e *softwares*), bem como no que se refere a telecomunicações (transmissão e acesso) e padrões de segurança da informação em saúde. No Brasil, o Sistema do Cartão Nacional da Saúde (SCNS) é uma iniciativa de padrão para a construção do registro eletrônico em saúde.

Em suma, pela análise até aqui realizada, supõe-se que o PEP e os SIS representam respectivamente produtos e serviços informacionais. Esses, por sua vez, são considerados como uma das etapas do processo de Gestão da Informação (G.I.).

Segundo Choo (2003) esta etapa imprime as qualidades que agregam valor à informação; sinalizam, intensificam ou reforçam a utilidade potencial das mensagens no sistema de informação. Nessa lógica, oferece uma estrutura para criação de produtos e serviços que levam em conta o ambiente em que os usuários irão utilizar a informação (CHOO, 2003, p.412-3).

Carvalho (*apud* SILVA, 2000, p. 39), esclarece que produtos e serviços informacionais podem ser oferecidos na atividade de sistemas de gerenciamento de informações. No entanto, essa atividade deve observar objetivos tais:

- Manutenção do fluxo interno e externo de informações, atualizadas, permitindo verdadeira interação da organização com seu entorno;
- Produção de informações para a gestão organizacional, que facilitam o processo de tomada de decisão a custos e prazos compatíveis;
- Apoio ao meio organizacional, como elemento fomentador de inovação incremental e radical (STRAUHS *apud* SILVA, 2000, p.38).

Com tudo isso, o processo de G.I., e conseqüentemente, o uso de produtos e serviços informacionais são imprescindíveis para alcançar a efetividade dos sujeitos que operacionalizam e organizam o setor saúde brasileiro por meio do conhecimento gerado. O conhecimento em saúde (epidemiológico, assistencial, administrativo e de gestão) é visto como uma qualidade de uma rede de processos de uso da informação.

A G.I. viabiliza esse conhecimento e pode ser definida como um processo que trata de um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as organizações obtêm, distribuem, usam e descartam a informação para chegar ao conhecimento e agregá-lo a bens e serviços (McGEE; PRUSAK, 1994) (DAVENPORT, 1998) (TARAPANOFF, 2001) (CHOO, 2003) (BEAL, 2004).

Ressalta-se que os componentes que perfazem as cadeias (produtiva, competitiva e de valor) do seguimento saúde são dependentes e existem conexões entre elas, seja os do mesmo segmento e entre os segmentos diversos. Rivera (2003), preconiza a interface entre os componentes da cadeia de valor de hospitais variados, com os quais há “relações de referência de pacientes, de fornecimento e compra de produtos ou de intercâmbio científico”.

Para tanto, a Informação deve estar voltada para a orientação do agir, seja no âmbito gerencial (administrativo ou assistencial). Este objetivo, segundo Cunha (2005), pode ser alcançado por um desenvolvimento dos seguintes processos:

- a) Identificação das informações necessárias;
- b) Organização de produtos e serviços de informação voltados para o apoio aos processos administrativos e assistenciais;
- c) Definição do processo de coleta e transformação (classificação e organização) de dados e de informação nos serviços de saúde;
- d) A análise e a transformação de dados em informação;
- e) O armazenamento, transferência e disseminação dos dados e das informações;

- f) A integração e utilização das informações;
- g) Interfaces interdepartamentais;
- h) Descarte dos dados e informações obsoletos.

O gestor em saúde a partir dos processos acima implementados, tende a coordenar as informações de maneira a manter o equilíbrio deste setor. Nesse sentido a implementação de recurso da telemática torna-se essencial a este processo. A adoção deste instrumento, possibilita a comunicação, integração e controle das informações. Essa prática deve abranger as diversas áreas que compõem um sistema de saúde: administrativo, assistencial, pesquisa e ensino, dentre outras, formando assim um amplo SIS.

A *práxis* da gestão em saúde volta-se para a adoção de processos pertinentes à Informação, por conseguinte, a adoção de produtos e serviços de informação. Como produtos de informação destaca-se o PEP. No tangente a serviços de informação, considera-se a área de arquivo e os sistemas de informação: o dos hospitais - SIH e os de saúde – SIS.

Neste contexto, a condição essencial de sustentabilidade organizacional nesta sociedade, incluindo os do seguimento saúde, é o comportamento adaptativo dos sujeitos diante dos processos informacionais, o qual pode ser associado à Ecologia da Informação que é descrita como a “administração holística da informação ou administração informacional centrada no homem” (DAVENPORT, 1998). Não obstante, edificam-se desafios de projetar e criar estruturas e processos informacionais, os quais exigem atributos flexíveis, energéticos e permeáveis, tanto quanto os processos de pesquisa e de tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas. **Ci. Inf.** Brasília, v. 28, n. 2, maio / ago., 1999.

BEAL, Adriana. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PNIIS - Política Nacional de Informação e Informática em Saúde**; proposta versão 2.0; inclui deliberações da 12ª Conferencia Nacional de Saúde. Brasília, 2004.
Brasílhttp://politica.datasus.gov.br/PolíticaInformaçãoSaúde%202.0%2029Março2004.doc

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**. Como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. Tradução de Eliana Rocha. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

CLASS - CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, 3, 1977, São Paulo. Anais ... Tecnologia da informação - preparando os serviços de saúde para o próximo milênio. São Paulo: FENAESS, 1997.

CUNHA, Francisco J. A Pedroza. **A gestão da informação nos hospitais: o prontuário eletrônico na integração de sistemas de informação em saúde**. 2005, 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta na era da informação**. Tradução de Bernadette S. Abrão. 4. ed. São Paulo: Futura, 1998.

LEÃO, Beatriz de Faria. Padrões para representar a informação em saúde. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE INFORMAÇÕES E SAÚDE: o setor no contexto da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2000. p. 21-34.

LEÃO, Beatriz de Faria. A infra-estrutura brasileira para a construção do registro eletrônico de saúde. In: MARIN, Heimar de F. *et all* (Org.), **O prontuário eletrônico do paciente na assistência, informação e conhecimento médico**. São Paulo: H. de F. Marin, 2003.

Manual do prontuário do paciente. Hospital de Clinicas de Porto Alegre. Comissão de prontuários. Porto Alegre, 2002.

MARIN, Heimar de F; MASSAD, Eduardo; AZEVEDO NETO, Raymundo S. de. Prontuário eletrônico do paciente: definições e conceitos. IN: MARIN, Heimar de F. *et all* (Org.), **O prontuário eletrônico do paciente na assistência, informação e conhecimento médico**. São Paulo: H. de F. Marin, 2003.

MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação**. Tradução de Astrid Beatriz de Figueiredo. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

PACHECO, Leila Maria Serafim. A Informação enquanto artefato. **INFORMARE –Cad. Prog.Pós-Grad. Ci.Inf.** Rio de Janeiro: IBBD/ECO, v.1, p. 20-34, jan./jun.1995.

PORTER, M. **Estratégia competitiva**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RIVERA, Javier Uribe. Análise estratégica hospitalar e projeto assistencial: a perspectiva de Michel Crémadez e François Grateau. In: RIVERA ,Javier Uribe (Org.), **Análise estratégica em saúde e gestão pela escuta**. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz , 2003.

SILVA, Helena Pereira da. **Inteligência competitiva na Internet: proposta de um processo**. 2000, 192 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/1750.pdf>.

STUMPF, Mariza Klück. **A gestão da informação em um hospital universitário: o processo de definição do patient core Record**, 1996, 104 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.

TARAPANOFF, Kira (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

A ATUAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NOS CONVÊNIOS COM OS ARQUIVOS MUNICIPAIS CAPIXABAS ATRAVÉS DO PROGED

Anderson Gomes Barbosa¹

RESUMO

Analisa as ações desenvolvidas pelos servidores do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) na gestão dos convênios de cooperação técnica firmados entre o Governo do Estado do Espírito Santo e os municípios conveniados através do Programa de Gestão Documental (PROGED), que tem como um de seus objetivos, o incentivo à institucionalização de arquivos municipais. Relata os entraves da administração pública que os municípios capixabas encontram para instituir arquivos públicos e para gerir sua própria documentação. Enfatiza que a inexistência de políticas públicas de arquivos provoca a acumulação indiscriminada e desnecessária de documentos desprovidos de valor que justifique a sua guarda, tendo como consequência a insuficiência de espaço físico nos arquivos. Os órgãos e entidades públicas acumulam documentos ao desenvolver suas atividades e muitos destes não precisam ser preservados de forma permanente. No entanto, a eliminação de documentos públicos depende de autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência, fato que justifica a necessidade da existência de um arquivo público criado por lei. reconhece a importância da implementação de políticas públicas de arquivos para a comunidade local.

Palavras-chave: políticas públicas, arquivos municipais, gestão de documentos.

1 INTRODUÇÃO

O acesso aos conteúdos informacionais produzidos pelas atividades governamentais é requisito indispensável para o funcionamento da democracia, por se tratar de um direito constitucional que o Estado tem o dever garantir. Nesse sentido, a importância dos arquivos para a administração pública é verificada através do dispositivo constitucional e legislação complementar sobre o dever da administração pública em promover a gestão documental, e isso significa que o tema possui relevância. “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a

¹ Especialista em Gestão Pública Municipal. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Arquivista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES. Membro do Comitê Gestor do Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo – PROGED. Membro da Comissão Setorial de Avaliação de Documentos do APEES. Pesquisador do Grupo de Pesquisa CNPq - Patrimônio Arquivístico do Espírito Santo, atuando em duas linhas de pesquisa: Gestão de Documentos na Administração Pública da Região Metropolitana da Grande Vitória e Patrimônio Documental sobre a História do Cinema no Espírito Santo. E-mail: andufes@yahoo.com.br.

quantos dela necessitem” (BRASIL, Constituição Federal, 1988, art. 216, § 2º). Complementando o texto constitucional, a Lei dos Arquivos dispõe que é “dever do Poder Público a gestão e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, Lei nº 8.159, 1991, art. 1º).

Entretanto, esta previsão legal não é o suficiente para garantir a proteção e a disponibilidade do acesso à documentação pública. O desconhecimento e o descaso dos gestores sobre a relevância dos conteúdos documentais para a administração pública e para sociedade são visivelmente percebidos.

O reconhecimento da importância do acervo documental público, na maioria das vezes, parte de historiadores, sociólogos, antropólogos, que se utilizam da documentação nas investigações para a produção do conhecimento, e de arquivistas, que se deparam com um quadro cada vez mais grave em termos de guarda e processamento dos acervos. Todos eles enfrentam o desconhecimento dos gestores municipais sobre a especificidade do seu trabalho e da infra-estrutura necessária para organizar, conservar e difundir o acervo. O problema assume maiores proporções à medida que se intensifica a complexidade da administração municipal com as alterações das estruturas governativas e com o aumento do corpo de funcionários, de acordo com a dinâmica de cada município. O desconhecimento, aliado à complexidade da administração, inibe, quando não impede, a concretização dos três objetivos primários de um arquivo: recolher a documentação, conservá-la e difundí-la (MACHADO, 2004, p. 119)

Nesse contexto, Bernardes (2010, p. 10) enfatiza a falta de percepção, tanto dos gestores públicos, quanto da sociedade, para reconhecer a importância dos arquivos, manifestando-se nos seguintes termos:

[...] os próprios administradores, que são os usuários preferenciais das informações registradas nos documentos, muitas vezes não percebem a importância dos arquivos no processo gerencial, como fundamento para suas decisões. A sociedade como um todo, que involuntariamente consome e reproduz o conceito distorcido de arquivos como “depósitos de papéis velhos sem utilidade prática”, também tem suas dificuldades em reconhecer nos arquivos instrumentos imprescindíveis para a defesa de seus direitos, para fiscalizar e exercer controle social das ações do poder público, para a construção de conhecimento e para a preservação da memória. Essas são, aliás, razões suficientes para que a atuação dos arquivos assumam contornos de atividades típicas de Estado, uma vez que tangenciam questões fundamentais como a construção de nossa identidade e a defesa de nossa soberania.

Vislumbram-se, assim, os quadros de omissão, descaso e degradação na maioria dos municípios brasileiros e acredita-se que os administradores públicos não consideram os arquivos como elementos imprescindíveis de um sistema de informações, capazes de apoiá-los no estabelecimento de políticas públicas e de garantir o acesso à informação aos governados (MACHADO, 2004). A tradicional indisposição com os arquivos traduz-se, nas administrações públicas brasileiras, de forma geral, no descaso, no abandono, na falta de recursos e na ausência de políticas públicas para a área [...]. É preciso demonstrar aos gestores

e à sociedade que os arquivos são instrumentos essenciais para que o Poder Público cumpra o seu dever de transparência, responsabilidade e eficiência (BERNARDES, 2010).

Os arquivos municipais capixabas encontram-se atualmente em precárias condições de funcionamento e pouco tem se destacado como órgãos prestadores de serviços. Entre as muitas causas dessa situação, a pior delas é a visão distorcida de seus administradores que deixam de considerar os arquivos como testemunhos da prática administrativa nas Prefeituras [...]. A consequência disso tem sido o aniquilamento indiscriminado ou o amontoamento desordenado de conjuntos documentais básicos, dificultando a boa gerência documental e a reconstituição do passado histórico dos municípios (RABELO, 2011). Com base nesta realidade, questiona-se: a atuação do APEES nos convênios com os municípios capixabas é eficaz para promover a institucionalização de arquivos públicos municipais?

O objetivo principal do estudo é verificar se as ações implementadas pelo APEES são eficazes para dotar os entes conveniados de capacidade técnica arquivística de autogestão de sua própria documentação.

Os arquivistas concursados e nomeados no final do ano de 2011, realizaram visitas técnicas para tomar ciência das ações já implementadas. A coleta de dados e informações sobre os arquivos municipais conveniados ocorreram entre os dias 18/06/2012 e 24/08/2012. A análise foi aplicada por observação e processamento das informações resultantes da aplicação de questionários e entrevistas condensadas no formulário diagnóstico da situação arquivística elaborado pelos arquivistas do APEES.

2 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – APEES

A instituição foi fundada com o nome de *Archivo Público Espírito-Santense* em 18 de Julho de 1908, conforme o decreto nº 135 do Presidente do Estado, Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, como um anexo à Biblioteca Pública. Em 02 de Dezembro do mesmo ano, a repartição foi minuciosamente regulamentada pela lei nº 559, ficando dependente da Secretaria Geral do Governo.

O primeiro diretor do Arquivo Público foi o Dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima, que entrou em exercício em fevereiro de 1909. Ainda neste ano, o Dr. Diocleciano Nunes de Oliveira foi incumbido por Jerônimo Monteiro para reorganizar a documentação que integraria o acervo do Arquivo. Nesta tarefa chefio uma comissão de doze ilustres homens públicos, dentre eles, Ubaldo Ramalhete Maia e o arquivista João Calmon Adnet, sendo que

este último ocupou a direção do Arquivo entre a saída do Dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima até a nomeação do Coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama em Março de 1923.

Em 1925, durante a administração do Presidente do Estado Dr. Florentino Avidos, foi construído o edifício sede do Arquivo Público Estadual e Biblioteca, situado à Rua Pedro Palácios, n.º 20, atualmente n.º 76.

No ano de 2005 o Governo do Estado oficializou a cessão do Edifício Getúlio Rezende, sito à rua Sete de Setembro, 414, Centro de Vitória/ES, como nova sede para o Arquivo Público Estadual. Também neste ano foi lançado o Programa de Gestão Documental (PROGED) - um programa de iniciativa do Arquivo Público Estadual (APE) em parceria com a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER) e o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (ITI), que formam o Comitê Gestor.

O Arquivo Público Estadual, no período compreendido entre a data de sua criação até os dias atuais, passou por algumas reestruturações organizacionais. Atualmente é denominado Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES, conforme a Lei Complementar nº 370, de 29 de junho de 2006, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura – SECULT.

Outra grande conquista do APEES foi a nomeação de dois arquivistas efetivos, que iniciaram suas atividades no final do ano de 2011, período em que ocorreu a inauguração da nova sede.

3 ARQUIVO E MUNICÍPIO

O Brasil, cujo passado é autoritário e centralizador, evoluiu no final do século XX e adotou um formato de relações intergovernamentais que é denominado pacto federativo, onde o poder local estabelece uma interface entre os municípios e as demais esferas de governo. Este pacto fundamenta-se pela distribuição de poderes e competências entre a União e as unidades – estados e municípios – que compõem a nação (SALLES, 2010). Segundo Queiroz (2009, p. 63), trata-se de um “processo de descentralização político-administrativa do poder central para esferas governamentais e não governamentais mais próximas das populações”.

Através do princípio constitucional da descentralização político-administrativa, os municípios são reconhecidos como entes federativos autônomos equiparados à União e aos Estados-membros. Este dispositivo é expresso nos seguintes termos: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL,

Constituição Federal, 1988, art. 18). Diante do exposto, Oliveira (1999, p. 5) afirma que “o regime federativo brasileiro consagrou a autonomia municipal [...]”.

A Constituição Federal e legislação suplementar delegam aos Estados, Distrito Federal e Municípios a responsabilidade de regulamentar a gestão e o acesso aos documentos públicos através de dispositivos legais suplementares:

Art. 30 - Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (Constituição Federal de 1988).

Art. 21 - Legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto na Constituição Federal e nesta Lei (Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991).

Nos termos da legislação vigente, observa-se que o município deve proteger o patrimônio histórico-cultural local, organizando e gerindo seus arquivos para disponibilizar o acesso aos documentos. Trata-se de uma demanda social que carece de recursos (financeiros, materiais e humanos) e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, Oliveira (1999, p.6) argumenta que “a descentralização política garante aos municípios brasileiros [...] a gestão e a custódia de seus próprios documentos”.

O município é a instância da estrutura estatal que possui estreita relação com os cidadãos que nele convive. Segundo Machado e Camargo (1999, p. 17), “qualquer que seja o tamanho do município, existe estreita correspondência entre a demanda social de serviços e as instituições do poder público criadas para satisfazê-las”.

As relações sociais desenvolvidas em uma comunidade local não são estáticas e se tornam complexas à medida que envolve múltiplas possibilidades de cooperação, competição e conflito.

O município é uma divisão administrativa do estado, que congrega todos os indivíduos que residem dentro do seu território, onde compartilham experiências, tradições e valores, estabelecem relações de trabalho e criam e recriam constantemente a fisionomia do espaço. Esse espaço cultural contém as marcas da história coletiva: saberes, instituições, códigos de comportamento, usos, ritos e costumes, ou seja, todos os signos e os significados a eles atribuídos. Associados ao espaço construído, esses elementos configuram a identidade coletiva, que se altera constantemente na medida em que os homens articulam novas formas de produzir e prover a satisfação das suas necessidades (MACHADO, 2004, p. 115).

Os atendimentos em unidades de saúde; as matrículas em escolas e creches; a emissão de alvarás e licenças; dentre outros serviços prestados pela administração municipal geram

documentos públicos. Segundo Bernardes (1998, p. 18), “as atividades cotidianas de qualquer administração são objeto de registro em algum tipo de documento”.

Machado (2004, p. 118), não se opõe a este argumento e afirma que:

No exercício da ação administrativa, os gestores municipais estabelecem planos e metas, registram diferentes tipos de receita, configuram as atividades produtivas, organizam e implantam serviços para atender às necessidades da vida coletiva. Dessas atividades, resulta um conjunto documental de diferentes formatos e suporte de material que atesta, de maneira significativa, a trajetória das administrações e dos indivíduos que delas fazem parte.

O conjunto documental produzido no desempenho das atividades e funções de um órgão ou entidade estatal reflete o contexto das ações governamentais e, segundo Machado e Camargo (1999, p. 17) “a circulação de documentos e sua acumulação em arquivos são uma consequência (*sic*) natural desse processo, uma espécie de produto necessário do funcionamento de cada órgão”.

As informações produzidas, recebidas e acumuladas pelos órgãos e entidades da Administração Pública no exercício de suas funções e atividades são registradas em documentos públicos, que são essenciais para a tomada de decisões, para o registro da memória coletiva e para a comprovação de direitos individuais e coletivos (BERNARDES e DELATORRE, 2008). Nesse sentido é possível inferir que os arquivos desempenham uma função social cada vez mais relevante, por contribuir para a efetividade dos princípios constitucionais da participação, transparência, responsabilidade e controle social, bem como do direito social de acesso à informação (BERNARDES, 2010).

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ARQUIVO

Uma gestão pública eficiente requer transparência das ações de governo; participação social nos processos de decisão e controle dos recursos públicos. As mudanças tecnológicas, sociais, econômicas e políticas acarretam maiores níveis de complexidade, imprevisibilidade e volatilidade nos ambientes sociais e econômicos, aumentando significativamente as dificuldades em se implementar políticas públicas.

Visando sustentar o estudo, foram estabelecidos os seguintes conceitos e considerações:

Política: conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder (ou seja, visam a influenciar o comportamento das pessoas) e que se destinam à resolução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas. (RUA, 2009).

Política pública: “processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos da sociedade geridos pelo governo” (QUEIROZ, 2009, p. 86). É resultante das atividades políticas e

consiste no conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos. Refere-se à formulação de propostas, tomada de decisões e implementação de ações que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos (RUA, 2009). [...] uma política pública pode compreender tanto aspectos imateriais, como no caso de uma nova lei ou decreto, quanto um bem ou um serviço oferecido diretamente à população, no caso de um programa ou de uma ação de governo. [...] as políticas públicas são os planos, os programas e as ações governamentais que, articulando recursos dos governos e da sociedade civil organizada, destinam-se a intervir na realidade para resolver os problemas dos cidadãos, bem como atender às suas demandas. Uma política pública ou um programa governamental é algo que envolve necessariamente um processo e um resultado (QUEIROZ, 2009). As políticas públicas (*policies*) ocorrem em um ambiente tenso e de alta densidade política (*politics*), marcado por relações de poder, extremamente problemáticas, entre atores do Estado e da sociedade, entre agências intersetoriais, entre os poderes do Estado, entre o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia (RUA, 2009).

Política pública arquivística: “O conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada” (JARDIM, 2011, p.201).

Políticas públicas de qualidade necessitam de arquivos organizados para disponibilizar informações úteis e consistentes. Vale ponderar que a alimentação de sistemas de informação para subsidiar a implementação de políticas públicas não depende somente de infra-estrutura tecnológica, mas principalmente de arquivos institucionalizados e de documentos organizados tecnicamente, acessíveis e preservados. Por isso, não restam dúvidas: sem arquivos e documentos não há sistemas de informação consistentes e confiáveis, mesmo com o emprego de tecnologias sofisticadas. Nesse sentido, observa-se no mundo contemporâneo, que o resultado de diversas experiências demonstra que as políticas de arquivo se constituem em recursos estratégicos para a modernização da gestão pública e para o fortalecimento de sociedades democráticas (BERNARDES, 2010).

Os programas governamentais destinados a solucionar ou a mitigar os problemas devem ser vistos como um processo que envolve as ações de formulação, implantação, monitoramento, avaliação e reprogramação. O processo de formação de políticas públicas pode ser visto como um jogo social entre atores (pessoas e instituições) que interagem em situações formais e

informais. A melhoria da qualidade das políticas públicas depende da integração entre as três esferas de governo e da utilização do mesmo conjunto de métodos e conceitos. Um dos instrumentos legais de planejamento, o *Planejamento Plurianual*² (PPA), é formado por um conjunto de programas que, por sua vez, são constituídos por um grupo de ações (projetos e/ou atividades). Cada ação gera um produto (bem ou serviço) necessário para que o objetivo do programa possa ser atingido e, para obter cada um dos produtos é necessária a execução sequencial de um conjunto de tarefas (QUEIROZ, 2009).

A política nacional de arquivos públicos e privados se fundamenta por meio da aplicação de técnicas de gestão documental, que visa selecionar os documentos sem valor para eliminação e guardar os considerados de valor permanente (MATTAR, 2003). Pressupõe-se que a inexistência de políticas públicas arquivísticas para gerenciar o grande volume de massa documental acumulada nas administrações públicas é um fator determinante de ineficiência administrativa. É preciso sensibilizar os gestores públicos e a sociedade para que os arquivos deixem de ser percebidos exclusivamente como instituições de caráter cultural e passem a ser reconhecidos também como um órgão fundamental para a administração.

Por todo o exposto, verifica-se que a implementação de políticas de arquivo se constitui em matéria do mais elevado interesse público e social. Nesse sentido, é possível prever que a documentação de administrações municipais que não disponham de políticas de arquivo e programas de gestão de documentos se acumulem sem a devida organização, dificultando o acesso às informações.

5 REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE ARQUIVO

Iniciou-se em janeiro de 2012, o planejamento e plano de ação do APEES - responsável pela gestão de documentos do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo - em relação à reformulação da política estadual de arquivos. Após a nomeação e posse dos arquivistas efetivos, foram realizados estudos sobre os fundamentos legais e o planejamento do PROGED.

² Maior elemento integrador das políticas públicas de uma determinada esfera governamental (QUEIROZ, 2009, p. 145).

O resultado do estudo foi apresentado aos membros do comitê gestor no dia 28/06/2012, tendo como pontos principais a reformulação do Sistema Estadual de Arquivos; a definição da nova carteira de projetos do PROGED e a atualização dos instrumentos de gestão documental.

A reformulação do Sistema Estadual de Arquivos reconhece o APEES como órgão central e o assessoramento de um Conselho Estadual de Arquivos como órgão consultivo e fiscalizador. Este fato é considerado marcante para o fortalecimento da democracia, pois o Estado concede à sociedade civil organizada, a participação nas decisões governamentais, assim como favorece a transparência de suas ações e o possibilita o controle social.

Este sistema é considerado como o conjunto de arquivos e protocolos dos órgãos e entidades da administração pública estadual funcionando de forma integrada, de acordo com normas e procedimentos técnicos comuns e tem a finalidade de implementar a política estadual de arquivos públicos visando a gestão, a preservação e o acesso aos documentos de arquivo.

Também poderão integrar o sistema, mediante celebração de convênios ou termos de cooperação técnica com o Governo do Estado, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo; a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo; órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário estaduais; as Administrações Municipais e os arquivos privados.

O sistema prevê a instituição de Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos – CADS, em caráter permanente, no âmbito dos órgãos da administração direta e indireta, que integrarão o Sistema Estadual de Arquivos enquanto órgãos setoriais.

A gestão de políticas públicas envolve as ações relativas à formulação, à implantação, ao monitoramento, à avaliação e à reprogramação das políticas ou dos programas governamentais. Em decorrência deste ciclo de política pública, identificaram-se algumas incongruências conceituais e pretende-se efetuar os ajustes necessários.

Está em andamento a atualização do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos (atividades-meio) do Governo do Estado do Espírito Santo. Após minucioso estudo de viabilidade, foi elaborada uma tabela de equivalência, visando migrar do método de arquivamento ideográfico-numérico-decimal para o duplex.

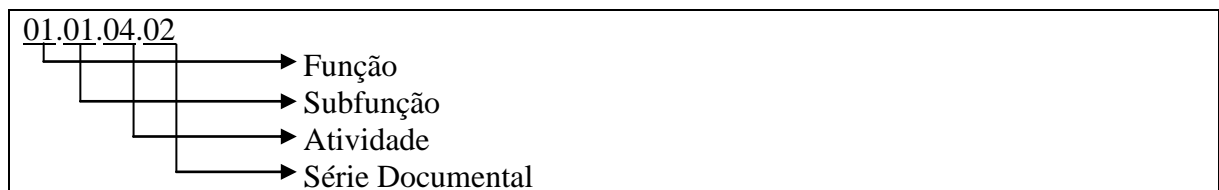
CÓDIGO ANTERIOR	NOTAÇÃO ANTERIOR	CÓDIGO ATUAL	DENOMINAÇÃO ATUAL
------------------------	-------------------------	---------------------	--------------------------

000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	01	GESTÃO ADMINISTRATIVA
001	POLÍTICAS DE AÇÃO GOVERNAMENTAL	01.02	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
002	PLANOS. PROGRAMAS. PROJETOS DE TRABALHO	01.02.01	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE AÇÃO DE GOVERNO
003	ACORDOS. AJUSTES. CONTRATOS. CONVÊNIOS	01.01.07	FORMALIZAÇÃO DE ACORDOS BILATERAIS
010	ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	01.01	ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
010.1	REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES	01.01.02	REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES
010.2	REGIMENTOS. REGULAMENTOS. ESTATUTOS. ORGANOGRAMAS. ESTRUTURAS	01.01.01	ELABORAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS E ESTUDOS REFERENTES À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
010.3	ATOS ADMINISTRATIVOS	01.01.03	EMISSÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS
010.4	RELATÓRIOS DE ATIVIDADES	01.01.04	EMISSÃO DE RELATÓRIOS DE ATIVIDADES

Quadro 1 - Tabela de Equivalência.

Fonte: PROGED 2012.

Iniciou-se em 21/08/2012 o levantamento da produção documental no Arquivo Geral da SEGER com a finalidade de atualizar os o plano de classificação e a tabela de temporalidade de documentos, incluindo o nível 4 (quatro) de classificação, ou seja, a série documental.



Quadro 2 – Níveis de Classificação.

Fonte: PROGED 2012.

Espera-se que esta atualização dos instrumentos de gestão de documentos estabeleça critérios claros de classificação e que represente o contexto da produção documental do Governo do Estado do Espírito Santo, facilitando, inclusive, a elaboração dos planos de classificação e tabelas de temporalidade (atividades-fim). Ressalta-se que no dia 04/08/2012, o APEES aprovou a primeira tabela de temporalidade das atividades-fim da Secretaria de Estado da Saúde (SESA).

6 PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL – PROGED

O Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo (PROGED) foi instituído através do Decreto nº 1.552-R, de 10 de outubro de 2005, com o objetivo de estabelecer diretrizes e padronizar os métodos e procedimentos de gestão de documentos nos órgãos e entidades da administração direta e indireta do poder executivo do Estado. O programa é coordenado por um Comitê Gestor, no qual se integram o Arquivo Público Estadual – APEES; a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER e o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo – ITI, que monitora, avalia e orienta os órgãos setoriais quanto à aplicação das normas estabelecidas.

O PROGED é coordenado por um Comitê Gestor que se reúne semanalmente e definiu uma carteira de projetos mais enxuta, visando à eficiência de sua implementação. Está em fase de planejamento e possui três projetos: reformulação da Política Estadual de Arquivos; projeto piloto e aperfeiçoamento do Sistema Eletrônico de Protocolo – SEP.

PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	
PROJETO 1	PROJETO REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE ARQUIVOS
PROJETO 2	PROJETO PILOTO SEGER - APLICAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E TTD (ATIVIDADE-MEIO)
PROJETO 3	PROJETO APERFEIÇOAMENTO SEP – GED

Quadro 3 – Carteira de Projetos.
Fonte: PROGED 2012.

Destaca-se a metodologia adotada que utiliza uma matriz lógica como ferramenta de gestão de projetos capaz de alinhar as ações do programa e definindo objetivos, metas, ações, responsáveis, cronograma e indicadores de avaliação. Através deste instrumento é possível monitorar e avaliar o alcance de metas e os atrasos quanto à execução das ações e atividades, reportando-se aos respectivos responsáveis.

PROJETO PILOTO SEGER - APLICAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E TTD (ATIVIDADE-MEIO)							
		INDICADORES	REFERÊNCIA	META	PRAZO	RESPONSÁVEL	STATUS
OBJETIVO	Reduzir a massa documental e liberar espaço físico através de eliminação	Total de documentos (metros lineares) – documentos eliminados (metros lineares)		Eliminar 25% da massa documental acumulada	30/11/2013	COMITÊ GESTOR	NO PRAZO
AÇÕES	1. Capacitar CADS/SEGER	Nº de servidores capacitados		Capacitar 100% dos membros da CADS/SEGER	10/09/2012	APEES	ALERTA
	2. Quantificar o acervo	Nº de caixas ou tamanho em metros lineares	1.093 metros lineares	Quantificar 100% do acervo	20/09/2012	SEGER	CONCLUÍDO

	3. Classificar, ordenar e arquivar os documentos	Nº de documentos classificados, ordenados e arquivados		Classificar 30% da massa documental acumulada	A definir	SEGER	NO PRAZO
	4. Eliminar documentos	Nº de documentos eliminados		Eliminar 25% da massa documental acumulada	30/11/2013	SEGER	NO PRAZO
TAREFAS	1.1. Elaborar projeto de capacitação	Projeto elaborado			20/08/2012	APEES	ATRASSO
	1.2. Elaborar material didático	Material didático elaborado			30/08/2012	APEES	ALERTA
	1.3. Disponibilizar recursos (humanos, materiais e financeiros)	Recursos disponibilizados			30/08/2012	SEGER	ALERTA
	1.4. Ministrado curso de capacitação	Curso ministrado			10/09/2012	APEES	NO PRAZO
	2.1. Executar a mensuração do acervo	Acervo mensurado	1.093 metros lineares		25/08/2012	CADS	CONCLUÍDO
	3.1. Classificar documentos	Documentos classificados			30/11/2013	CADS	NO PRAZO
	3.2. Ordenar documentos	Documentos ordenados			30/11/2013	CADS	NO PRAZO
	3.3. Arquivar documentos	Documentos arquivados			30/11/2013	CADS	NO PRAZO
	4.1. Analisar documentos	Documento analisado			30/11/2013	CADS	NO PRAZO
	4.2. Selecionar documentos	Documento selecionado			30/11/2013	CADS	NO PRAZO
	4.3. Avaliar documentos	Documento avaliado			30/11/2013	CADS	NO PRAZO
	4.4. Separar documentos para eliminação	Documento separado			30/11/2013	CADS	NO PRAZO
	4.5. Elaborar listagem de eliminação de documentos	Listagem elaborada			30/11/2013	CADS	NO PRAZO
	4.6. Encaminhar listagem de eliminação ao APEES para aprovação	Listagem encaminhada			30/11/2013	CADS	NO PRAZO
	4.7. Publicar Edital de Ciência de Eliminação de Documentos	Edital publicado			30/11/2013	CADS	NO PRAZO
	4.8. Publicar Termo de Eliminação de Documentos	Termo publicado			30/11/2013	CADS	NO PRAZO

Quadro 4: Matriz lógica em fase de planejamento.

Fonte: PROGED 2012.

Os municípios do Estado do Espírito Santo também podem participar do PROGED ao firmarem convênio de cooperação técnica (conforme o Decreto nº 1.552-R/2010, art. 8º). Este dispositivo está previsto no programa por se tratar de uma vertente sobre as políticas públicas de arquivo, que incentivam a institucionalização de arquivos municipais.

O convênio prevê a implementação de ações conjuntas para criar o arquivo público municipal, visando aperfeiçoar a prestação de serviços públicos e disponibilizar o acesso à informação

como garantia de direitos individuais e coletivos para o pleno exercício da cidadania e incentivo à pesquisa.

Ao formalizar o convênio, o Governo do Estado do Espírito Santo, através do Comitê Gestor do PROGED, presta assessoria técnica ao conveniado para padronizar os procedimentos de produção, tramitação, análise, seleção, arquivamento e eliminação de documentos públicos. Em contrapartida o município se obriga a criar o arquivo público municipal para gerir sua própria documentação, atendendo aos preceitos constitucionais e legislação suplementar.

Ressalta-se que “a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência” (BRASIL, Lei 8.159/91, art. 9º). Nesse sentido, verifica-se que o município deve instituir o seu arquivo público e instrumentos de gestão documental.

O plano de classificação e a tabela de temporalidade são instrumentos eficazes para mitigar as demandas de organização do acervo e insuficiência de espaço físico. (BARBOSA, 2012, p. 24). O primeiro é o “esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido” (BRASIL, 2005, p. 132) sendo utilizado como uma representação lógica da disposição física do acervo, fato que tende a diminuir o tempo de localização e acesso. O outro é o “instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos” (BRASIL, 2005, p. 159).

Desde a instituição do PROGED, oito municípios firmaram convênio - Afonso Cláudio; Cariacica; Irupi; Itaguaçu; João Neiva; Marataízes; Muniz Freire e Vila Velha (Executivo e Legislativo) - no entanto, nenhum deles instituiu arquivo público. O convênio é implementado em duas etapas: a primeira requer a celebração do convênio; apresentação do programa ao ente conveniado e a constituição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), enquanto a segunda prevê a elaboração do diagnóstico arquivístico; a definição do plano de trabalho e capacitação.


Visando tomar ciência das ações já implementadas e identificar os entraves que impossibilitaram o alcance dos resultados esperados, os arquivistas do APEES realizaram visitas técnicas aos municípios conveniados entre os dias 18/06 e 24/08/2012. A situação encontrada foi a seguinte:

Município	Data Publicação	Validade	Situação				Status Atual
			Apresentação	Compór CADs	Diagnóstico	Treinamento	
João Neiva	19.04.2011	19.04.2015					Agendar visita
Cariacica	10.07.2007	10.07.2011	●	●	●	●	Envio OF. Renovação em 19.04.2011
Irupi	14.04.2007	17.04.2011	●	●	●	●	ENCERRADO
Camara Municipal VV	12.04.2007	12.04.2011	●	●			ENCERRADO
Itaguaçu	18.03.2010	18.03.2014	●	●	●		Agendar treinamento conjunto
Marataízes	18.03.2010	18.03.2014					Agendar visita para apresentação
Muniz Freire	18.03.2010	18.03.2014	●	●	●		Agendar treinamento conjunto
Afonso Cláudio	19.04.2011	19.04.2015					Agenda visita
Vila Velha	19.04.2011	19.04.2015	●	●	●		Agendar treinamento conjunto

Quadro 5 – Status dos convênios com os municípios.

Fonte: PROGED 2012.

As capacitações do PROGED ocorrem sob a forma de treinamentos específicos e também através de cursos disponibilizados pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP), em três módulos conforme quadro abaixo:

<p>Gestão Documental PROGED</p> <p>Carga Horária: 12 h/a Período: 05 a 07 de outubro Horário: 8h30min às 12h Técnico Responsável: Flávia Nº de Vagas: 35 Sala 3</p> <p>Inscrições 15 a 28 de setembro</p> <p>Inscrições através do RH do seu órgão Sistema de Capacitação</p> <p>www.esesp.es.gov.br </p>	<p>Gestão das CADs/Arquivo</p> <p>Carga Horária: 12 h/a Período: 24 a 26 de outubro Horário: 8h30min às 12h Técnico Responsável: Bernadete Nº de Vagas: 35 Sala 5</p> <p>Inscrições 22 de setembro a 14 de outubro</p> <p>Inscrições através do RH do seu órgão Sistema de Capacitação</p> <p>www.esesp.es.gov.br </p>	<p>Conservação de Documentos</p> <p>Carga Horária: 04 h/a Período: 17 de outubro Horário: 8h30min às 12h Técnico Responsável: Fátima Zorral Nº de Vagas: 35 Sala 5</p> <p>Inscrições 21 de setembro a 07 de outubro</p> <p>Inscrições através do RH do seu órgão Sistema de Capacitação</p> <p>www.esesp.es.gov.br </p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 6 – Cursos ofertados pela ESESP (órgão vinculado à SEGER).

Fonte: PROGED 2012.

Dentre as ações já implementadas, observou-se que o município de Itaguaçu iniciou o cadastro de seu acervo em sistema informatizado de gestão de documentos. O gestor do arquivo relatou que nos dias atuais, a administração municipal depende exclusivamente de uma antiga servidora para localizar os documentos não registrados no sistema informatizado e, nos casos em que ela se afasta (férias, afastamento por motivo de saúde, dentre outros), fica difícil atender às solicitações de acesso aos documentos, pois a administração municipal é refém do conhecimento empírico que ela detém sobre o arquivo. Nesse sentido, destacou que é importante registrar o acervo no sistema informatizado, fato que padroniza e estabelece

critérios de organização e a localização dos documentos e, desta forma, qualquer servidor pode substituí-la.

Já no município de Afonso Claudio é interessante destacar a metodologia adotada para organizar sua documentação. Cada Secretaria/Setor (denominadas aqui de “unidades”) do Município tem uma cor de caixa reservada para acondicionar sua documentação, sendo: Finanças (caixa azul); Recursos Humanos (caixa vermelha); Licitação (caixa verde); Administração/Procuradoria (caixa amarela); Tributação e Planejamento (caixa cinza); Saúde (caixa branca).

O município de João Neiva possui três depósitos para arquivamento e um deles foi atingido por alagamento e os arquivistas do APEES indicaram a publicação do CONARQ “Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água” para orientá-los na intervenção. Também foi verificado que o arquivo não dispõe de sistema informatizado para o controle dos processos arquivados e adotou uma sistemática na ferramenta Excel, que permite a localização dos processos arquivados, principalmente aqueles da área contábil e financeira.

No município de Vila Velha dois servidores atuam no arquivo, um arquivista e uma agente de serviços, que informaram sobre o interesse em criar o arquivo público, desde que não seja sob a forma de autarquia. O arquivo possui 6.419 (seis mil, quatrocentos e dezenove) caixas, que equivalem aproximadamente a 1.070 metros lineares. O sistema de arquivamento é indireto (necessidade de consulta a um índice) e o controle de empréstimos é feito através de formulários que são preenchidos em três vias. Também é utilizada a técnica de “guia fora”.

Verificou-se que todos os municípios utilizam o critério de classificação estrutural e métodos de arquivamento diversos, que embora empíricos, não prejudicam a recuperação da informação e o acesso. Constatou-se a existência de documentos em péssimo estado de conservação que precisam de intervenção para preservação da memória local.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de arquivos devem ser analisadas como um recurso estratégico fundamental de apoio à modernização da administração pública, pois aumenta o grau de eficiência quanto à localização e disponibilidade de acesso aos documentos.

Os programas de gestão documental são entendidos como o conjunto de ações e projetos que visam padronizar os procedimentos e as operações técnicas arquivísticas nas fases de produção, utilização e destinação dos documentos, reduzindo a massa documental ao mínimo necessário para o desempenho das atividades de um órgão ou entidade.

O Governo do Estado do Espírito Santo, através de sua instituição arquivística pública, órgão central do Sistema Estadual de Arquivos, incentiva a criação de arquivos públicos municipais, para autogerir sua documentação e garantir o direito constitucional de acesso à informação.

Verificou-se que a eliminação de documentos, que geram economia aos cofres públicos, é o principal interesse dos gestores públicos em firmar o convênio de cooperação técnica, porém, a execução desta atividade depende da existência de instituição arquivística pública no âmbito de sua competência para autorizar a ação. Ao contrário da pretensão inicial, a criação do arquivo público municipal gera despesa e por se tratar de uma ação de longo prazo, em alguns casos, o gestor público acaba desistindo da ação.

Outro fator que prejudica a implementação de ações de gestão e preservação de documentos, tanto nos municípios, quanto nos órgãos e entidades do Estado do Espírito Santo, é o número reduzido de arquivistas efetivos nos quadros de servidores de carreira. Tal fato tem como consequência a utilização de métodos empíricos de gestão de documentos e a descontinuidade das ações. Na reformulação da política estadual de arquivos, o APEES propõe ao Governo do Estado a contratação de arquivistas efetivos para atuar junto aos órgãos setoriais. Tal proposta ocorre, em parte, diante de experiência própria e aprovação da atuação proativa de seus dois arquivistas efetivos que atuam na instituição a menos de um ano.

Considerando que este é um ano de eleições municipais, verificou-se um quadro de indefinição quanto às ações a serem implementadas em relação ao convênio. Um dos entraves foi a instabilidade dos gestores e servidores. Foi constatado em contatos telefônicos com três secretários de administração, que afirmaram não ter conhecimento do convênio, pois estavam ocupando o cargo há pouco tempo. Já em relação ao município de Itaguaçu, devido ao encerramento do contrato do servidor lotado no arquivo, as atividades de gestão documental foram suspensas até a nomeação do servidor aprovado em concurso público. Espera-se a continuidade as ações de gestão documental neste município, pois o atual secretário de administração reconhece a importância do arquivo, inclusive apresentou no dia 01/06/2012, um “*case*” no Fórum Estadual de Secretários Municipais de Administração (FESMAD) sobre

a aplicação da tabela de temporalidade no município e após esta divulgação, o município de Aracruz solicitou orientações ao APEES no sentido de firmar convênio de cooperação técnica.

As parcerias firmadas com o Colegiado de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e com a Associação de Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQUES) fortalecem as ações de gestão e preservação da documentação pública, visando disponibilizar o acesso a quem dela necessite. Dentre as principais ações desta parceria, destacam-se as contribuições e articulações para criar o Conselho Estadual de Arquivos; a realização de um seminário sobre a lei de acesso à informação e o acompanhamento às visitas técnicas aos municípios, com a finalidade de respaldar as ações que visam incentivar a institucionalização de arquivos. No dia 24/08/2012, o APEES realizou uma reunião com os servidores da Secretaria de Administração do município de Aracruz - dentre eles a arquivista nomeada em concurso público recente - com o objetivo discutir a possibilidade de firmar convênio de cooperação técnica. O presidente da AARQUES também participou desta reunião e contribuiu com orientações sobre tramites de criação do arquivo municipal para atender o dispositivo constitucional de autogerir e preservar a documentação pública local. Ao final registrou que a atuação proativa dos arquivistas inseridos na administração pública é de suma importância para dar visibilidade e valorizar a categoria.

Está em andamento um levantamento identificar os arquivos públicos municipais instituídos legalmente no Estado do Espírito Santo e, nesse sentido, verifica-se que as ações já implementadas contribuíram para alertar gestores públicos, mas ainda não foi eficaz quanto ao desafio de promover a institucionalização de arquivos públicos municipais. Espera-se que a atuação da equipe de servidores do APEES e as parcerias firmadas com a UFES e AARQUES sejam fortalecidas e que se consolidem como instituições unidas pelo objetivo de criação de arquivos públicos municipais, para promover a proteção especial ao patrimônio documental do Estado do Espírito Santo, garantindo o direito constitucional de acesso à informação.

8 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências - elaboração: **NBR 6023**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Informação e documentação – apresentação de citações em documentos: **NBR 10520**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Informação e documentação – resumo - apresentação: **NBR 6028**. Rio de Janeiro, 2003.

BARBOSA, Anderson Gomes. **Políticas públicas de arquivos municipais: a gestão de documentos no município de itaguaçu/es**. Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) – Curso de Especialização *latu sensu* em Gestão Pública Municipal. Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, 2012.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/texto_pdf_10_Como_Avaliar_Documentos_de_Arquivo.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2012.

_____. In **Políticas Públicas de Arquivo e Gestão documental do Estado de São Paulo**. São Paulo: Arquivo Público de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/livro_politica_publica_de_arquivos_e_gestao_documental.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2012.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/GESTAO_DOCUMENTAL_APLICADA_Ieda.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2012.

BRASIL. Constituição. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2012.

_____. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispões sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, n. 6, p. 455, 9 de janeiro de 1991, seção 1.

_____. **Dicionário de brasileiro de terminologia arquivística**. Publicações técnicas. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: 2005. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 1.552-R, de 10 de outubro de 2005**. Institui o Programa de Gestão Documental - PROGED do Governo do Estado do Espírito Santo. Governo do Estado do Espírito Santo: Gráfica do Departamento de Imprensa Oficial, 2005.

JARDIM, José Maria. **Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada**. Liinc em Revista, v.7, n.1, março 2011, Rio de Janeiro, p. 197 – 213. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **A gestão dos documentos públicos municipais**. Revista Méteis: história & cultura, Vol. 3, No 5. ISSN Online: 2236-2762 / ISSN Impresso: 1677-0706. UCS - Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, 2004. Disponível em:

<<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1147/786>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

MACHADO, Helena Corrêa. CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Como implantar arquivos públicos municipais**. Projeto Como Fazer; v. 3 – São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/texto_pdf_12_Como%20implantar%20arquivos%20publicos%20municipais.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2012.

MATTAR, Eliana (Organizadora). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

OLIVEIRA, Daise Aparecida. **Os Arquivos Públicos e Privados: Estratégias para a Institucionalização de Arquivos Municipais**. Conselho Nacional de Arquivos. Publicações Técnicas. Mesa Redonda Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro: 1999. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/os_arquivos_publicos_e_privados__parte_1.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2012.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. 2. ed. rev. atual. e ampl. – Curitiba: IbpeX, 2009.

RABELO, Marcos Prado. **A gestão das políticas públicas e a Institucionalização dos arquivos municipais Capixabas**. In. III SBA – Simpósio Baiano de Arquivologia. Políticas arquivísticas na Bahia e no Brasil – Salvador: 2011. Disponível em: <<http://www.arquivistasbahia.org/3sba/wp-content/uploads/2011/09/Rabelo.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SALLES, Helena da Motta. **Gestão democrática e participativa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

A Gestão do Patrimônio Documental no Arquivo Público de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro

Carlos Roberto Bastos Freitas¹

Campos dos Goytacazes, pólo econômico da região Norte do Estado do Rio de Janeiro, está localizada em uma extensa planície às margens do Rio Paraíba do Sul. Dista 290 quilômetros da capital do Estado e cerca de 30 quilômetros da costa, sendo interligada a outros centros urbanos por estradas asfaltadas, linha férrea e via aérea. Como qualquer outra cidade, possui um conjunto de traços característicos, mais ou menos emblemáticos que a identificam, alimentado por algumas características bem conhecidas: banhada pelo Rio Paraíba do Sul; espalhada por suas margens com bairros sofisticados ou pobres; o petróleo, as atuais 6 pontes que cruzam o rio; as usinas de açúcar; os solares e os canaviais; os doces locais; o antigo canal de navegação² e as lagoas.

O Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, criado pela Lei Municipal nº 7.060 de 18 de maio de 2001, a partir de um projeto elaborado em parceria com a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, tem por objetivo prestar serviços ao poder público e à comunidade, garantindo o direito à informação e a preservação da memória regional. Na estrutura organizacional está subordinado à Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, órgão da Prefeitura Municipal. A partir de dezembro de 2010, passou a se chamar Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, em homenagem ao escritor, pesquisador e teatrólogo, que representou em seus trabalhos a vida, costumes e os tipos humanos da região.

O Arquivo, mesmo com poucos anos de funcionamento, mantém sob a sua guarda um acervo de aproximadamente 600 metros lineares, formado por documentos textuais, iconográficos, além de microfilmes e digitais, que se revestem de comprovado valor informativo e probatório. Destacam-se no acervo, os processos cartorários recolhidos ao Arquivo, a partir de um convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a documentação administrativa do município, recentemente transferida.

¹ Diretor do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes. E-mail: crbfreitas@yahoo.com.br

² Canal construído entre 1840 e 1860. Ligava o porto de Imbetiba em Macaé a Campos, através de canais que interligavam as lagoas e os rios da Região, média 109 quilômetros.

A implantação do Arquivo

O processo de criação de um Arquivo Público na cidade passou por diversas tentativas infrutíferas. Em 1999, a Pró-Reitoria de Extensão da UENF, iniciou um movimento para a criação definitiva de um arquivo, promovendo reuniões com lideranças políticas e culturais do município, promoveu a visita de técnicos de outras instituições e a divulgação pela imprensa local das propostas. Contou também com o essencial apoio técnico do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ. Durante todo o ano seguinte, foram identificados conjuntos documentais mais importantes para o município, realizadas diversas reuniões para esclarecimento sobre os procedimentos para sua implantação.

O edifício que abriga o Arquivo, o *Solar do Colégio*, tem esse nome em virtude de ter sido a sede de uma grande fazenda que pertenceu ao Colégio Jesuíta localizado na cidade do Rio de Janeiro, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 1946 e desapropriado pelo Governo do Estado em 1977. O Solar, construído na segunda metade do século XVII, e segundo historiadores locais, em local privilegiado em meio à planície, instala-se em área elevada em relação aos arredores, protegido dos alagamentos na época das chuvas. Dista 12 km do centro da cidade, no distrito de Goitacazes.

Tratando-se de um edifício de grande beleza arquitetônica e de valor histórico inestimável, que conta com amplos espaços, julgamos pertinente que o Solar abrigue, paralelamente ao Arquivo e sem prejuízo de suas atividades específicas, uma pequena área de exposição que tenha a função de divulgar as atividades ali desenvolvidas, expor os vestígios arqueológicos encontrados em seu entorno e estimular e divulgar a cultura produzida na região. A existência desse espaço, onde se realizam pequenas apresentações musicais e de teatro, exposições, seminários, cursos, certamente contribuem para aproximar o APM da comunidade, conscientizando os cidadãos sobre a importância da preservação de sua memória.



Desde o início de suas atividades, o Arquivo mantém uma política de capacitação técnica e atualização de seus funcionários e colaboradores. Esse modelo de capacitação atinge todo o pessoal envolvido no tratamento técnico dos documentos recolhidos, com treinamentos específicos, visitas técnicas a outras instituições, participação em eventos na área, com apresentação de trabalhos e trocas de experiências. A capacitação em determinadas atividades desenvolvidas em um arquivo é de fundamental importância para o sucesso de um empreendimento dessa magnitude.

O Acervo

O Arquivo mantém sob sua guarda documentos produzidos pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal e Judiciário Estadual, uma grande coleção de jornais publicados em Campos, além de coleções particulares. O acervo produzido pela Administração Pública Municipal, desde o período colonial, está em fase de identificação, sendo gradativamente liberado à pesquisa.

Do Executivo Municipal há registros administrativos, financeiros, de pessoal, legislação, correspondência, solicitações de obras por habitantes, registros fotográficos, etc – em tratamento técnico, parte desse acervo já disponibilizado à pesquisa. Documentação extensa, com muitas séries e subséries. Parte foi recolhida no antigo edifício da Prefeitura, junto a documentos anteriores à criação do Executivo Municipal. Nesse acervo, foi localizado o registro mais antigo do Município, trata-se de um livro de registro de transações comerciais a partir de 1649, bem anterior à criação da Câmara Municipal que é de 1677.

Da Câmara Municipal, sob a guarda do Arquivo a partir de um Convênio, estão documentos administrativos desde o período colonial (1728-1918), destacando-se livros de notas, posturas municipais, juramento de vereadores, registros de marcas de gado, matadouro, sepultamentos, impostos, etc..

A partir de um Convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Arquivo tem a guarda de processos judiciais acumulados pelo Fórum de Campos e livros do Cartório do Segundo Ofício. O Município foi, em tempos passados, até meados do século

XIX, muito extenso, abrangendo toda a região Norte Fluminense. É o maior acervo documental já recolhido, são cerca de trinta mil processos e quatrocentos livros diversos, ainda em tratamento, mas já se encontram liberados à pesquisa os processos de testamento (1390), inventário (5176), tutela (90), investigação de paternidade (120) e usucapião (45). Dessa documentação, o registro mais antigo é um inventário do ano de 1698. Do cartório do Segundo Ofício, um dos mais antigos da cidade, foram recolhidos livros de escrituras e registro de imóveis, compra e venda de escravos, notas, procurações, etc.

A Coleção de Jornais Campistas, acervo formado pela Biblioteca Municipal e doado ao Arquivo. Possui jornais editados em Campos desde meados do século XIX (1850-2005), contendo títulos raros não mais publicados e títulos ainda em circulação. Disponível em microfilmes e originais. Muito procurado por pesquisadores, pelas informações do cotidiano da região, anúncios de estabelecimentos comerciais, eleições, participação em movimentos políticos e de sua produção industrial, agrícola e movimentação econômica.

A Coleção de Diários Oficiais do Estado do Rio de Janeiro, acervo também formado pela Biblioteca Municipal e doado ao Arquivo. Com edições desde os anos 1940 ao ano 2000, a maior parte encadernada. Muito solicitada pela população para comprovação de direitos, especialmente para solicitação de aposentadoria, registros de diplomas de escolas públicas e resultados de concursos públicos.

Em tratamento, a Coleção de Documentos de Escravos, localizados no porão da antiga Prefeitura, que também abrigou a Câmara Municipal, separado em pequenos fardos mas junto aos demais documentos públicos. Composto por ações de liberdade, recibos de compra e venda, nascimento, óbito, devolução de escravo, furto, devassa, testamento, etc. Ainda em investigação a sua origem, se da antiga Cadeia que ficava próxima e foi demolida em 1888 ou se é remanescente da Justiça Municipal que também funcionou no edifício da Prefeitura, o antigo Solar do Visconde de Araruama, adquirido pela Câmara Municipal em 1870.

Coleção particular do Dr. Oswaldo Cardoso de Melo, médico e político de expressão regional (prefeito e deputado estadual), atuou a partir de 1930, documentos doados pela família e já identificados. Composto por correspondências, fotografias, livros (técnicos e de história e política), artigos publicados, recortes de jornais sobre sua atuação política, etc. A primeira coleção particular doada ao Arquivo, em 2002.

Ainda sem tratamento, coleção particular de José Evaristo Assis da Penha, sindicalista, político local, membro do Partido Comunista Brasileiro na era Vargas e posterior, composto por livros sobre política (muitos editados em Cuba), certificados, artigos, fotos,

correspondência, recortes de jornais, revistas, etc.

O mais recente recolhimento ao Arquivo, ocorrido em maio de 2011, é composto por documentos administrativos, livros de atas, planilhas de produção de açúcar e cana, projetos de irrigação de diversas usinas, livros técnicos, legislação, correspondência, fotografias, etc. Acervo do antigo Sindicato dos Produtores de Açúcar do Rio de Janeiro e Espírito Santo, já desativado. Essa documentação guarda registros da produção de açúcar e as políticas implantadas na região durante a primeira metade do século XX. A documentação encontrava-se em poder da Firjan, seção Campos. Aguardando tratamento.

Em formato digital e microfimes há documentos com informações sobre a cidade e região, especialmente do período colonial e império, de instituições como a Biblioteca Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e Torre do Tombo.

Todo o acervo recolhido ao Arquivo, apesar de muito importante para a recuperação de informações sobre a trajetória da Cidade e região, não está completo. Há muitas lacunas em registros essenciais para traçar a sua história administrativa e de seus habitantes.

Gestão de Documentos

Os Arquivos são instrumentos básicos da administração, graças a eles, se realizam muitos processos e funções operacionais. Abrangem toda a informação registrada, produzida e recebida pela administração pública ao realizar suas operações. Nos Arquivos se conservam documentos não correntes, que passaram por processo de avaliação e que conservam um valor permanente, enquanto prova para fins de investigação ou garantias de direitos. Esse material preservado é apenas parte do volume produzido/acumulado no decorrer das atividades de um organismo, pois infelizmente, sempre há perdas, reveste-se de valor e utilidade por diversas razões.

A preservação de documentos, públicos e particulares com interesse público, está prevista nos três níveis da administração pública, com legislação específica. Além disso, os documentos revestem-se de grande importância, porque são instrumentos básicos, pelos quais a administração pública exerce suas funções e os procedimentos administrativos. São um testemunho e uma prova da execução de determinada atividade. Os documentos públicos são também, garantias de direitos dos cidadãos.

Os procedimentos de avaliação e organização de documentos são específicos e o

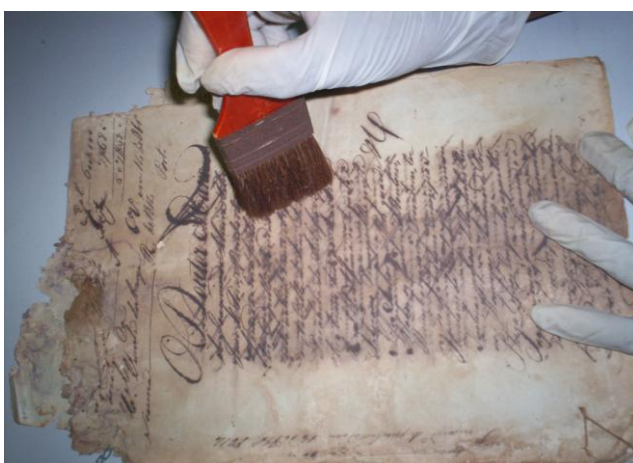
peçoal encarregado dessas atividades precisa ser capacitado e bem orientado. O acompanhamento dos trabalhos por técnicos qualificados é essencial para que o trabalho. Todo o peçoal envolvido nas diversas atividades do tratamento técnico passa por treinamento específico para a atividade a ser desenvolvida, especialmente os recém chegados (estagiários).

O tratamento técnico dispensado ao acervo já identificado, foi realizado de acordo com as seguintes etapas:

- . Pré-identificação – os documentos são examinados individualmente para se identificar a sua tipologia documental;
- . Higienização mecânica – limpeza mecânica com trinchas e pincéis, de pelos macios, para a retirada de resíduos de poeira, insetos, cliques, grampos, cravos e marcadores. Intervenção primordial nos documentos recolhidos;
- . Numeração das folhas – realizada com lápis 6B, mantendo a sequência original do produtor, em local padrão (canto inferior direito);
- . Ordenação cronológica – depois desses passos iniciais, os documentos são organizados em ordem cronológica, dentro de suas séries;
- . Conservação preventiva – intervenção simples, com pequenos reparos para estabilização do suporte, quando necessário, para assegurar de forma eficiente suas condições de preservação;
- . Restauração – intervenção profunda, iniciado com banho aquoso para limpeza e desacidificação do suporte e o posterior reenfibramento com polpa de celulose e nova montagem ou limpeza com pó de borracha quando não é permitido o tratamento aquoso;
- . Estabelecimento de um quadro de arranjo do acervo;
- . Identificação documental de acordo com a NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística, para a elaboração de instrumento de pesquisa e a posterior transferência desses dados para base de dados;
- . Acondicionamento dos documentos – em pastas, caixas ou maços, confeccionados em material alcalino ou neutro, essenciais para uma melhor preservação dos documentos;
- . Disponibilização à pesquisa e armazenamento em áreas de depósito.

O tratamento técnico documental aplicado em nosso Arquivo prioriza a higienização prévia dos documentos antes de sua ordenação e descrição. Durante o processo de higienização, na área de triagem, observa-se o conteúdo das informações registradas, o estado de conservação do suporte papel, que pode apresentar-se muito manchado pela ação da

umidade, insetos e fungos e, ainda, grande quantidade de poeira e resíduos diversos, marcas deixadas pelo ataque dos insetos. Ocorre também, o aparecimento de ovos e larvas vivas que demandam observações especiais durante algum tempo. Identificamos em percentual bem elevado, o efeito da acidez das fibras dos suportes mais recentes (fim do século XIX em diante) e das tintas empregadas (ferrogálica principalmente), ocasionando a fragilidade das fibras e ainda a transposição da mancha, fato que dificulta a leitura.



umidade relativa, característicos da Região, são um forte fator de aceleração do processo de degradação do suporte. O controle da umidade e temperatura é uma preocupação constante. Como estamos em uma área de planície, sem obstáculos relevantes à circulação dos ventos dominantes (nordeste), mais seco e dificilmente acompanhado de chuvas, a temperatura na área do Solar é sempre mais baixa do que na área urbana. A umidade aumenta especialmente com a chegada de frentes frias durante a primavera e o verão, carregadas pelo vento sul, caracteristicamente forte. Durante o inverno as chuvas são escassas e a umidade não é elevada.

As tintas utilizadas nos documentos mais antigos são constituídas por um pigmento (cor) e um diluente, acrescido de um adesivo para fixar o pigmento ao papel. São de vários tipos: a tinta da China, composta de negro de fuligem misturado à goma arábica ou cola de peixe, foi amplamente usada até o séc. XV, tendo sido gradativamente substituída pela ferrogálica, composta de sulfato de ferro, ácido galotânico (extraído do carvalho) e um aglutinante (em geral goma arábica). Foi comum a adição de corantes. A corrosão do papel, observada em muitos manuscritos está ligada aos seus componentes básicos. Há ainda as constituídas pelo sulfato de cobre (cor azul e verde), usadas em mapas, que sofrem corrosão pela reação com a umidade e poluentes.

Os agentes humanos também são um importante fator na degradação dos acervos.

Além do manuseio incorreto que danifica ou mesmo, destrói o suporte, ocorre também os danos provocados pelo uso de alimentos e líquidos e pelas mãos sujas, onde a gordura e a sujeira passam para o papel, provocando manchas e alterando seu pH.

Os agentes biológicos, principais causadores de destruição dos acervos, especialmente livros e documentos. São eles: os fungos, insetos e roedores. Para que esses agentes se proliferem e atuem, é preciso que o local onde os acervos se encontrem armazenados, esteja com a temperatura e umidade relativa elevada, com pouca circulação do ar e falta de higiene.

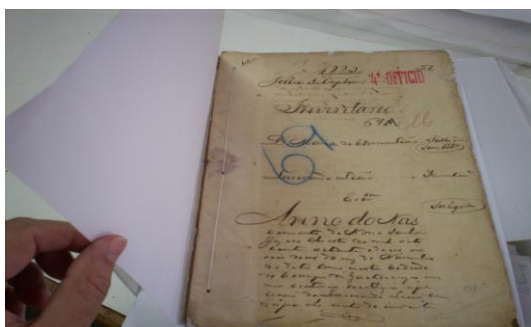
O Arquivo possui um setor dedicado à preservação e conservação preventiva, conta com uma equipe especialmente treinada, composta por três funcionários e dois bolsistas. São oriundos da região, com formação na área de história, que recebeu treinamentos específicos na área. Operam com instrumentos e equipamentos básicos que permitem a realização de processos de restauração desde os mais simples aos mais elaborados, como: mesas especiais, prensa, mesa de sucção, reenfibrador de papéis, secadora de papéis, filtro deionizador, balança de precisão, etc.

O processo de conservação pode ser dividido em dois níveis, pequenos reparos e restauração. O primeiro passo é identificar quais os danos que precisam ser reparados, nesta fase, é realizado um diagnóstico onde é preenchida uma planilha com as informações de identificação do processo e os danos observados. O segundo passo é desmontar e novamente higienizar o material a ser tratado, principalmente se a costura original tiver sido mantida. O passo seguinte é o tratamento em si.



Quando os danos (manchas de fungos, insetos ou rasgos) são poucos ou pequenos, usa-se basicamente a limpeza localizada com pó de borracha e o reparo, quando necessário,

com papel neutro, tipo japonês, que exceda alguns milímetros ao dano a ser consertado, e cola de metilcelulose, material inerte e reversível, que não possui atrativos a um novo ataque de insetos.



Quando os danos são mais profundos e graves, o modo de agir precisa ser mais específico e trabalhoso, nele, depois de desmontado, cada folha danificada ou não, é tratada separadamente. Nesse caso, é realizado o banho de todo o conjunto para a retirada de resíduos (poeira e fungos principalmente), manchas e o excesso de oxidação da tinta (ferrogálica) e ainda ocorre a reposição química alcalina, em seguida, é realizado o reenfibramento, que recompõe o tamanho e a superfície da folha, aumentando assim sua resistência ao manuseio e prolongando sua permanência. Após a secagem, as folhas são aparadas em um tamanho padrão para serem então prensadas e recosturadas, voltando o conjunto à sua forma original.

O acondicionamento é o coroamento do processo de preservação. Nessa fase são usados materiais inertes, neutros de acidez e papéis alcalinos para estabilizar a acidez das fibras de celulose e dessa forma, prolongar a permanência da informação.

Conclusão

Por conta de minha formação na área de preservação e o estado de conservação da

maior parte do acervo recolhido, desde o início das atividades no Arquivo, foi aplicado um modelo de operação voltado para a preservação física dos suportes e conseqüentemente das informações neles contidas. Dessa forma, a divulgação de um acervo bem preservado e seu uso por pesquisadores se torna mais coerente com uma verdadeira política de arquivo. Esse modelo operacional, transmite aos funcionários e estagiários uma visão privilegiada do documento e dos vários aspectos que envolvem as atividades desenvolvidas em um arquivo.

O atendimento aos pesquisadores é realizado na Sala de Consultas, que possui instrumentos de pesquisa, mesas individuais, leitora de microfimes e computador. Além disso, possui também uma pequena biblioteca de apoio, com acervo voltado basicamente para história regional e legislação, além de títulos mais abrangentes. A cada ano, a quantidade de pesquisadores vem se ampliando, demonstrando que a existência desse tipo de instituição é vital para a administração e a população em geral.

As coleções que fazem parte de nosso acervo são repletas de informações sobre o rico passado da região, com possibilidades ilimitadas de pesquisas. A cada ano, o número de pesquisadores aumenta, e assim o acervo é divulgado e presta serviços à comunidade. Para os que não possuem conhecimentos necessários para desenvolver uma pesquisa, o Arquivo tem oferecido ajuda através de um funcionário capacitado. Dependendo do volume da pesquisa, atende também a pedidos formulados a partir de locais distantes.

Com as experiências advindas do trabalho desenvolvido e o tempo de atuação do Arquivo na preservação da memória regional, ainda falta a implantação de um abrangente Programa de Gestão de Documentos para o Município, com a confecção de Tabelas de Temporalidade principalmente. O quadro de funcionários do Arquivo precisa ser ampliado, bem como a aquisição de mais equipamentos, necessários para a ampliação das atividades previstas e que sempre são ampliadas pela inovação tecnológica na produção de documentos para a administração das atividades burocráticas da municipalidade.

Bibliografia Consultada

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

LLANSÓ SANJUAN, Joaquim. **Gestión de documentos**: definicion y analisis de modelos. Bergara: Irargi, 1993.

RHOADS, James. **La función de la gestión de documentos y archivos em los sistemas nacionales de información.**: un estudio del RAMP. Paris: UNESCO, 1989.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA

João
Eurípedes Franklin Leal
Paleógrafo, Professor
Livre-Docente Da Unirio

BREVES CONSIDERAÇÕES

A Paleografia e a Diplomática são disciplinas originárias da sistematização teórica proveniente do livro *De Re Diplomática libri sex*, editado em Paris em 1681, de autoria de D. Jean Mabillon (1632-1707), membro da Ordem dos Beneditinos tido como um dos homens mais cultos da França em seu tempo.

D. Jean Mabillon é considerado o Pai da Paleografia e da Diplomática, conhecimentos e disciplinas profundamente complementares. Contudo, foi um outro beneditino, Bernardo de Montfaucon (1655-1714) quem usou, pela primeira vez, a palavra paleografia para identificar esta técnica, ao lançar, em 1708, seu livro *Paleographia Graeca*.

A Paleografia é o estudo técnico de textos manuscritos antigos, na sua forma exterior, e compreende o conhecimento dos materiais e instrumentos para escrever, a história da escrita e a evolução das letras objetivando sua leitura, transcrição e interpretação. Ela se interrelaciona com outras ciências e técnicas como a História, a Filologia, a Diplomática, a Arquivologia, a Museologia, a Biblioteconomia, o Direito e a Documentação. Sua importância está ligada à leitura que faz dos imensos acervos documentais manuscritos, muitos ainda não lidos, existentes em arquivos de todo mundo.

A paleografia não pode ser vista apenas como uma técnica transcritora de documentos. Ela possui um vasto conteúdo teórico, de grande importância, para se produzir uma correta transcrição.

Necessário se faz conhecer os materiais, instrumentos e tintas utilizados no passado. Imprescindível acompanhar a história da escrita, principalmente a reveladora evolução das letras do alfabeto latino. Necessita-se também conhecer as evoluções, ou mesmo as involuções das letras, desde as clássicas romanas, as unciais, as medievais de transição, como a visigótica ibérica, as belas e puras letras carolinas, as complexas letras ditas góticas, desde a clássica, passando pela cortesã, a processual e a encadeada até chegar à escrita humanística, originária do século XV e usual até hoje. Indispensável conhecer o uso dos números, seja romanos ou os ditos arábicos, em todas suas variações. Importantíssimo o estudo das várias formas de abreviar palavras ou expressões, assim como o uso de sinais e pontuação. Além disso o paleógrafo necessita compreender o contexto e história da época em que o documento foi produzido para que sua transcrição, leitura e interpretação sejam fiéis ao conteúdo informacional do manuscrito.

O paleógrafo é como um "semideus", pois tem o poder único de "ressuscitar" a informação do manuscrito ao lê-lo e transcrevê-lo, pois do contrário, a informação estaria morta, perdida no passado da história.

A paleografia tem como objetivo maior a leitura, a transcrição e a interpretação de documentos, não importando sua data, autor ou origem, mas sim se o manuscrito apresenta uma forma escrita que comprometa sua legibilidade. A função do paleógrafo é ler corretamente o texto, transcrevê-lo seguindo Normas de Transcrição e interpretá-lo, isto é, torná-lo inteligível ao usuário quanto ao seu conteúdo, palavras e expressões não mais usuais.

As Normas Brasileiras de Transcrição Paleográfica - NBTP, são úteis porque proporcionam uniformização do trabalho de transcrição servindo para uma melhor compreensão e difusão da documentação manuscrita brasileira. As NBTP desenvolveram-se principalmente na década de 1980, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e foram consagradas após o 1º Encontro de Paleografia e Diplomática, em 1990, e o 2º Encontro, em 1993, realizados no Arquivo do Estado de São Paulo, com participação de inúmeros paleógrafos, diplomatas, filólogos, arquivistas e historiadores, assim como no 3º Encontro realizado no Rio de Janeiro. As NBTP são próprias para documentação a partir dos séculos XV e XVI, abundantes nos arquivos brasileiros, mas não refletem as complexidades próprias da escrita medieval, entretanto, suas diretrizes podem ser utilizadas na transcrição de qualquer documento.

Quanto à diplomática, ela pode ser considerada o núcleo duro que deu origem à ciência da Arquivologia.

Segundo Cencetti a Diplomática é a disciplina que estuda a gênese, a forma e a transmissão de documentos arquivísticos e sua relação com os fatos nele representados e com seu autor, com o fim de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza.

A Diplomática surgiu no século XVII em um contexto de dúvidas quanto à autenticidade de documentos merovíngios na França e assim constituiu-se em uma ciência própria. Em sua forma clássica objetiva julgar e identificar se o documento, manuscrito ou impresso, antigo ou recente, é autêntico, falso ou falsificado, além de analisar sua tipologia.

Ainda antes de D. Jean Mabillon houve um papa, Inocêncio III (1198-1216) que se ocupou do problema de falsificação de bulas e outros documentos da Igreja e por isto emitiu duas bulas tentando resolver a situação. Em função desta atitude este papa é considerado o precursor da Diplomática.

No século XVIII os estudos iniciados por D. Jean Mabillon tiveram grande difusão e influência na Europa, e uma grande obra *Nouveau Traité de Diplomatie*, dos também beneditinos Charles Toustain e René Tassin, trouxe mais conteúdo e importância a Diplomática.

Segundo a historiadora e diplomata Heloísa Liberalli Bellotto, os documentos diplomáticos são os de natureza jurídica, que refletem ações e relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos configurando assim os documentos públicos.

A base teórica da Diplomática tradicional compõe-se do estudo dos tipos documentais, da gênese ou elaboração dos documentos, da análise das partes dos mesmos, dos materiais e instrumentos usados na escrita, dos modos de como acontece à tradição ou entrega dos documentos, seja na forma de original ou na forma de cópia e por fim da crítica diplomática. Recentemente a Diplomática teve parte de seu conteúdo teórico aplicado na documentação eletrônica, especialmente na informática, o que proporcionou um efeito revigorante à disciplina. Entretanto, é bom lembrar que a Diplomática original ou clássica continua e que esta faceta de sua história pode ser apenas uma etapa, entre outras, de sua existência. No contexto atual há uma tendência errônea de revisão reducionista nos objetivos da diplomática, tendo em vista sua aplicação nos documentos eletrônicos. A Diplomática clássica é indispensável e sua atuação na área de documentos eletrônicos é apenas mais um dos capítulos de sua teoria e prática.

Os estudos acadêmicos de Paleografia e Diplomática sempre foram de maior e melhor porte na França, Itália, Espanha, Portugal, mas seu centro de excelência situa-se na Escola do Vaticano, em Roma.

No Rio de Janeiro a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO possui o Núcleo de Paleografia e Diplomática que tem por objeto o ensino, a pesquisa e a divulgação destas áreas do conhecimento. Este Núcleo foi o primeiro do gênero na América Latina. Localiza-se na cidade do Rio de Janeiro, que é o maior centro de documentação colonial do continente, com seus formidáveis arquivos públicos e privados como o Arquivo Nacional, o Arquivo do Itamarati, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o Centro de Documentação da Marinha, o Arquivo da Cúria Metropolitana, a Biblioteca Nacional etc.

A Paleografia e a Diplomática nos manuscritos musicais

Assim como em outras ciências, técnicas ou disciplinas a paleografia e a diplomática têm ampla aplicação perante os documentos musicais, seja pela atuação da paleografia na leitura, transcrição e interpretação dos manuscritos, seja pela diplomática que julga a autenticidade dos mesmos. A atuação da diplomática neste contexto segue as mesmíssimas análises e práticas concernentes a qualquer documento, seja manuscrito, seja impresso e procura investigar sua real autenticidade através de sua base material (pergaminho/papel), de características de sua escrita, de sua tinta, de possíveis marcas d'água, de forma de sua composição, de sua gênese e de sua forma de transmissão.

Entretanto a paleografia segue seu específico roteiro, tendo em vista as particulares características dos documentos de notação musical.

A paleografia ao ler, transcrever e interpretar o manuscrito musical, tem que levar em conta as técnicas diferenciadas da notação usada desde a idade média. Para tanto estabelece três etapas diversas de notação. Estas etapas são: as notações neumáticas, as notações quadradas ou negras e as notações modernas ou atuais. Temos também que chamar a atenção para o fato básico de que a paleografia somente trabalha com manuscritos e nunca com notações impressas.

De forma resumida ou simplificada pode-se assim caracterizar as etapas históricas das notações musicais:

A primeira etapa, chamada de **Notação Neumática**, aconteceu desde o início do século IX e atingiu o século XIII, na Europa. Nesta fase inicial caracterizou-se pela diversidade de formas de notação, que variava de cidade para cidade, de monastério para monastério, de região para região. Parece entretanto ser grande verdade que seu início foi bem anterior ao ano 800, remontando a Grécia e a Roma usando letras do alfabeto para a notação.

A realidade documental mostra que os mais antigos documentos com neumas atualmente conhecidos datam de aproximadamente 920/930 e são do Cantatorium de Saint-Gall.

Como foi anteriormente afirmado, as notações com neumas não tiveram um único modelo e assim, na Europa Ocidental, as variações mais importantes foram: a notação de Saint-Gall (possivelmente a mais precisa e de maior excelência), a notação de Lorreine, a notação Bretã, a notação de Aquitânia, as notações francesas (Lyon, Normandia, Paris e Vale do Loire), as notações italianas, as notações da península ibérica (mozarabe e catalã sendo a primeira substituída no século XI pela da Aquitânia, por influência dos monges de Cluny).

Bom lembrar que as mesmas representavam-se por sinais agudos ou graves, mas não mostravam intervalo ou distância entre uns e outros, seu grau diatônico e valor das notas.

Inicialmente havia ausência de linhas e só no final do século X surgiu o uso de uma linha básica. Mais tarde, no final do século XII, acrescentaram a ela duas e depois três linhas formando o tetragrama ou pauta de 4 linhas.

As claves se indicaram inicialmente com a cor de uma das linhas sendo o vermelho para a de fá, a amarela para de ut ou dó. No século XII apareceram as letras-claves sendo o F para fá, C para dó e G para sol mostrando assim uma possível influência da antiga notação alfabética romana.

Os neumas, graficamente, remontam aos antigos sinais de acentuação usados, combinados ou separadamente, e deram origem a nove signos compostos (Clivis, Podatus, Porrectus, Torculus, Scandicus, Climacus, Porrectus Flexus, Torculus Resupinus e Climacus Resupinus) além de outros como apóstrofo, oriscus e pressus. Havia um grupo especial de neumas que representavam adornos melódicos próprios (epiphonus, cephalicus, sinuosum, e quilisma ascendente e descendente).

Normalmente usava-se tintas diferentes para escrever o texto e para escrever a notação.

Antes do período gótico (séc. XII a XV) as tintas prediletas nos manuscritos eram, além do negro, o verde, o vermelhão, a púrpura e o amarelo.

No período gótico usou-se muito o azul, o vermelho e o dourado nas iluminuras dos manuscritos.

A segunda etapa é qualificadora como a das **Notações Quadradas** ou **Negras** e que surgiram no século XIII e teve uso quase geral nos séculos XIV, XV e XVI. Estas

notações usam o tetragrama ou quatro linhas. Foi neste momento que o sistema substituiu linha colorida por clave de sol, de fá ou de dó. Ainda nesta fase têm-se duas formas de notação, a gótica, que predominou na área alemã e a notação romana ou quadrada romana. A notação gótica, nos séculos XV e XVI, tomou uma forma de prego ou cravo com uma aparência de losângulo. A notação quadrada apareceu no fim do século XII, no norte da França e no século XIII seu traçado passou a ser feito com uma pena de ponta larga e se expandiu em uso para Inglaterra, Alemanha e Escandinávia e foi usada também para melodias profanas.

Depois de 1300 tornou-se comum uma notação em vermelho, ao lado da notação em preto para estabelecer distinções, em diferentes circunstâncias, como para indicar a mudança de ritmo ou de valores menores.

Foi um espírito de simplificação que fez aparecer mais tarde as notas brancas, isto é, as notas cujo interior era mantido em branco, isto em meados do século XV, dando origem as notas cheias ou negras e as brancas.

O aperfeiçoamento da notação medieval exerceu uma influência sobre o livro, pois a indicação precisa dos intervalos possibilitou a leitura direta da melodia, e assim substituiu a memorização exigida anteriormente. Isto permitiu a feitura de livros de canto de grandes dimensões, onde vários cantores utilizavam, ao mesmo tempo, o mesmo manuscrito. Assim, após o século XIII, as dimensões dos livros de canto aumentaram dando origem aos gigantes antifonários que serviam a um coro completo.

A terceira e última etapa é a das **Notações Modernas** estabelecendo as formas, ainda atuais, de elaboração de manuscritos musicais, com as suas notações, em parte originárias do século XI por Guido de Arezo (992-1050), monge beneditino, que usando a primeira sílaba de cada frase do Hino a São João Batista, deu origem as notas ut (depois do de Dominus), re, mi, fá, sol, la e si (de S.Ioanes). Também usando as claves, o estilo de cinco linhas ou pentagrama e os demais sinais que se agregaram a época, ou em momentos posteriores, gerando a forma atual universalmente conhecida.

Por defender uma paleografia de resultado cumpro fazer as seguintes observações:

Os manuscritos da primeira etapa, os neumáticos, são eles raros, senão raríssimos, e não pertinentes a realidade brasileira. A eles devemos conhecer para melhor exercer a paleografia e a diplomática em manuscritos já da segunda etapa (Notações Quadradas ou Negras) e da terceira etapa por serem estes partícipes do uso e do interesse pela notação musical especialmente no Brasil, desde a época Colonial.

Bibliografia:

- G. Sunyol, Introduction à la Paléographie Musicale Gregorienne, Tournai, Roma, 1935

- G. Battelli, Lezioni di Paleografia, Ed. Vaticana, Roma, 1999

- B. Bischoff, Paléographie, Ed. Picard, Paris 1993

- H. Beguermont, La Première Écriture Musicale du Monde Occidental, Ed. Zurfluh, Paris, 2003

- Agustin Millares Carlo, Paleografia Española, Ed. Labor, Barcelona, 1929.

DOCUMENTOS Y DIPLOMÁTICA DE INSTITUCIONES HISPANOAMERICANAS

Dra. Branka Tanodi
Directora
Archivo General e Histórico
Universidad Nacional de Córdoba
Argentina

En primer lugar quiero agradecer al ilustre profesor João Euripedes Franklin Leal por la invitación a participar del VII Encuentro de Paleografía y Diplomático, evento que él viene organizando con mucha dedicación desde hace varios años.

Como la colonización española en América tuvo características muy diferentes a la portuguesa es que consideré que el tema sobre las instituciones hispanoamericanas y los documentos que las mismas produjeron durante la época colonial, sería significativo conocerlas para comparar las diferencias en el asentamiento de las poblaciones respectivas.

El documento indiano surge en un momento de importancia singular de la historia española, el reinado de los Reyes Católicos. Su gobierno marca el final de la Reconquista, con la toma de Granada y casi inmediatamente el descubrimiento de América. La posterior llegada de los Habsburgos al poder con Carlos I,¹ significará la cimentación y desarrollo de las principales instituciones de la administración indiana, conformada por el Rey, el Consejo de Indias y la Casa de Contratación en la metrópolis y, por los virreyes, los presidentes –gobernadores, las audiencias, los alcaldes, etc. en las Indias.

La atención especial que las autoridades peninsulares brindaron a los documentos desde los primeros días de la conquista y la costumbre española de registrar todos los actos de gobierno en documentos pertinentes, se trasladó al Nuevo Mundo, produjo una gran cantidad de papeles que fueron esmeradamente guardados en archivos a ambos lados del Atlántico y aún hoy, una gran parte de esos fondos coloniales guardan el orden que les fue dado en sus orígenes.

Normas cuidadosas contenidas en las Leyes de Indias² y otros códigos indianos, presidían la producción, el manejo y la conservación de los documentos tanto en España como en las Colonias. La preocupación de las autoridades por los documentos relativos a la administración de América fue temprana como reiterada, y a ella se debe en mucho, la conservación de los documentos hasta nuestros días. (Tanodi, B. 1995a)

¹Carlos I de España y V de Alemania, era nieto de los Reyes Católicos e hijo de Juana -hija de Fernando e Isabel - y de Felipe – hijo de Maximiliano de Austria y María de Borgoña.

² Como base de las Leyes de Indias, podemos considerar a la Ley de las Siete Partidas, ya que los reyes repetidamente confirmaban los artículos de las Partidas de Alfonso X el Sabio, un hito para la legislación española que luego pasará a América Hispana.

Vamos a detenernos un poco en cada una de estas instituciones y en los documentos específicos que producían partiendo de una clasificación inicial de las muchas que pueden hacerse; tomamos la división que de ellos hace José Joaquín Real Díaz³, quien, como primera norma señala el lugar donde fue expedido: Metrópoli o Indias.

Aunque el mismo señala que es más adecuado adoptar un criterio jurídico- diplomático, tomando dos aspectos:

- 1.- la naturaleza del documento en relación con la acción jurídica que contiene;
- 2.- la calidad jurídica de las personas de quien emana. (Real Díaz, 1970)

Según el primer criterio, nos encontramos con los documentos dispositivos y los probatorios y de acuerdo al segundo, con públicos y privados. Ambas divisiones son susceptibles de nuevas clasificaciones algunas iremos viendo más adelante. Nos vamos a detener primeramente en las instituciones que gobernaron desde España. Sin ninguna duda la autoridad máxima era el Rey, sus órdenes se ejecutaban tanto en la Metrópoli como en América, sin discusión.

Sin embargo, como el rey no podía estar en todos los asuntos que se fueron generando a partir del descubrimiento, fue necesario a fines de poder fiscalizar el tránsito de las personas, como el tráfico comercial desde y hacia el Nuevo Mundo, crear en 1503 la Casa de Contratación, dedicada exclusivamente a los asuntos americanos hasta el establecimiento del Consejo de Indias.

A crearse este Consejo en 1524, para la administración de las nuevas colonias, la Casa de Contratación pasa a encargarse de los asuntos de ultramar, es decir, al control de de los barcos y mercaderías, pasajeros a Indias, causas criminales ocurridas desde el embarque a Indias y al regreso, pleitos en navíos, piratería contrabando, etc.

Por tanto, la suprema jurisdicción sobre todas las posesiones españolas, con exclusión de toda otra autoridad - salvo el rey - la tendrá el Consejo. El objetivo principal de su creación fue llevar a la práctica la voluntad real. Todas las instituciones y funcionarios residentes en América estaban sujetos a su control, en forma directa, por ejemplo, los virreyes y audiencias y en forma indirecta los cabildos.

En virtud de esos poderes el Consejo era el encargado de nombrar con acuerdo del Rey, a todos los funcionarios y magistrados indianos y de dictaminar sobre su desempeño, al finalizar sus mandatos. Todo funcionario americano era sometido al “juicio de residencia”, por medio del cual se comprobaba si había o no cumplido bien con sus tareas. (Emiliani, 1994)

El Consejo de Indias produjo diferentes tipos documentales, de los cuales el más solemne fue la Provisión Real, de la cual hablaremos más adelante. Real Díaz, en su estudio diplomático del documento indiano, menciona los asuntos que se despachaban por medio de este tipo documental:

³ La obra Estudio Diplomático del Documento Indiano escrita por J.J.Real Díaz, es un libro de indispensable consulta para el estudio de los documentos hispanoamericanos.

Títulos para cargos tanto oficiales como eclesiásticos;
Títulos nobiliarios;
Títulos de ciudades;
Concesión de blasón de armas para ciudad o particular;
Mercedes a villas y ciudades;
Cartas de naturaleza;
Perdones e indultos;
Legitimación de hijos bastardos, naturales, etc.
Ordenanzas. (Real Díaz, 1970)

Estas últimas fueron en realidad una variante de las reales provisiones mediante las cuales se reglamentaba el funcionamiento interno de una institución, porque las Ordenanzas en sí, eran prerrogativa del rey, así como las Pragmáticas.

Otro tipo documental, también privativo del rey, que por lo extenso del territorio colonial a gobernar, permitió al Consejo de Indias expedirlas en su nombre, fue la Real Cédula. De ella puede decirse que, junto con el Privilegio Rodado (que no llega a América) y la Real Provisión, fueron los documentos castellanos que han tenido vida más larga.

La Real Cédula fue el documento menos solemne y más abundante de entre los que, con carácter público, emanaron de la autoridad soberana. Fue un documento eminentemente dispositivo y se convirtió en el vehículo normal de relación entre el rey y las autoridades indianas. De una manera general se puede afirmar que durante el siglo XVI y XVII las reales cédulas despachadas por el monarca fueron con intervención del Consejo de Indias, y que el negocio jurídico, contenido en ella, rara vez surgía exclusivamente del rey. (Real Díaz, 1970)

Los principales asuntos que se despachaban mediante la Real Cédula fueron:

Disposiciones de gobierno;
Recomendaciones;
Guías;
Concesión y confirmación de encomiendas;
Licencias para: ir y venir; llevar libros, armas, joyas, imprimir libros, etc.

Un tipo documental utilizado tanto por el Consejo, por la Casa de Contratación y algunos organismos de gobierno en América, fueron los Autos Acordados, llamados así porque provenían de cuerpos colegiados y eran despachados en acuerdo.

Las Reales Provisiones y Reales Cédulas que se emitían se anotaban en los libros-registros o cedularios⁴; en ellos se testimonian negocios jurídicos específicos a través de

⁴ León Pinelo dice que los cedularios están formados por “los libros de las dos secretarías del Real Consejo de las Indias que contienen los originales propios de todas las provisiones, cédulas y cartas acordadas del Consejo y ministros de él, que se han despachado desde su descubrimiento por los reyes y gobernadores de castilla, en cuya corona están incorporados aquellos extendidos reinos”. (Muro Orejón, 1960)

cláusulas claramente diplomáticas junto a un formulario jurídico concreto; son de sumo interés como fuentes de la Historia y del Derecho.

Pasemos ahora a referirnos a las autoridades y documentos producidos en Hispanoamérica. Sin duda, la máxima autoridad fue el Virrey, cargo de origen aragonés, costumbre que pasa a Castilla cuando Fernando contrae nupcias con Isabel. Al producirse el descubrimiento fue una de las primeras instituciones trasladadas al Nuevo Mundo.

Los primeros virreyes americanos fueron nombrados de por vida o al menos duraban en sus cargos hasta que las autoridades metropolitanas lo consideraban oportuno. Con el tiempo se advirtió que era necesario acortar el mandato, así la ley estableció que tuvieran un plazo de mandato de tres años, aunque muchas veces se excedían llegando en algunos casos hasta seis años.

El virrey era el responsable directo de la conducción política y administrativa del virreinato. En todas las cuestiones de gobierno actuaba solo, aunque en casos importantes podía consultar con la audiencia. Las atribuciones las podemos dividir en: gobierno y administración, justicia, legislación, hacienda, defensa de indígenas, guerra, Real Patronato y algunos menores. (Emiliani, 1994)

Numerosos fueron los documentos producidos por los virreyes, el más utilizado fue la Real Orden, mediante la cual el virrey dictaba sus propias disposiciones. También estaban los Mandamientos, de los cuales un tipo especial fueron las Ordenanzas mediante las cuales se reglamentaba sobre un determinado asunto y los Bandos, que eran mandamientos hechos públicos, que se leían por medio del pregón⁵ o porque eran colocados a la vista para la lectura del pueblo.

Otro documento, que debía escribir al asumir a su cargo, era el Pliego de mortaja, en el cual dejaba los nombres de posibles sucesores interinos si moría y hasta que se nombrara desde España un sucesor. También debía escribir la Memoria, al final de su mandato, que servía de información al sucesor y por otra parte era utilizada en el juicio de residencia⁶.

Dentro de los virreinos existían también pequeñas provincias o gobernaciones. Se crearon desde el inicio de la conquista y con el paso del tiempo dependieron de éstos o de las Capitanías Generales, que se crearon para concentrar las fuerzas militares del virreinato para la defensa de algunas regiones, estaban al mando del capital general que era el máximo jefe político y militar de su territorio o capitanía.

Es indudable que la progresiva colonización fue complicando cada vez más la administración española en el Nuevo Mundo y muy especialmente se notó la necesidad de contar con una buena administración de justicia. Para 1511 era una necesidad

⁵ El pregón era leído en la plaza, generalmente el día domingo, después de la Misa Mayor, dada la concentración de personas que se daba al finaliza la misma.

⁶ El juicio de residencia era una investigación a la que era sometido todo funcionario al final de su mandato, sobre su actuación en el cargo.

imperiosa establecer tribunales superiores de justicia en América, que recibieron el nombre de Real Audiencia.

La vida de las audiencias estuvo estrechamente unida a la suerte de la conquista y colonización del suelo indiano. A pesar que tuvieron todas las mismas atribuciones judiciales y fueron independientes entre si, hubo tres clases de ellas:

Audiencias virreinales, presididas por el virrey y sede en la capital del virreinato.

Audiencias pretoriales: con sede en una capitanía general y presididas por el Capitán general o el gobernador.

Audiencias subordinadas: estaban ubicadas en ciudades importantes, dependían del virrey en asuntos de gobierno y eran independientes en cuestiones judiciales.⁷ (Emiliani, 1994)

Las audiencias al igual que las demás instituciones indianas llevaban una serie de libros donde registraban la documentación producida o recibida u otros datos que el Consejo de Indias establecía. Los principales fueron el Libro de Acuerdos donde se anotaban todos los acuerdos de la audiencia. Otro muy importante, del cual había que enviar anualmente una copia al Consejo de Indias era el Libro de Despachos, en él se registraba todo lo mandado por la audiencia en asuntos de gobierno.

Manténían también, un libro de cédulas y provisiones reales, y basándose en éstas, el tribunal formaba su opinión y expresaba su punto de vista cuando era requerido. Se llevaban archivos separados para las copias de todas las órdenes reales, cédulas y cartas, uno para las secretas y otro para la correspondencia abierta. En otro registro se detallaban las sumas recibidas por multas y fondos liquidados para cubrir los gastos judiciales, se mantenían listas de todas las personas que residían en la colonia, indicando clase, actitud hacia el gobierno, ocupación, y la naturaleza y carácter de sus servicios en caso que fueran funcionarios. La audiencia tenía un libro de residencias, en ese archivo también se conservaba un registro de las personas que llegaban y partían de los puertos, con observaciones pertinentes sobre las mismas. (Hanke, 1980)

Además de la justicia, había que instrumentar el control sobre los ricos territorios del nuevo mundo, lo cual llevó a que se fuese perfeccionando, poco a poco, un sistema de control que se conoce como la Real Hacienda, que tuvo como base de todo, su sistema de cajas recaudadoras⁸, integradas por un tesorero⁹, un contador¹⁰, un factor¹¹ y un veedor¹².

⁷ Las Audiencias que se crearon fueron los siguientes: Santo Domingo (1526), México (1527), Panamá (1535), Guatemala (1542), Lima (1543), Guadalajara (1548), Santa fe de Bogotá (1549), Charcas (1551), Santiago de Chile (1567), Quito (1661), Buenos Aires (1663), Caracas (1777), Cuzco (1777).

⁸ En total llegó a haber unas 50 en toda América.

⁹ Encargado del dinero recaudado.

¹⁰ Encargado de la administración y libros correspondientes.

¹¹ Se encargaba de las ventas y disponía de los tributos indígenas que se recibían en especies.

¹² Podía ejercerlo el factor u ser una persona distinta, controlaba la fundición de metales y el cobro del impuesto conocido como el quinto real.

Dependía, como toda institución en territorio americano, del Consejo de indias hasta la implementación del Sistema de Intendencias¹³. La documentación que produjo, sin lugar a dudas, fueron los diversos libros donde se dejaba constancia minuciosa de su actividad. La lista es muy larga, por lo que vamos a señalar sólo algunos:

Libro de razón general¹⁴; Libro común del cargo universal de Hacienda Real; Libro particular, de cada oficial; Libro de los que se saca de la Caja Real y debe volver a la misma; Libro de Tributos a la Corona; Libro de Acuerdos y muchos más.

Aunque, sin duda, para las ciudades coloniales la institución más representativa va a ser el Cabildo, en cuyo archivo va a quedar asentado el acto de fundación de la ciudad, considerado uno de los acontecimientos más solemnes en la vida colonial, rodeado de una serie de formalidades.

Una vez fundada se procedía a constituir el Cabildo que sería el órgano de gobierno de la ciudad y nombrar los primeros cabildantes, los que después se elegían anualmente entre los vecinos. Los miembros del cabildo cumplían diferentes funciones. El alcalde, era juez de primera instancia, si él no resolvía el pleito se podía apelar a la Real Audiencia y si ésta no lo resolvía podía seguirse en el Consejo de Indias y como último recurso el Rey. Otros funcionarios fueron los regidores, encargados de realizar la mayoría de las tareas dentro de la ciudad: controlar el abasto, los precios, las pesas y medidas, etc.

El tipo documental más importante producido por los cabildos fueron las Actas Capitulares. En ellas el escribano del cabildo dejaba constancia de todo lo que se trataba y además de la forma en que se votaba u opinaba cada miembro. Además en ellas se copiaba toda la correspondencia remitida y recibida, las reales cédulas recibidas, los contratos, resoluciones que se tomaban, etc.

También se llevaban otros libros – libro de cementerios, de cárcel, mercado, administración de los recursos propios, del hospital, etc.

Las instrucciones a los virreyes, gobernadores y cabildos, para asegurar que la creciente documentación administrativa estuviera organizada y lista para ser consultada por los funcionarios en todo el extenso imperio fueron constantes. (Tanodi, B., 2005a)

El siglo XVII irá marcando el comienzo de la decadencia española. La antigua preponderancia se va perdiendo principalmente por el surgimiento de los Borbones en Francia y los continuos fracasos militares en las guerras mantenidas para apoyar a los Habsburgos austriacos. Desde comienzos del siglo y hasta mediados del XVIII lo que existió fue un estado de consenso colonial no un estado absolutista, hubo venta de cargos y se permitió una creciente participación de los criollos en algunas instituciones como el Cabildo o las Audiencias. (Linch, 1991)

¹³ El Sistema de Intendencias fue una de las reformas de Carlos III.

¹⁴ En él se asentaba la razón general de la Real Hacienda, debía estar encuadernado y rubricado.

En la segunda mitad del siglo XVIII se da un nuevo proceso en las relaciones de España con sus posesiones. Especialmente a partir del reinado de Carlos III, España sufrirá la implementación del denominado Despotismo Ilustrado como sistema de gobierno. Este sistema tratará de utilizar el poder de la monarquía absoluta para llevar a cabo el programa renovador de la Ilustración.

Esto significó la aplicación de medidas concretas, conocidas como las reformas borbónicas, que fueron desde la creación de dos nuevos virreinos¹⁵, hasta la aplicación del sistema de intendencias. El objetivo fue aumentar la centralización y el control político colonial, se quiso terminar con la venta de cargos oficiales y hubo un esfuerzo por limitar la presencia de los americanos en el estado. (Emiliano, 1994)

Desde que empezaron a aplicarse las reformas durante el gobierno de Gálvez¹⁶ como ministro de Indias de Carlos III (1776-1789), la política regalista también consistió en la intromisión del rey y sus ministros en asuntos religiosos¹⁷. Las medidas de la Corona se efectivizaron con la expulsión de los jesuitas en 1767, lo que provocará descontento en aquellos sectores que estaban ligados a la Orden.

En el siglo XVIII, la nueva política aplicada por España intentó también reformar las Audiencias y los Cabildos, así como al sector financiero y el ejército, aunque los resultados fueron disímiles. La situación generó conflictos ya que las disposiciones eran tomadas en España, fuera del ámbito americano sin tener en cuenta ni la realidad, ni las necesidades de las colonias.

El reinado de Carlos IV será el comienzo de la decadencia del poder de los Borbones españoles. La invasión napoleónica permitirá que en América se inicien los movimientos revolucionarios que terminarán con la paulatina independencia de las colonias americanas durante el siglo XIX.

No podemos terminar esta ponencia sin referirnos a los escribanos¹⁸, quienes eran los encargados de la redacción de la mayoría de los documentos que emitían las autoridades que acabamos de mencionar.

Los requisitos para el cargo que estaban especificadas en la Ley de las Siete Partidas y otras posteriores, fueron reforzados por las Leyes de Indias¹⁹. Para actuar en las Indias

¹⁵ Los dos primeros fueron el Virreinato de Nueva España (México) y el Virreinato del Perú, que con las reformas se dividió en tres: una parte con capital en Lima, conservó la antigua denominación; el de Nueva España con capital en Santa Fe de Bogotá y el de Río de la Plata, con capital en Buenos Aires.

¹⁶ Gálvez había sido visitador en Nueva España entre 1765 y 1771 y era un buen conocedor de la situación americana.

¹⁷ En realidad la ingerencia real en los asuntos religiosos, estuvo presente desde la colonización a través del Real Patronato.

¹⁸ El término sirvió más para referirse a un funcionario que hoy llamamos secretario. Existieron en la Legislación Indiana y en la práctica innumerables puestos llevados al apelativo de escribanos, cuya enumeración sería demasiado larga, señalamos sólo algunos: escribanos de bienes de difuntos, de entrada de las cárceles, de la Santa Hermandad, etc

el escribano debía revalidar el título al llegar a América mediante un examen ante la Real Audiencia próxima al lugar donde iba a ejercer.

Veamos algunas clases de escribanos²⁰ que había en España y América:

Escribano del Rey o de la Casa Real: escribano encargado de hacer las cartas de los reyes, los privilegios y actos de la casa real, actuaba en su cancillería.

Escribano de Cámara del Consejo Real de las Indias: entre los funcionarios de ese organismo estaba incluido un escribano de Cámara de Justicia, que ejercía las funciones de secretario. A su vez, él tenía para que lo ayudara, un oficial mayor que debía ser también escribano.

Escribanos de la Casa de Contratación: esta institución tenía un escribano Mayor de Armada, escribanos de Naos, de Flota y Armada y cuatro escribanos de Cámara que debían entender en todos los asuntos, tales como los pleitos por avería, juicios, embargos, etc.

Escribano de Gobernación: era un funcionario auxiliar del virrey, gobernador o capitán general, ante quien se llevaban a cabo los asuntos y diligencias jurisdiccionales.

Escribano de Cabildo, Ayuntamiento o Concejo: eran escribanos públicos con funciones de secretarios, encargados de asistir a las reuniones de cabildo, escribir las actas, autorizar los acuerdos o resoluciones, llevar los libros.

Escribanos de Cámara: eran los que asistían a las salas de Justicia, a las Audiencias y Tribunales supremos para la sustentación de los asuntos civiles y criminales.

Escribano de Provincia y del Crimen: tenían como cometido las funciones propias de secretarios de lo judicial en ambas ramas: criminal y civil.

Escribanos de Minas y Registros: estos cargos eran proveídos por el rey, pero antes de entrar a ejercer los oficios al escribano se los sometía a un examen en la Real

¹⁹ Estas establecían que debían ser hombres libres, mayores de 25 años, poseer cierta fortuna para responder con ella si ejercían mal el oficio y en el caso de América, no podían ser indios, negros o mulatos.

²⁰ Escribano real o de su majestad fue el nombre genérico para todos los escribanos que habían llenado los requisitos establecidos por la ley y, por lo tanto, habían obtenido el fiat o autorización real correspondiente. Podía ejercer un cargo en cualquier territorio del Reino, Corte, Audiencia, etc.

Audiencia. También estaban los escribanos de Minas y Hacienda Real, residían en las fundiciones y debían llevar el control del oro y plata que se fundía.

Escribano Público: se empleaba en dos sentidos, uno para referirse al cargo de escribano como una función pública, en sentido general y otra para referirse específicamente a un cargo. En este sentido podía serlo en los juzgados de provincia, de visitas, de real hacienda, etc. Según la ley de las Siete Partidas “es el que escribe las cartas de ventas y compras, los pleitos y las posturas que los hombres ponen entre sí en las ciudades y en las villas”.

Escribano Público de Número: era el escribano público que ejercía sus funciones dentro de una jurisdicción a la que estaba asignado, de acuerdo al número de habitantes; tenía a su cargo la redacción y validación de las escrituras entre particulares, cartas de venta, donación, testamento, poder, etc. (Tanodi, B. 211)

El escribano debía llevar desde la época de Alfonso X un libro Registro que se conoce con el nombre de Protocolo²¹. Solía ser un libro encuadernado, de pliego de papel entero, en que se anotaba por su orden, casi siempre cronológico, las escrituras o instrumentos matrices que pasaban ante él. Era la escritura original que quedaba en poder del escribano firmada por los otorgantes y testigos, signada por él²². Los escribanos debían guardar siempre el protocolo con todas las escrituras, autos, informaciones y todos los demás instrumentos que pasaran ante ellos. Cada escribano lo conservaba en su notaría y al traspasar ésta a otro escribano también le entregaba los protocolos. Si abandonaba el lugar antes del traspaso debía dejarlo en el Cabildo, también si moría se depositaba allí, ya que la viuda o los herederos no podían quedarse con el libro de Protocolos.²³

A MODO DE CONCLUSIÓN

Tratándose del V Congreso de Archivos, no podemos finalizar esta ponencia sin hacer una breve mención a los Archivos Históricos especialmente a aquellos que concentran la documentación colonial hispanoamericana. Nos interesan sobre todo el Archivo de Simancas y el Archivo de Indias, por la estrecha vinculación que ambos tendrán, cada uno a su tiempo, con los documentos relacionados con América.

El Archivo de Simancas, ubicado a unos kilómetros de Valladolid, fue creado por Carlos I, bajo el nombre de “Archivo de los papeles de la Corona de Castilla”, por Real

²¹ Algunos diplomatistas hacen distinción entre registro, nombre que dan a cada escritura, y protocolo a la reunión de los registros. Sin embargo, de Las Leyes de Indias no se desprende una distinción de ambos términos

²² De ese libro se sacaban las copias para darlas a las partes interesadas.

²³ Todas estas disposiciones estaban regladas por las Leyes de Indias.

Cédula del 19 de febrero de 1543. Felipe II, por Ordenanza en 1588, lo transforma en el Archivo modelo de modernidad para la época, en cuanto a los principios archivísticos de respeto al origen de los fondos y el ordenamiento original dado por las oficinas productoras, cuyos inventarios llegaban al archivo.

El Archivo de Indias creado por Carlos III en 1781 para centralizar la documentación relacionada con las Colonias Americanas, es hoy el archivo más importante para conocer la historia de Hispanoamérica. Se eligió para instalarlo el edificio de la Casa de Contratación de Sevilla, tan estrechamente ligada al Nuevo Mundo, como lo vimos. En 1785, el 14 de octubre, en una expedición de 253 cajones, escoltados por un cabo y cuatros soldados, se trasladan del Archivo de Simancas, los primeros documentos indianos de los siglos XVI y XVII; del Consejo de Indias y la casa de Contratación debían enviarse aquellos documentos que fueran anteriores a 1760. (Tanodi, B. 1995a)

También son muchos y muy diversos los archivos existentes actualmente en América que conservan en mayor o menor número documentos históricos. La mayor parte de la documentación colonial que no está en España, se encuentra en los Archivos Nacionales a los que hay que agregar los archivos, departamentales o provinciales, los capitulares o municipales, hasta los eclesiásticos.

En ellos encontramos documentos relacionados con los más diversos temas: fundaciones de ciudades, organización de la Iglesia, la situación de los indios, el comercio, etc. No sin razón, los investigadores americanistas suelen llamar a América “la bien documentada”. (Tanodi, B. 2010)

BIBLIOGRAFIA

- Emiliani, J. (1994): Manual de Administración Indiana, Córdoba.
- Haring, C. H. (1963): The Spanish Empire in America, New York.
- Heredia Herrera, Antonia (1985): Recopilación de estudios de Diplomática Indiana, Sevilla
- Herrera, J. M. (2000): “El arte de la memoria”, en ALA-Revista de la Asociación Latinoamericana de Archivos, N° 23, Colombia, enero-diciembre.
- Hanke, L. (1980): Guía de las fuentes en Hispanoamérica para el estudio de la administración virreinal española en México y en el Perú, 1535-1700, Washington, OEA.
- Lynch, J. (1991): El siglo XVIII, Historia de España, XII, Barcelona.
- Muro orejón, Antonio (1960): Antonio de León Pinelo. “Libros reales de Gobierno y Gracias”, Sevilla.
- Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias, Tomo III, Libro VIII, Título VIII.
- Tanodi, A. (1968): Archivos de la Universidad nacional de Córdoba, en Guía de los Archivos de Córdoba, Universidad Nacional.
- Tanodi, B (1995a): “Los archivos históricos Latinoamericanos”, en Los archivos – memoria y conciencia de los pueblos, Buenos Aires, CIDA-FEPAI, 18-23.
- (1995b) Los archivos eclesiásticos durante la Colonia, en Revista del Archivo Arzobispal de Arequipa, N°2, 119-134.

----- (2005) “América la bien documentada”, en CDROM: Actas del 1º Simposio Electrónico Internacional – La cultura escrita en Ibero América y las ciencias sociales (siglos XV-XIX), UNC, Córdoba.

----- (2010) Escrituras de los pueblos originarios e Hispanoamericanas, Córdoba, Ed. Brujas.

----- (2011) “Elaboración de los documentos”, en Aproximaciones a las Fuentes Históricas de Córdoba Colonial – Paleografía y Diplomática. Córdoba, Ed. Brujas.

O ARQUIVISTA E A GESTÃO DO CONHECIMENTO: UM ESTUDO DE CASO DA MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E DA RESPONSABILIDADE HISTÓRICA EM SALVADOR

LOUISE ANUNCIACÃO F. DE OLIVEIRA

(soulouise@gmail.com)

RESUMO: O estudo busca identificar o nível de conhecimento e uso dos conceitos de memória organizacional e responsabilidade histórica pelos arquivistas de instituições públicas e privadas de Salvador na perspectiva da gestão do conhecimento. Destaca e tenta aprofundar, através de rigorosa revisão de literatura, o entendimento do significado de memória organizacional e responsabilidade histórica corporativa no âmbito da gestão do conhecimento. O estudo mostra uma reflexão sobre a visão desse assunto refletida, ou não, nos currículos acadêmicos das universidades do Brasil e de outros países. Um estudo de caso relata a realidade de Salvador quanto ao conhecimento e aplicação de memória organizacional e responsabilidade histórica corporativa na gestão do conhecimento. Revela como docentes e alunos do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia vêem a questão da gestão do conhecimento e dos dois conceitos usados na atualidade, bem como o modo como se dá a gestão do conhecimento nos arquivos públicos e arquivos empresariais estudados em relação a esses conceitos.

Palavras-chave: Memória organizacional, Responsabilidade histórica, Gestão do conhecimento, Arquivista-formação.

1 INTRODUÇÃO

Na era do conhecimento, é possível perceber o surgimento de novas demandas de informação dos diferentes atores que interagem com as empresas, representados pelos consumidores, clientes e pela sociedade civil. Para esses segmentos, a informação sobre as atitudes, ações e postura desenvolvidas pelas empresas, sejam elas públicas ou privadas, passa a ser de extrema importância para o estabelecimento de um relacionamento duradouro. Esse novo olhar sobre o comportamento das organizações faz com que surja uma nova era na gestão das empresas: a da gestão responsável.

Esse cenário vem sendo marcado por dois novos conceitos, o de memória organizacional e o de responsabilidade histórica corporativa, que ressaltam a compreensão dos gestores do seu papel histórico na sociedade, no seu segmento de negócios e na esfera interna da empresa.

Nessa direção, este estudo trata desses dois conceitos na perspectiva da gestão do conhecimento. Com base na revisão de literatura, aborda a gestão do conhecimento como um modelo estratégico, com técnicas, processos e profissionais especializados. Nessa categoria de profissionais se insere o arquivista, que deve integrar uma equipe multidisciplinar e ser possuidor de competências, adquiridas tanto na formação básica da graduação quanto em sua educação continuada, para atuar no contexto da era do conhecimento e da gestão responsável.

Assim, o estudo se justifica por entender que a memória organizacional e a responsabilidade histórica são fenômenos sociais recentes, que necessitam de aprofundamento conceitual, gerando conhecimento para alimentar a teoria e a prática. A revisão de literatura realizada indica que a memória organizacional e a responsabilidade histórica são elementos importantes no processo de gestão do conhecimento empresarial e, por isso, são essenciais para as organizações enfrentarem os atuais desafios. Esse fato ressalta a relevância desse conhecimento para os campos da Arquivologia e da Ciência da Informação.

Nesse sentido, se elege como tema a memória organizacional e a responsabilidade histórica na perspectiva da gestão do conhecimento na formação dos arquivistas na Universidade Federal da Bahia e se formula o problema de pesquisa: O arquivista está capacitado para atender à demanda contemporânea da gestão do conhecimento no mundo do trabalho?

O aprofundamento do tema e a investigação do problema proposto são norteados por objetivos que conduzem a conhecer a realidade da formação do arquivista na Universidade Federal da Bahia na direção da gestão do conhecimento, integrando a memória organizacional e a responsabilidade histórica corporativa. Desse modo, tem por objetivo geral identificar o nível de conhecimento e uso dos conceitos de memória organizacional e responsabilidade histórica pelos arquivistas de instituições públicas e privadas de Salvador na perspectiva da gestão do conhecimento. Objetivos específicos complementam o conhecimento dessa realidade: a) averiguar se os alunos do Curso de Arquivologia da UFBA e os arquivistas que atuam em Salvador possuem capacitação nas questões de memória organizacional e responsabilidade histórica na perspectiva da gestão do conhecimento; b) examinar o entendimento dos alunos e professores do Curso de Arquivologia da UFBA e dos arquivistas, objeto deste estudo, sobre as questões de memória organizacional e responsabilidade histórica na esfera da gestão do conhecimento; c) analisar se os alunos e professores do curso de Arquivologia da UFBA e os arquivistas atuando no mercado de trabalho investem em educação continuada com ênfase nas questões de memória organizacional e responsabilidade

histórica; d) verificar nos arquivos públicos e empresariais de Salvador se há uma consolidação e registro da memória organizacional na dimensão da responsabilidade histórica.

2 A FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO

As mudanças na sociedade do conhecimento evidenciam a importância de valorizar a informação e o conhecimento como ativos principais das organizações. Nesse contexto evidencia-se o conceito contemporâneo da gestão do conhecimento:

Gestão do conhecimento é, em seu significado atual, um esforço para fazer com que o conhecimento de uma organização esteja disponível para aqueles que dele necessitem, quando se faça necessário, onde se faça necessário e na forma como se faça necessário, com o objetivo de aumentar o desempenho humano e organizacional (TERRA, 2001, p. 245 e 246).

Assim, no Brasil, a gestão do conhecimento vem ganhando reconhecimento e solidez no mundo do trabalho como assinala Moresi (2006). Diante desse contexto, foi criada em maio de 2001 a Sociedade Brasileira de Gestão do conhecimento (SBGC)¹.

No Estado da Bahia, no ano de 2003, a instalação do núcleo regional da SBGC foi o ponto de partida das práticas de gestão do conhecimento. Nesse cenário, o Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia estava se inserindo no contexto da gestão do conhecimento, em processo inicial de reflexão, através da presença de seus docentes na instalação da SBGC. Examinando o currículo de 2004.1 do curso de Arquivologia, contudo, percebe-se que não se aborda a questão da gestão do conhecimento, o que se pressupõe seja em função do tempo hábil de sua alteração.

No entanto, ao analisar essa matriz curricular, percebe-se que os professores poderiam abordar a gestão do conhecimento nas disciplinas Fundamentos da Informação, Introdução à Administração, Administração de Unidades de Informação, Políticas de Arquivos, Gestão de Arquivos e Serviços Arquivísticos, Qualidade em Serviços de Informação e Redes e Sistemas de Informação. Assim, a idéia seria ajustar o enfoque da gestão do conhecimento à filosofia, ao objetivo e conteúdo programático dessas disciplinas, preparando o discente para o aprofundamento da gestão do conhecimento em uma disciplina específica.

1

A importância dos docentes abordarem a gestão do conhecimento nas disciplinas que lecionam representaria uma contribuição na formação dos futuros arquivistas que assim poderiam atender à demanda do cenário da gestão do conhecimento no Brasil e na Bahia, no qual as organizações necessitam de profissionais habilitados para a prática da gestão do conhecimento.

Dessa maneira, significativa contribuição na capacitação dos profissionais deve ser dada pela universidade. Em primeiro lugar, os conteúdos formadores do arquivista não devem estar apoiados no paradigma do acervo, ao contrário, devem ter a ênfase na informação. É necessário que o ensino de Ciência da Informação, tanto o de formação básica como continuada, adote o modelo da gestão do conhecimento atrelada à gestão da informação. Em segundo lugar, a universidade deve buscar um maior diálogo com o mundo do trabalho, onde serão inseridos os profissionais formados para atuar na sociedade, conforme aponta Masetto:

Não defendemos que a universidade esteja se submetendo às exigências do mercado de trabalho, uma vez que ela, como instituição educadora, tem seus próprios objetivos e autonomia para encaminhá-los. Nem por isso, porém, ela poderá se fechar em si mesma e, dessa posição, definir o que seja melhor para a formação de um profissional de hoje e para os próximos anos. Terá de abrir bem os olhos, ver muito claramente o que está se passando na sociedade contemporânea, analisar seus objetivos educacionais e, então, encaminhar propostas que façam sentido para os tempos atuais (MASETTO *apud* VALENTIM, 2002, p. 129).

Ademais, para atuar no terceiro milênio, com qualidade, o profissional da informação deve investir na sua permanente capacitação, buscando os conhecimentos necessários para a melhoria de suas atividades profissionais e inovação qualitativa contínua (VALENTIM, 2002).

Nesse contexto, verifica-se a interdisciplinaridade da gestão do conhecimento. É importante que o profissional da informação reconheça que a gestão do conhecimento é uma prática que implica no conjunto de saberes de outras áreas. Ou seja, embora a gestão do conhecimento seja considerada uma ferramenta da administração contemporânea, traz em sua essência conexão com a psicologia, a educação, a informática, a ciência da informação e outros campos do saber.

A gestão do conhecimento, além de fazer conexão com as áreas do conhecimento citadas, tem relação concreta com a memória organizacional e com a responsabilidade histórica, objeto de abordagem neste estudo.

A importância da familiaridade com as expressões memória organizacional e responsabilidade histórica corporativa no âmbito das universidades, em diferentes países, para

uma conseqüente aplicação no mundo do trabalho, despertou para uma reflexão sobre a visão desse assunto refletida, ou não, nos currículos acadêmicos.

A inserção do tema gestão do conhecimento nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil ainda é pouco expressiva. Por outro lado, os cursos de graduação em Biblioteconomia enfatizam mais essa questão em seus currículos. Já no exterior, os cursos de graduação em Arquivologia dão maior destaque à gestão do conhecimento, podendo-se destacar países como Argentina, Costa Rica, Croácia, México, Peru, Taiwan, Uruguai e Venezuela.

A inclusão do tema gestão do conhecimento nos cursos de pós-graduação em Arquivologia, tanto no Brasil quanto no exterior, é pouco significativa. Os cursos de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento, em nível de especialização e mestrado, são os que mais tratam do assunto.

3 GESTÃO DO CONHECIMENTO, MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E RESPONSABILIDADE HISTÓRICA

Na era do conhecimento e da gestão responsável, a sistematização eficaz do conhecimento de uma organização torna-se imprescindível para a perpetuidade da mesma. Para tanto, deve-se investir tempo, esforço e dinheiro para conhecer, entender, tratar, disseminar e utilizar com propriedade, profundidade e visão estratégica os materiais que retêm acontecimentos, experiências e saberes que definem a identidade de determinada organização (NASSAR, 2007).

Nessa perspectiva, o domínio do conhecimento que flui internamente nas organizações é um desafio significativo para as mesmas, conforme afirma Moresi (2006). O conhecimento das pessoas que constituem uma organização apresenta-se de formas tácita e explícita. O conhecimento tácito é “o resultado da aprendizagem subjetiva e experimental e geralmente não é documentado” (MORESI, 2006, p. 285). Como exemplo, pode-se citar as experiências dos recursos humanos, as lições aprendidas, experiências de processos, dentre outros. Por sua vez, o conhecimento explícito relaciona-se ao “conhecimento técnico, racional e objetivo e geralmente é documentado” (MORESI, 2006, p. 285).

A sistematização do conhecimento organizacional é feita por intermédio de um repositório denominado memória organizacional, que é considerada como um pré-requisito para a efetiva gestão do conhecimento corporativo, de acordo com Moresi (2006, p. 291).

Dessa forma, a gestão do conhecimento apóia a memória organizacional nas questões de armazenamento, processamento e disseminação do conhecimento, fazendo com que a memória organizacional configure-se como um “sistema de informações representativo da cultura da empresa, da sua trajetória e transformação ao longo do tempo” (BEM-VINDO..., 1997, p. 54).

Então, observa-se que a memória organizacional pontua a responsabilidade corporativa (NASSAR, 2007). Nesse sentido, Nassar (*apud* SILVA, 2007, p. 3) posiciona-se:

Responsabilidade histórica é o conjunto das responsabilidades corporativas (social, ambiental, comercial e cultural) e revela como essas responsabilidades foram assumidas ao longo do tempo pelas organizações. É uma espécie de portfólio de ações sustentáveis.

Completando Nassar, Fonseca (*apud* SILVA, 2007, p. 3) afirma que para ter responsabilidade histórica, a gestão empresarial deve estar comprometida em “registrar, preservar e disseminar” a memória organizacional. Os gestores das organizações devem perceber que a busca pela responsabilidade histórica está relacionada com a inclusão da memória organizacional na perspectiva da gestão do conhecimento.

Nesse sentido, a figura a seguir elucida a relação entre memória organizacional, gestão do conhecimento e responsabilidade histórica, a partir da adaptação do fluxograma de Abecker (*apud* MORESI, 2006, p. 278):

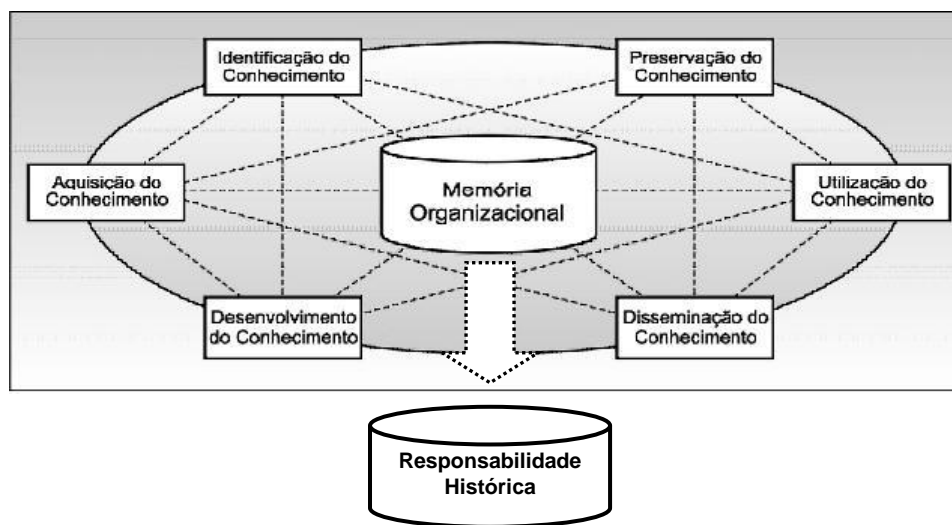


Figura 1: Adaptação do fluxograma de Abecker.

Fonte: ABECKER *apud* MORESI, 2006, p. 278.

A partir da figura 1, percebe-se que investir na recuperação, tanto de sua própria história quanto da história do seu estado e do país, significa engajar-se com afinco na preservação do patrimônio material e imaterial da organização e da região ou ramo do negócio no qual a companhia está inserida, bem como atentar-se para a sistematização e disponibilização desse acervo que demarca, ao longo do tempo, a atuação empresarial no âmbito social, ambiental, cultural e econômico perante todos os seus integrantes e a sociedade.

4 METODOLOGIA

A busca por entender a questão conceitual de memória organizacional e responsabilidade histórica e sua aplicação nos arquivos públicos e empresariais de Salvador levou ao desenvolvimento de uma pesquisa de natureza aplicada, que utiliza procedimentos exploratórios, com enfoque qualitativo e quantitativo.

A metodologia utilizada para atingir os objetivos da pesquisa se inicia com uma revisão de literatura para conhecer o estado da arte do tema no Brasil, sustentar a fundamentação teórica, bem como fornecer os pressupostos básicos para a comparação com os dados levantados em campo. Percebe-se que o tema não é muito difundido e isso despertou o interesse em aprofundar e contribuir com o estudo nessa área do conhecimento.

Nessa perspectiva, observa-se que tratam da memória organizacional os autores Elizabeth Totini, Cláudia Fonseca, Élide Gagete, Nara Damante, Adriano Maricato, Márcio Polidoro e Eduardo Moresi. Por sua vez, discorrem acerca da memória organizacional na perspectiva da gestão do conhecimento os autores Eduardo Moresi e Eduardo Lapa. A responsabilidade histórica é abordada pelos autores Paul Thompson, Paulo Nassar e Cláudia Fonseca, sendo que Paulo Nassar aborda ambos os conceitos.

Também foi realizada visita aos *websites* das universidades brasileiras e estrangeiras com curso de graduação e pós-graduação em Arquivologia, com o objetivo de analisar os currículos dessas instituições educativas e verificar quais estavam incluindo as questões da memória organizacional e da responsabilidade histórica nos componentes curriculares. Para efeito de comparação, esse levantamento incluiu cursos de graduação e pós-graduação em Biblioteconomia, Ciência da Informação, Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento.

A busca dessas informações foi realizada a partir do portal do Ministério da Educação e no Diretório *Information Research*.

A revisão de literatura foi seguida pela pesquisa de campo que se caracteriza como estudo de caso. O universo de estudo é composto de cinco instituições, iniciando-se pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, seguido do Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo Histórico Municipal de Salvador e arquivos empresariais das instituições afiliadas à Associação Brasileira de Comunicação Empresarial: a Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa – e a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba.

No Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia buscou-se saber se o currículo do curso de Arquivologia está abordando as questões de memória organizacional e responsabilidade histórica na perspectiva da gestão do conhecimento. Estudar os arquivos públicos deve-se à sua relevância na guarda e disseminação da memória das instituições públicas do Estado da Bahia. A opção pelas instituições afiliadas à Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE) refere-se ao papel pioneiro dessa associação na análise e reflexão do tema estudado, o que demonstra a sua preocupação em provocar o avanço desse conhecimento.

A população estudada neste universo representa o total de quarenta e nove entrevistados, sendo: três gestores dos arquivos públicos; dois gestores dos arquivos das empresas privadas; três arquivistas dos arquivos públicos; três arquivistas nas empresas privadas; dez docentes e vinte e oito alunos do curso de Arquivologia do Instituto de Ciência da Informação.

O critério adotado para a seleção dos docentes foi lecionarem no Curso de Arquivologia e possuírem afinidade com o tema. Por sua vez, para a seleção dos discentes, o critério foi haverem ingressado entre 2004 e 2007. Para conhecer esse universo, buscou-se no Colegiado do Curso de Arquivologia listagem de alunos matriculados no período letivo 2008.2 que fornece uma visão completa do período de interesse do estudo. A razão do critério é investigar os alunos ingressos em 2004 que, em 2008, são os formandos subordinados ao currículo em vigência, em que se busca estudar os conceitos de memória organizacional e responsabilidade histórica. Já os alunos que ingressaram em 2007, pelo fato de estarem no meio do curso, portanto com oportunidade de haverem tido acesso a esses conceitos. A investigação entre os alunos foi feita por amostragem probabilística do tipo aleatória simples.

Com isso, aos alunos do período de 2004 a 2007 foi atribuído um número, perfazendo cento e trinta e seis, e 20% foi a proporção estipulada para estudo, o que totalizou vinte e oito alunos.

Para a coleta dos dados no campo, o instrumento utilizado foi o questionário semi-estruturado, composto de dados gerais e questões específicas da pesquisa. A aplicação foi precedida de pré-teste para avaliação da compreensão dos seus termos, sendo acolhidas as sugestões apresentadas.

Coletados os dados foi realizada a análise e discussão dos dados, com base nas variáveis presentes nos objetivos propostos para a investigação.

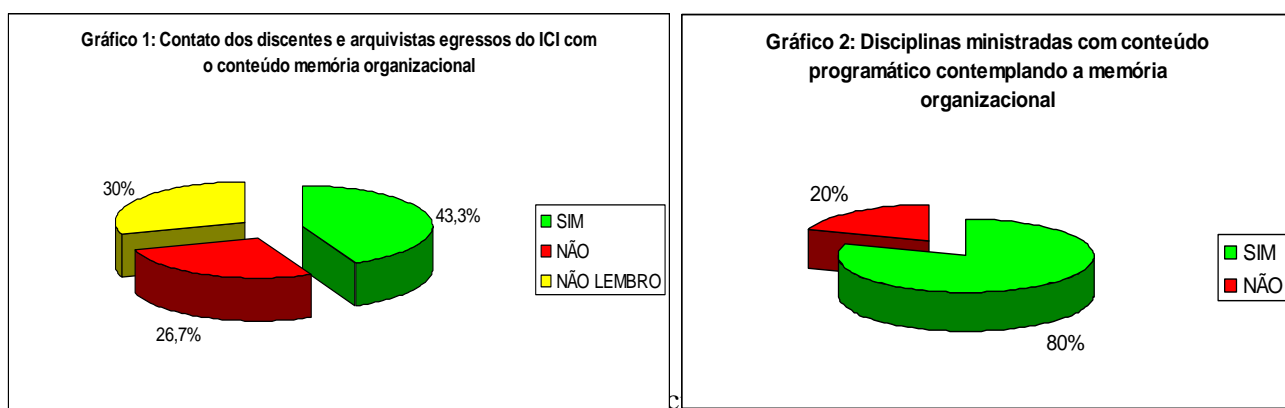
A pesquisa, apesar do rigor utilizado nos procedimentos empregados, apresentou algumas limitações:

a) na fundamentação teórica a busca nos sítios de algumas universidades brasileiras e estrangeiras foi limitada pelos fatores idioma de pouco domínio, matriz curricular e ementas não disponíveis e páginas fora do ar ou em construção;

b) na pesquisa de campo a aplicação do questionário não pôde ser feita em todas as empresas afiliadas à ABERJE em Salvador, por não existir arquivos empresariais nesses locais, reduzindo o estudo aos dois arquivos acima referidos.

4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

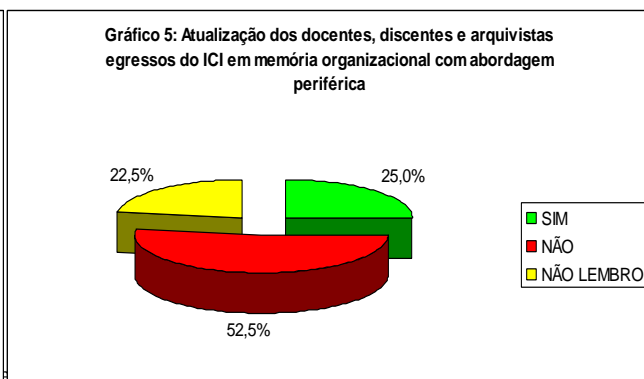
A coleta e análise dos dados ofereceu importante subsídio à compreensão do problema de pesquisa e questões do seu entorno que influenciam esse entendimento.



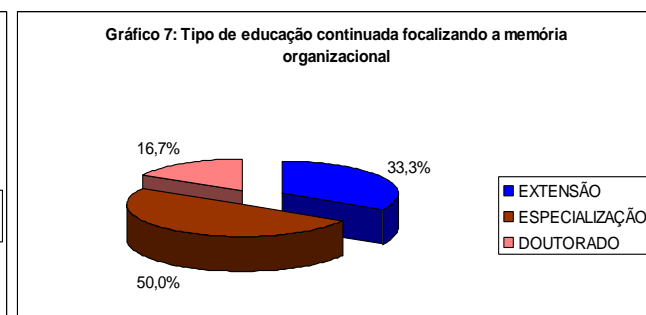
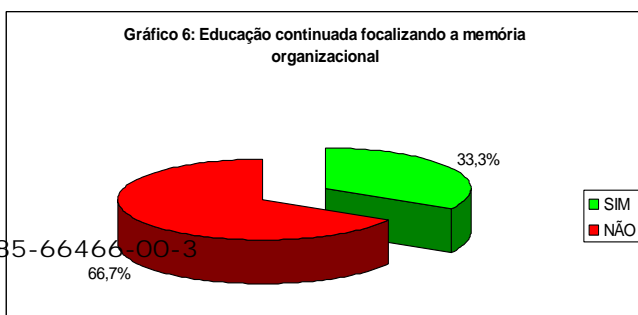
contato na graduação com esse conteúdo, ao somar os que afirmam não e não lembro obtém-

se 56,7%, percentual muito expressivo. Esse dado é comprovado pela análise do currículo de 2004.1: apesar da maioria dos docentes considerarem que as disciplinas que ministram tratam do assunto, constata-se que a memória organizacional não consta do conteúdo programático dessas disciplinas. Daí conclui-se que o contato dos discentes que afirmam sim deva ter sido através dos comentários dos professores nas disciplinas que lecionam.

Os docentes, discentes e arquivistas egressos do ICI conhecem a expressão memória organizacional. 45,7% entendem o que ela representa, ou seja, que ela retrata a gênese e desenvolvimento da organização ao longo da sua trajetória. Entretanto, 25,7% vinculam a memória organizacional apenas a sua forma explícita, de natureza documental. Apenas 22,9% vinculam simultaneamente a memória as suas formas tácita e explícita. E 5,7% deles não vinculam nem a parte tácita, nem a explícita.



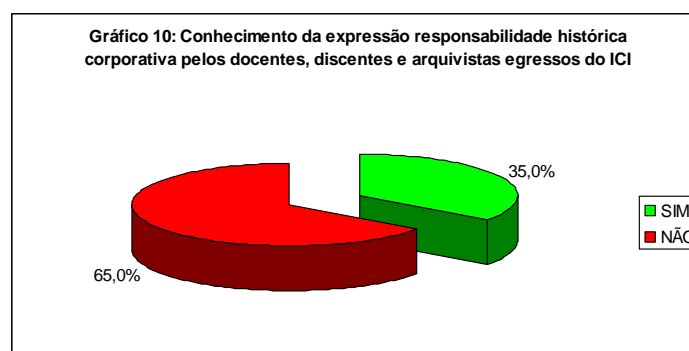
egressos não realizam cursos ou participam de eventos que focalizem a memória organizacional. Contudo, quando se trata de cursos ou eventos que abordam periféricamente o assunto, o percentual dos participantes aumenta. É necessário que esses sujeitos da pesquisa invistam continuamente nessa questão para que obtenham um melhor desempenho em suas atividades e tenham uma visão mais ampla e global do seu papel nas organizações.



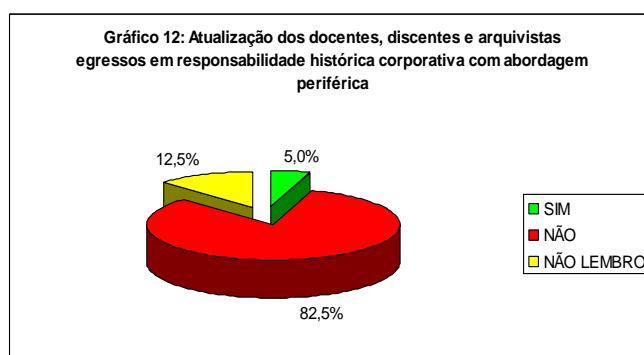
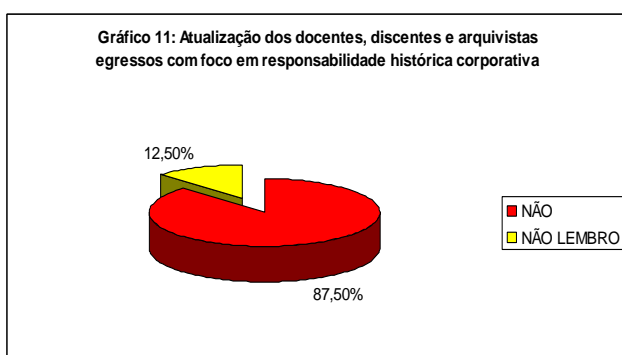
A análise dos gráficos 6 e 7 permite constatar que a maioria dos docentes e arquivistas egressos não fez pós-graduação focalizando a memória organizacional. Dentre os que fizeram, destacam-se os cursos de especialização como os que mais focalizam a memória organizacional, seguidos pelos de extensão, mestrado e doutorado. A predisposição para realizar educação continuada nesse tema é essencial para os docentes manterem-se atualizados e, por sua vez, enriquecerem o conteúdo das aulas ministradas e o processo de aprendizagem. Para os arquivistas egressos possibilitará o amadurecimento profissional e o desenvolvimento de habilidades na perspectiva da gestão do conhecimento.



Quanto à capacitação em responsabilidade histórica corporativa, os discentes e egressos do ICI afirmam não terem tido contato com esse conteúdo na graduação em Arquivologia do ICI. Isso é comprovado pelos docentes no gráfico 9. Assim como aconteceu com a memória organizacional, a responsabilidade histórica não consta do conteúdo programático das disciplinas do curso. Contudo, os docentes, com sua experiência profissional, vinculam quando surge a oportunidade, esse assunto ao conteúdo que está sendo ministrado, contribuindo para uma melhor capacitação dos futuros arquivistas.



O percentual dos que conhecem a responsabilidade histórica corporativa é menor do que o de memória organizacional. Contudo, para 58,8% entendem o que a responsabilidade histórica corporativa representa: o compromisso de todos da organização com a construção e conservação da memória organizacional. Para 29,4% essa preservação da memória organizacional é uma contribuição tanto à própria organização quanto à sociedade. Assim, constata-se que estabelecem o vínculo entre a responsabilidade histórica e a memória organizacional. Apenas 11,8% compreendem que a responsabilidade histórica corporativa é observada ao longo da trajetória de vida da organização, que é o sentido literal da expressão.



De acordo com os gráficos 11 e 12, os docentes, discentes e arquivistas egressos não realizaram cursos ou eventos que focalizassem a responsabilidade histórica corporativa. Cenário menos animador do que o de memória organizacional, em que há, pelo menos, um pouco de participação. Quando se refere a cursos ou eventos que tratam periféricamente o assunto, assim como ilustrado no gráfico 5 da memória organizacional, a participação aumenta.

Os docentes e arquivistas não fizeram pós-graduação focalizando a responsabilidade histórica corporativa. Com o cenário em que poucos conhecem a expressão, poucos participam de cursos e eventos sobre o assunto e nenhum fez curso de pós-graduação focalizando essa questão, sente-se a necessidade de que esses profissionais detenham mais atenção a esse assunto.



De acordo com os gráficos 13 e 14, os arquivos empresariais e públicos realizam o registro sistemático da memória organizacional na perspectiva da responsabilidade histórica.

Os arquivos empresariais realizam o registro da memória organizacional com o setor de comunicação dessas empresas. Baseados nos materiais históricos, o setor de comunicação é o responsável por elaborar os produtos de comunicação, como relatórios anuais, balanços sociais, livros institucionais, jornais empresariais, revistas, dentre outros.

Na opinião desses entrevistados, as empresas cumprem a sua responsabilidade histórica pois preservam a memória organizacional, guardando de forma organizada e preservando ao longo do tempo, com o uso da tecnologia, um rico material que retrata a história do crescimento e desenvolvimento do Estado da Bahia. Além disso, as empresas divulgam essa memória através da publicação de produtos literários que são disseminados entre os empregados e para a sociedade. Apenas uma entrevistada nas empresas acredita que a empresa não cumpra a sua responsabilidade histórica, pois a constante mudança no corpo diretivo prejudica a preservação da memória organizacional.

No Arquivo Histórico Municipal de Salvador, a memória organizacional é organizada em diferentes setores de acordo com o seu suporte. Desse modo, o acervo audiovisual, como filmes, vídeos, discos e fitas são custodiadas no setor de arquivos audiovisuais. O acervo bibliográfico é organizado pelo setor de arquivos impressos e biblioteca e o acervo arquivístico em suporte papel é custodiado nos setores de arquivos correntes e intermediários e arquivos permanentes.

No Arquivo Público da Bahia, o registro da memória organizacional é feita por intermédio de relatórios mensais, semestrais e anuais e pela gestão documental. Embora com limitações como falta de verba, espaço e climatização, os arquivos públicos cumprem a sua responsabilidade histórica, na medida em que mantêm a documentação de guarda permanente organizada, preservando a história da cidade, do Município e do Estado. Desse modo, a responsabilidade histórica é com a disseminação e democratização do conhecimento, sem restrição de acesso e transparência na tomada de decisão, embasando-se sempre nas memórias organizacional e institucional.

Com relação ao significado de memória organizacional, os gestores dos arquivos públicos e empresariais demonstraram ter conhecimento sobre o tema. O conceito de memória organizacional apresentado por quatro (4) deles é parcial, pois o correlacionam apenas à sua

expressão material, não citando a sua expressão não-material, relacionada principalmente aos relatos orais. Tanto que três (3) desses profissionais afirmam que a memória organizacional é o “registro” da história de vida de uma instituição. Nesse sentido, dois (2) entrevistados completam o exposto ao afirmarem que a memória organizacional é o conjunto de “instrumentos” (impressos, digitais, vídeos) que consegue agrupar todas as informações que exemplificam a missão.

Na afirmação desses entrevistados, já se consegue observar que, apesar de ainda não vincularem a memória à sua expressão não-material, eles entendem a correlação entre memória e identidade corporativa. Nesse aspecto, um (1) entrevistado corrobora, uma vez que diz que a memória organizacional é composta por todas as informações que a instituição vai reunindo ao longo do tempo, formando tanto a sua identidade quanto a sua cultura. Deste modo, por ser a base para a consolidação da identidade e da cultura corporativa, a memória organizacional confere unidade ao permitir que, mesmo com as mudanças dos tempos, a empresa não perca a sua essência.

Apenas um (1) entrevistado conseguiu, concomitantemente, caracterizar a expressão material e não-material da memória, ao falar que ela é composta pelas informações da instituição, seja de maneira impressa (física), oral ou eletrônica.

Apenas um (1) dos entrevistados percebeu que a memória organizacional é fruto de conhecimento acumulado, visto que atrela o seu conceito ao de gestão do conhecimento corporativo, ressaltando a importância desse elo indissolúvel: “Se temos uma empresa preocupada com a gestão do conhecimento, teremos memória institucional”. Completando o apresentado, um (1) dos entrevistados resume o significado da memória organizacional, já o trazendo formalizado, no caso, em uma política de desenvolvimento do acervo do arquivo institucional. O conceito explicitado nessa política contribui para a seleção dos documentos que vão compor a memória organizacional, o que acaba por favorecer a preservação da mesma e a difusão do conhecimento. Essa reflexão demonstra a necessidade de definir o conceito de memória organizacional para que o processo de seleção dos documentos, por parte da equipe multidisciplinar, não se torne um procedimento ao acaso. Desta maneira, os conceitos de memória estabelecidos por essa instituição são subdivididos em três, conforme apresentado a seguir:

- a) Memória histórica é uma coleção de documentos que resgata dados históricos sobre uma área do conhecimento;
- b) Memória organizacional é uma coleção específica, constituída por documentos, sob qualquer forma, qualquer suporte, versando seu conteúdo sobre a empresa ou por ela produzido. Refere-se às informações armazenadas da história de uma organização que pode ser utilizadas

para dar suporte às decisões sistêmicas; c) Memória técnica é uma parte específica da memória organizacional, constituída de documentos técnicos sob qualquer forma e qualquer suporte, versando seu conteúdo sobre as áreas de atuação da empresa ou por ela produzidos.

Esses conceitos corroboram para o entendimento da abrangência da memória organizacional. Eles demonstram que, além dos conteúdos produzidos pela empresa, as informações sobre a área do conhecimento a que a empresa está vinculada, ou seja, o setor de atuação, compõem a memória organizacional. O conceito de memória organizacional também inclui uma de suas importâncias que é a de “dar suporte às decisões sistêmicas”.

A importância da memória organizacional é reconhecida pelos entrevistados. A importância mais citada, conforme apresentada por cinco (5) deles, é que ela reforça o vínculo existente entre identidade e cultura organizacional. Dessa forma, segundo esses entrevistados, a memória é o alicerce para a consolidação da cultura, que por sua vez auxilia no cumprimento da identidade corporativa. Nesse sentido, se não tiver resgate da memória e um entendimento coletivo da trajetória empresarial, a empresa não vai conseguir concretizar sua missão e visão. Da mesma forma, acrescenta-se que a relação entre esses três elementos é extremamente necessária para que a empresa sobreviva em um mercado cada vez mais competitivo e de constantes desafios e incertezas. Sendo assim, a memória possibilita que a empresa mantenha os seus referenciais e princípios e se perpetue no seu mercado de atuação.

Cinco (5) entrevistados também pontuaram outra importante função da memória organizacional, que é permitir conhecer os erros e acertos, exemplos do passado, como referência para o planejamento de ações do presente e do futuro. Essa opinião possibilita fazer uma alusão à metáfora do arco e da flecha expressa na literatura e bem caracterizada no discurso de um dos cinco entrevistados: “sem o passado, o presente e o futuro não são construídos”.

Dessa forma, um desses cinco (5) profissionais resume essa importância: “a memória organizacional seria o resultado de um olhar atento sobre o presente, mas que se volta para o passado, buscando preservá-la para o futuro”. Ademais, outro desses entrevistados finalizou ressaltando que a memória organizacional é fonte de conhecimento e pesquisa para as futuras gerações e futuros gestores. Acrescenta-se que a memória é fonte de pesquisa também para atuais gerações e gestores, uma vez que ela remete ao presente, passado e futuro. Esse mesmo entrevistado cometeu semelhante equívoco, ao afirmar que a memória é referência de trabalho apenas para os novos funcionários, para que eles possam trabalhar na mesma linha do que já foi feito e possam conhecer o que aconteceu antes na empresa. De acordo com a literatura, o correto seria dizer que a memória é referência de

trabalho para todos os funcionários, tanto novos como antigos, uma vez que lhes permite fazer um retrospecto do que acontece e aconteceu em todas as áreas e setores da empresa. Portanto, a memória contextualiza-os à empresa, isto é, possibilita que os integrantes da empresa vislumbrem o que se espera deles e o papel que têm que desempenhar. Por isso, os funcionários precisam se interar e se apropriar desse conhecimento acumulado, fornecido pela memória organizacional, para entenderem a relevância do seu trabalho hoje para a perpetuidade dos negócios da empresa. Devido a essa importância, o mesmo entrevistado demonstra a necessidade de criação de um lugar de memória, como por exemplo um centro de memória, que resguarde a memória da empresa, na qual se inclui a memória da comunicação. A criação desses lugares de memória no ambiente corporativo é essencial para sistematizar e fornecer um tratamento adequado a todo o acervo que compõe a memória organizacional.

A função social foi outra importância assinalada por quatro (4) dos profissionais. Observou-se que eles, mesmo sem citar, estabeleceram um vínculo entre memória e responsabilidade histórica. Assim, segundo eles, a memória permite colocar a empresa no seu nascedouro e a partir disso é possível analisá-la hoje, depois de anos de sua fundação, vendo o que ela conseguiu produzir e o papel que exerceu ao longo de sua trajetória, tanto para o público interno quanto externo. É exatamente a partir desse retrospecto propiciado pela memória, que a relação entre ela e a responsabilidade histórica se concretiza. Por isso, a empresa tem que retratar e disseminar a sua memória para esses públicos, dando a sua contribuição para a evolução do estado e da sociedade como um todo. Deste modo, a memória possibilita que a empresa se legitime perante os funcionários e a sociedade, visto que mostra o porquê da existência da empresa e sua importância para o crescimento do estado e do país. É o verdadeiro comprometimento com a memória, tanto institucional quanto do estado e do país, que faz refletir o cumprimento da missão social da empresa e garantir sua sobrevivência e perpetuidade.

Outra importante função da memória, ressaltada na literatura e citada por apenas dois (2) entrevistados refere-se ao reforço do sentimento de pertença do grupo. Essa função deveria ter sido citada por mais profissionais, uma vez que é essa sensação de integração, de pertencimento que estimula as equipes a trabalharem juntas, com sentimento de grupo, de unidade, em busca de um mesmo resultado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa empenhou-se em conhecer a realidade na Universidade Federal da Bahia sobre a capacitação do arquivista, através do Curso de Arquivologia, no sentido de atender a demanda contemporânea da gestão do conhecimento no mundo do trabalho.

O estudo constatou que o currículo do Curso de Arquivologia aborda sucintamente a gestão do conhecimento, com disciplinas em que o conteúdo programático não aprofunda o assunto nem contempla as questões de memória organizacional e responsabilidade histórica. Desse modo, o contato dos discentes com esses temas fica restrito aos comentários dos docentes em algumas disciplinas de forma superficial.

No transcurso da pesquisa verificou-se que apesar de entenderem o que a memória organizacional e a responsabilidade histórica representam, os docentes, discentes e arquivistas têm uma compreensão parcial do conceito de memória organizacional, pois a maioria ainda a vincula somente à sua expressão material. A imaterialidade que também a caracteriza é pouco conhecida.

Diante dessa constatação, sugere-se que os docentes, discentes e arquivistas invistam continuamente no aprofundamento dessas questões, através de cursos de atualização. Essa disposição de busca incessante por conhecimentos nessa área é muito importante para que os profissionais se capacitem melhor para atuar em prol das organizações públicas e privadas e da sociedade contemporânea.

Desse modo, os resultados da pesquisa sugerem que os conceitos de memória organizacional e responsabilidade histórica sejam mais explorados no meio acadêmico do ICI/UFBA. A iniciativa dessa Unidade de Ensino em aprofundar a gestão do conhecimento na pós-graduação deve incluir a graduação, assim como já acontece em algumas universidades brasileiras e estrangeiras.

Para isso, o colegiado do curso precisa incluir essas questões na formação do arquivista, capacitando-o para uma visão crítica de sua participação nas organizações, dando-lhe condições de atuar de forma mais ampla e global no que tange à consolidação da memória organizacional em auxílio às organizações, no exercício da sua responsabilidade histórica.

Dessa maneira, sugere-se a inclusão no currículo de disciplina específica que discuta com aprofundamento os conceitos de memória organizacional e responsabilidade histórica e que algumas disciplinas contemplem essas questões na perspectiva da interdisciplinaridade. Este cenário será propício para que o arquivista amplie seu leque de atuação, garantindo uma

participação integrada e multidisciplinar no resgate e manutenção da memória dentro do ambiente corporativo.

Com o resultado deste estudo se pretende deixar uma contribuição concreta ao currículo do Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia e oferecer uma reflexão a ser feita, por esta e outras universidades, sobre o conhecimento e a possibilidade de adoção dos novos conceitos aqui tratados de interesse para a gestão do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BEM-VINDO AO PASSADO. Revista Comunicação Empresarial, São Paulo, ano 7, n. 25, 4º trimestre de 1997, p. 54-58.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Memória organizacional e gestão do conhecimento. In: TARAPANOFF, Kira (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006. p. 277-302.

NASSAR, Paulo. **Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2007.

SILVA, Graziela. O resgate das raízes corporativas. **Publicação da Fundação Bunge**, n. 38, ano 5, ago./set. 2007. Disponível: <http://www.museudapessoa.net/oquee/comunicacao/jornal_cidadania.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2008.

TERRA, José Cláudio Cyrineu. **Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial**. 3 ed. São Paulo: Negócio Editora, 2001.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 117-132.